

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCIELE MACHADO DOS SANTOS

A ARTE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FRANCIELE MACHADO DOS SANTOS

**A ARTE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DA(O) ASSISTENTE
SOCIAL**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande
do Sul, defesa final.

Orientadora: Dr^a. Jane Cruz Prates

Porto Alegre
2019

Ficha Catalográfica

S237a Santos, Franciele Machado dos

A Arte como Instrumento de Trabalho da(o) Assistente Social /
Franciele Machado dos Santos . – 2019.

186f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.

1. Trabalho da(o) assistente social. 2. Arte. 3. Instrumental. 4.
Cotidiano. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

FRANCIELE MACHADO DOS SANTOS

**A ARTE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO DA(O) ASSISTENTE
SOCIAL**

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social,
Mestrado, da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul,
defesa final.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a. Jane Cruz Prates (orientadora) – PUCRS

Dr. Giovane Antônio Scherer – PUCRS

Dr. José Wesley Ferreira – UNIPAMPA

Porto Alegre
2019

AGRADECIMENTOS

Inúmeras foram as pessoas com quem convivi durante esse curto período do mestrado e todas elas, de uma forma ou de outra, agregaram algo a minha existência enquanto ser humano.

Entretanto, gostaria de agradecer, mais especialmente, à algumas delas.

Agradeço a minha família por me apoiarem na busca de meus sonhos e por compartilharem comigo as alegrias de minhas conquistas.

Agradeço, em especial, a minha irmã Su, a Severino, a faz tudo, pela disponibilidade incondicional todas as vezes em que precisei da sua ajuda.

Como é importante ter alguém com quem se possa contar!

Agradeço a minha orientadora Jane Cruz Prates por contribuir com as reflexões para a construção desse trabalho e por ter paciência ao lidar com a minha teimosia.

Agradeço ao professor Giovane Scherer pelas contribuições e pelo olhar delicado com que mira meu trabalho.

Agradeço ao professor José Wesley por todo o direcionamento e contribuições que deu ao meu trabalho, sendo ético e racional, apesar de termos uma grande amizade e afetividade um pelo outro.

Agradeço ao amigo e companheiro Dan pelo apoio nesse processo de construção da dissertação, principalmente na reta final em que as crises foram mais fortes. As ajudas com os choros, com as dores no ombro e o preparo das refeições, foram de suma importância para que eu pudesse me concentrar integralmente na escrita!

Agradeço a Ariely pela generosa amizade que me ofereceu num dos momentos mais difíceis para mim, obrigada por estar perto, obrigada por se fazer cativar!

Agradeço a Roberta pela amizade, pelo apoio nos momentos difíceis e paciência de todas as horas.

Agradeço aos amigos Ana e João pelas risadas, pelas discussões e pelos tragos no Bar do Russo!

Agradeço as profissionais que aceitaram participar da pesquisa, pois sem elas o trabalho desenvolvido seria inviável.

Agradeço, por fim, ao Estado, que não é uma pessoa, mas que é operacionalizado por pessoas que em algum momento pensaram que políticas de incentivo a pesquisa e a educação são importantes, pela bolsa.

Gracias a la vida que me ha dado tanto!

Mercedes Sosa

“Quanto menos comes, bebes, compras livros, e vai ao teatro, pensas, amas, teorizas, cantas, sofres, praticas esportes, mais economizas e mais cresce o teu capital. És menos, mas tens mais. Assim todas paixões e atividades são tragadas pela cobiça - Karl Marx”.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo o uso da arte enquanto instrumento de trabalho das(os) assistentes sociais. O objetivo é conhecer de que modo esses profissionais mediam a arte enquanto um instrumento de intervenção no cotidiano de trabalho e se essa mediação contribui para a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A introdução traz aproximações iniciais com as discussões sobre produção artística, potencialidades de seu uso enquanto instrumento, bem como apresenta os caminhos metodológicos da pesquisa. Caracteriza o método de investigação e o método de exposição em Marx e as categorias dialéticas que o compõem. Os primeiros capítulos, de construção teórica tem como centralidade a categoria trabalho, aportando reflexões sobre a concepção marxiana de trabalho e processo de trabalho, problematizando o trabalho do assistente social e, por fim, as possibilidades de mediações da arte como instrumento de trabalho das assistentes sociais. O método que orientou o estudo foi o dialético, materialista e histórico com base nas categorias epistemológicas: totalidade, historicidade, contradição e mediação, acrescidas das ontológicas: trabalho, arte, instrumental e cotidiano, para responder ao seguinte problema de pesquisa: De que modo a arte é utilizada como instrumento de trabalho das(os) Assistentes Sociais que intervêm em diferentes espaços sócio-ocupacionais da esfera pública na cidade de Porto Alegre? A pesquisa caracterizou-se como do tipo misto, contemplando dados quantitativos e qualitativos, com ênfase nos últimos. Para a coleta de dados foi utilizado, numa primeira etapa, um questionário online para levantamento prévio acerca do uso da arte no trabalho e tipo de arte mais utilizada. Esse recorte foi do tipo transversal e contou com a participação de oitenta e um (81) sujeitos respondentes com formação em Serviço Social. Posteriormente, foram realizadas entrevistas para aprofundamento. As pessoas que participaram da pesquisa foram seis (6) assistentes sociais, sendo cinco (5) mulheres e um (1) homem, que trabalham em Porto Alegre. Os principais resultados evidenciam a contradição, pois muitos profissionais têm consciência das potencialidades do uso da arte enquanto instrumento de trabalho, mas ao utilizarem-na enquanto parte do instrumental não articulam as ações desenvolvidas aos conhecimentos teórico-metodológico e ético-político da profissão. Nesse sentido, realizam um uso tecnocrático da arte devido a fragilidade teórica. Somam-se as dificuldades de apropriação dos fundamentos e da teoria crítica que subsidia o trabalho do Serviço Social, os processos de precarização das condições de trabalho e o, conseqüente, aprofundamento da alienação. Entretanto, mesmo com essas dificuldades, as profissionais conseguem utilizar a arte como parte do instrumental de trabalho, e contribuir com a fortalecimento da autonomia dos sujeitos para a conquista de níveis de autonomia, por meio da ampliação do conhecimento, da informação como um direito e como possibilidade de acesso a direitos, se configurando como subsidio para críticas e novas perspectivas, impulsionando o processo de construção de uma sociedade menos desigual.

Palavras-chave: Trabalho do(a) assistente social; Arte; Instrumental; Cotidiano.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to study the use of art as a working tool for social workers. The objective is to know how these professionals mediate art as an intervention tool in the daily work and if this mediation contributes to the materialization of the Ethical-Political Project of Social Service. The introduction brings initial approximations with the discussions about artistic production, potentialities of its use as instrument, as well as presents the methodological paths of the research. It characterizes the method of investigation and the method of exposition in Marx and the dialectic categories that compose it. The first chapters of theoretical construction have as centrality the work category, contributing reflections on the Marxian conception of work and work process, problematizing the work of the social worker and finally the mediation and the possibilities of mediation of the art in the accomplishment of this specialization of the job. The method that guided the study was the dialectical, materialist and historical, based on the epistemological categories: totality, historicity, contradiction and mediation, plus the ontological ones: work, art, instrumental and daily life, to answer the following research problem: In what way the art is used as a work tool of the Social Assistants that intervene in different socio-occupational spaces of the public sphere in the city of Porto Alegre? The research was characterized as mixed type, considering quantitative and qualitative data, with emphasis on the latter. For data collection, an online questionnaire was used for the preliminary survey on the use of art at work and the type of art most used. This cut was of the transversal type and counted with the participation of eighty-one (81) respondent subjects with training in Social Work. Subsequently, interviews were conducted for further study. The people who participated in the research were six (6) social workers, five (5) women and one (1) man, who work in Porto Alegre. The main results show the contradiction, since many professionals are aware of the potentialities of the use of art as a work tool, but when using it as part of the instrumental shift the developed actions of the theoretical-methodological and ethical-political knowledge of the profession. In this sense, they make a technocratic use of art due to theoretical fragility. Added to the difficulty of appropriation of the fundamentals and critical theory that subsidizes the Social Service processes of precarious working conditions and, consequently, deepening alienation. However, even with these difficulties, how professionals can use art as part of the work, and contribute to the strengthening of art, through the expansion of knowledge, information as a right and the possibility of accessing rights, How to subsidize criticism and new perspectives, boosting the process of building a less unequal society.

Keywords: Social worker; Art; Instrumental; Daily.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Termos de Busca Pesquisados Referentes ao Projeto Ético-político do Serviço Social.....	22
Gráfico 1 – Alcance Nacional do Questionário (primeira etapa da pesquisa) .	35
Quadro 1: Organização, categorização e contagem das informações emergentes da aplicação do questionário online	181
Tabela 2 – Termo de Busca Pesquisado “Dimensões Técnico-operativas”	22
Quadro 2 – Organização e categorização das informações emergentes da aplicação das entrevistas.....	184
Tabela 3 – Termos de Busca Pesquisados Referentes ao Uso da Arte.....	23
Tabela 4 – Expressões Artísticas Utilizadas pelas Pessoas Respondentes (Recorte Geral)	31
Tabela 5 – Área de Atuação das Pessoas Respondentes (Recorte Geral)	33
Tabela 6 – Faixa Etária das Pessoas Respondentes (Recorte Geral)	34
Tabela 7 – Expressões Artísticas Utilizadas pelas Pessoas Respondentes (Porto Alegre)	36
Tabela 8 – Área de Atuação das Pessoas Respondentes (Porto Alegre)	37
Tabela 9 – Faixa Etária das Pessoas Respondentes (Porto Alegre)	38

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: MÉTODO E METODOLOGIA.....	26
1.2. PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	44
2. A CATEGORIA TRABALHO.....	45
2.1. CONCEPÇÃO MARXIANA DE TRABALHO.....	46
2.2. TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL.....	57
2.2.1 OBJETO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL	68
2.2.2 MEIOS/INSTRUMENTOS	76
2.2.3 PRODUTO.....	81
3. A MEDIAÇÃO DA ARTE PELO SERVIÇO SOCIAL.....	85
3.1. O SURGIMENTO DA ARTE	86
3.2. ARTE E ALIENAÇÃO	91
3.3. A ARTE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO PARA O SERVIÇO SOCIAL	94
3.4. AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	100
4. RESULTADOS DA PESQUISA.....	103
4.1. APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA	103
4.2. ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS.....	105
4.2.1. TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL E ARTE: análise do processo à luz da indissociabilidade entre fundamentação teórica e elaboração de reflexões críticas.....	107
4.2.2. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E ARTE: caminhos para a materialização.....	134
4.2.3. DO DESOCULTAR AO RESISTIR: o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a partir do uso da arte mediado pelo trabalho profissional.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICES	176
APÊNDICE A	177
APÊNDICE B	178
APÊNDICE C.....	180
APÊNDICE D.....	181
APÊNDICE E	184

1. INTRODUÇÃO

Dois dentes de esperança
hoje
tudo é comprado (até virgindades)
e tudo é vendido há até
quem venda esperanças
(e até virgindades)
aos olhos vendados
do povo fodido
quem crava seus dentes nas veias cavas macias das nações indefesas?
o lucro vampírico (de chupacabras) das grandes
em presas

(Al Reiffer)

A arte em geral sempre deixa um espaço em branco que pode ser preenchido com diversas interpretações, reflexões, comentários, etc. Isto porque a arte provoca, desestabiliza, espanta, incomoda, agrada, traz elementos para a reflexão assim como na poesia acima. Nesse sentido, conforme nos apresenta Boal: “o artista mostra o escondido, não o óbvio, e nos faz entender através dos sentidos – torna consciente o que estava em nós impregnado” (BOAL, 2009, p. 57), contribuindo para que, por meio da arte, os processos emerjam, sejam reconhecidos e transformados. A arte, então, não é exterior ao tecido social, pois as produções artísticas e a realidade se buscam e/ou se rechaçam (VÁZQUEZ, 1978). Nesse sentido, o conteúdo de inúmeras produções artísticas expressam processos de mediação, assim como pode favorecer que os sujeitos desenvolvam novas mediações entre o contexto social no qual estão inseridos e os processos vivenciados em suas vidas particulares. Esse mesmo conteúdo artístico pode, também, reproduzir processos de alienação. Salienta-se, que a realização de novas mediações e a reprodução da alienação são processos dinâmicos e que se relacionam, podendo coexistir em uma mesma expressão artística. A mediação se configura como uma categoria ontológica e reflexiva. Ela é ontológica porque expressa as relações que foram sendo, historicamente, construídas entre ser

humano e natureza, bem como as relações sociais que daí decorreram e, se constitui como categoria reflexiva, pois representa um movimento, intelectual e racional, de compreensão das conexões existentes na realidade concreta (PONTES, 1995). Deste modo, o desenvolvimento humano, social, tecnológico e cultural, por exemplo, são expressões concretas das mediações elaboradas a partir da relação: ser humano – natureza, ao longo da história, “na sua dinâmica de objetivar-se no mundo e incorporar tais objetivações” (PONTES, 1995, p. 78). Conforme os indivíduos vão construindo mediações, objetivando-se e introjetando-as, as relações vão sendo modificadas, sofrendo complexificações, surgem novas necessidades e novas formas de atendê-las, se avança no desenvolvimento de várias dimensões da vida humana. Por isso, a mediação é entendida como categoria constitutiva do ser social (PONTES, 1995). O entendimento da mediação como categoria ontológica é explicitada por Lukács (1979, p. 90), na seguinte afirmação:

[...] não pode existir, nem na natureza, nem na sociedade, nenhum objeto que [...] não seja mediato, não seja resultado de mediações. [...] a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito.

A mediação, portanto, é uma categoria que está no real independentemente da apreensão dos sujeitos. Como dito anteriormente, ela também é uma categoria reflexiva, pois permite que os seres humanos apreendam os processos que vivenciam de maneira consciente, avançando do plano da singularidade de suas vidas, para uma esfera mais ampliada, coletiva, social e humana (BARROCO, 2008).

Nesse sentido, a arte propicia que as pessoas, ao entrarem em contato com o conteúdo de produções áudio-visuais, literárias, teatrais, entre outras, realizem reflexões sobre fatos que acontecem em seu cotidiano, pois muitas expressões artísticas trazem elementos que tratam sobre o modo de vida das pessoas, falam sobre os sujeitos, de seus vícios, de suas preocupações, de seus sonhos. É essa identificação de elementos semelhantes entre arte e vida que evidencia o caráter universalizante da arte, a capacidade de suspensão da singularidade. Este processo instiga reflexões que, dependendo da profundidade,

podem mexer no modo como os sujeitos conduzem e organizam suas vidas cotidianas, em termos “ético-morais e políticos” (BARROCO, 2008, p. 82).

Por estes motivos, a utilização da arte enquanto um instrumento de trabalho pode contribuir para superar gradualmente níveis de alienação. Isto porque, inúmeras expressões artísticas trazem questões que são pertinentes ao tempo presente, mesmo que algumas obras tenham sido criadas em outro período histórico, e esses elementos se comunicam com dimensões particulares da realidade ao mesmo tempo em que podem se articular com a perspectiva da totalidade. Desse modo, arte e vida cotidiana se comunicam, se complementam, se repelem, reciprocamente e, esse movimento, ao ser realizado em uma perspectiva crítica, possibilita que os sujeitos apreendam a realidade de “modo valorativo, indagando sobre as possibilidades de sua negação” (BARROCO, 2008, p. 82). Ou seja, abre espaço para a criação de novas sínteses, com superação gradual de níveis de alienação, pois no momento em que os sujeitos realizam a crítica aos aspectos morais de suas vidas cotidianas dão lugar ao nascimento da ética. Os aspectos morais, correspondem ao racismo, ao machismo, ao individualismo, a intolerância religiosa, entre tantas outras formas de expressão da alienação moral que se manifestam nas relações sociais estabelecidas cotidianamente. A ética, é entendida, aqui, como uma forma de conhecimento ético ou filosofia moral, configurando-se como uma espécie de organização dos modos ético-morais que os seres humanos desenvolvem na vida em sociedade. Isto significa que o conceito de ética se propõe a compreender e dar respostas mais adequadas para os dilemas enfrentados pelos seres humanos. Nesse sentido, quando a ética é tomada como o acúmulo de saberes construídos até o momento presente, caracterizando-se como saber histórico, ela pode servir a crítica da moral cotidiana, contribuindo para o desvendamento da alienação moral. Nesse sentido, a reflexão crítica pode se desdobrar em agir consciente que ultrapasse o “nível do “eu” singular e adquirir uma amplitude coletiva, social, humana” (BARROCO, 2008, p. 83).

A criação artística carrega a possibilidade de o ser humano experienciar, de forma sensível, emoções provocadas, seja através dos sons escutados, dos cheiros sentidos, da história ficcional ou real contada por uma música, um filme, uma poesia, uma prosa ou uma cena. Isto, também, é influenciado pela

percepção de quem está entrando em contato com determinada obra artística. Para Boal “a percepção de quem mira é condicionada pelo seu conhecimento histórico” (2009, p. 25). Trata-se, então, da coexistência de dois pensamentos: o pensamento simbólico que necessita da clareza e compreensão dos significados que símbolos como as palavras, por exemplo, carregam e o pensamento sensível que se refere a uma forma receptível e dinâmica de absorver e compreender o que está diante de si. Nesse sentido, a conexão estabelecida entre a produção artística e quem entra em contato com ela, possui a relação complexa e intrínseca desses dois tipos de pensamentos que se complementam ou se contradizem, mas que são “ambas (sensibilidade e entendimento) formas ativas de pensar – nenhuma, da outra, é sombra” (BOAL, 2009, p. 26). Nas palavras do autor:

Quero afirmar que, para serem compreendidos, mesmo quando são expressos em palavras, os pensamentos dependem da forma como essas palavras são pronunciadas ou da sintaxe em que as frases são escritas – isto é, dependem do Pensamento Sensível. Eu não digo, como o filósofo francês Destutt de Tracy (1754-1836) [...] que *pensar é sobretudo sentir*, e que *só a sensibilidade nos faz saber que existimos*, mas afirmo que o ato de pensar com palavras tem início nas sensações e, sem elas, não existiria, embora delas se desprenda e se autonomize até à sua mais total abstração (BOAL, 2009, p. 27).

A experiência advinda da vida cotidiana e material das pessoas e a percepção desses elementos concretos e simbólicos traduzidos nas obras artísticas tem potencial para serem provocadores de reflexões sobre a lógica de funcionamento da sociedade de classes. Quando o poeta diz “*tudo é comprado [...] e tudo é vendido [...] aos olhos vendados do povo fodido*” explicita a mediação da compra e venda com o povo fodido e cego, oferecendo subsídios para problematizar discussões acerca da dinâmica das relações estabelecidas no modo de produção capitalista. Na sociedade capitalista, quase a totalidade dos produtos do trabalho humano acabam sendo convertidos em mercadoria¹ e os níveis de alienação acabam sendo potencializados.

¹ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão [...]” (MARX, 2013, p. 113).

As “coisas” vendidas e compradas não se restringem apenas a algo concreto, material, mas compreendem, também, ideologias, sentimentos, informações, entre outros elementos intangíveis e, nesse processo de circulação de mercadorias, as relações sociais entre pessoas se expressam através de relações materiais entre coisas. Isto é “aparecem como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, alheias de seus produtores” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1980, p. 35), manifestando, assim, a essência da produção e reprodução da acumulação capitalista. Uma vez que este modelo de sociedade objetiva a ampliação constante dos lucros, sem se importar com as demais dimensões da vida. Tal dinâmica impacta diretamente no tipo de cultura e arte produzidos nesse contexto.

Os conteúdos manifestados na música, na dança, no teatro, na fotografia, no desenho, no cinema, entre outras artes, podem abrir possibilidade de reconhecer, dimensionar, compreender e refletir sobre a vida humana de maneira mais ampliada. Estas dimensões manifestadas podem, também, reproduzir um aspecto humano alienado. Isto porque, as expressões artísticas são unidades dialéticas, ou seja, muitas dessas expressões podem conter em si leituras críticas e acríicas da realidade. Essas leituras podem coexistir numa mesma música ou filme, por exemplo, quando um dos rappers da música Favela Vive 3 diz “*esquerda de lá, direita de cá/ e o povo segue firme tomando no centro*” essa rima acaba por colocar toda a prática política em uma mesma perspectiva, como se não houvesse diferença alguma entre os projetos de sociedade defendidos pela direita e pela esquerda. Por outro lado, na mesma canção pode-se ouvir a seguinte rima “*troquei o puta que pariu pelo puto que partiu*” o que demarca uma outra análise sobre o abandono paterno, sobre a mulher e mãe no contexto de uma sociedade machista e patriarcal². São em alguns desses momentos que a contradição existente na arte se mostra e que, dependendo do direcionamento

² Esta parte da música foi analisada pelo viés da resistência que representa, porém, a contradição também a compõe. Ou seja, um outro exemplo de análise possível seria de que a rima “*troquei o puta que pariu pelo puto que partiu*”, reproduz valores como a responsabilização da família pelos cuidados de seus membros, além de abrir margem para interpretação de que está reproduzindo a homofobia quando se utiliza da expressão “*puto*”. Isto porque, tal expressão é historicamente utilizada para manifestar desprezo, rejeição, subvalorização por pessoas homossexuais.

dado por quem se utiliza dela como instrumento de trabalho, pode reproduzir processos alienantes ou contribuir com a superação gradual dos mesmos.

Estas reflexões podem ser fomentadas através da intervenção das(os) assistentes sociais³, por meio do reconhecimento deste instrumento de trabalho que pode ser a produção artística. O uso criativo e, ao mesmo tempo, sustentado pelo referencial teórico marxiano, do instrumental⁴ pode contribuir para que essas profissionais desvendem as conexões que já estão no real, levando os usuários a este mesmo processo de desvendamento. Isto é, potencializar situações em que os sujeitos atendidos possam se enxergar por outro ponto de vista, impulsionando processos nos quais as pessoas reconheçam que possuem uma historicidade que está em relação com o contexto social do qual são parte e expressão. Nesse sentido, compreender os rebatimentos da questão social que se expressam na demanda atendida é de suma importância. A questão social de acordo com lamamoto (2011, p. 27–28) é “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] e é, também, rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem”, ou seja, a questão social se refere a exploração do trabalho na sociedade capitalista que gera processos de exclusão e desigualdades e, também, formas de resistência a tais disparidades entre as classes.

³ Utilizou-se essa forma de escrita para contemplar trabalhadores assistentes sociais homens e mulheres, porém no decorrer do texto quando se referir aos profissionais do Serviço Social será mantido apenas o gênero feminino, pois é sabido que a profissão se constitui de um perfil majoritariamente composto por mulheres. Dados da pesquisa realizada pelo CFESS em 2005 confirmam a tendência histórica da profissão, a categoria das(os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens. A região com maior percentual masculino é a Sudeste (7%) e a menor é a região Sul (1%). Tais dados foram obtidos através da aplicação de um questionário distribuído aos participantes dos eventos comemorativos ao dia da(o) assistente social, inscritos no CRESS e com registro ativo. A distribuição dos questionários ficou a cargo de cada CRESS e Seccional. Ademais, quando se observa a participação em congressos, seminário, encontros, etc. nota-se a predominância das mulheres.

⁴ Instrumental se refere ao conjunto de instrumentos e técnicas que as profissionais fazem uso para colocar em prática a ação profissional. Isto é, refere-se ao “o que faz” e “como faz”. Este uso, porém, pressupõe uma profunda apreensão dos conhecimentos teóricos, pois este irão conferir direcionamento ao instrumental, ou seja, trata-se da *instrumentalidade* – para que (quem, onde e quando fazer). Nesse sentido, atuar sobre as demandas de trabalho requer “atuar sobre limitações, com uma *modalidade de razão que mantenha seu foco voltado às finalidades* e não apenas para as dificuldades; e ainda que ao se defrontar com elas possa estabelecer um plano de ação capaz de se constituir no meio para alcance da finalidade” (GUERRA, 1995, p. 30 -31, grifo da autora).

As assistentes sociais trabalham com as mais variadas expressões da questão social cotidianamente, e, de acordo com Iamamoto (2011), o curso de Serviço Social almeja formar profissionais que não só executem as demandas institucionais, mas também que desenvolvam e fortaleçam sua competência crítica. Portanto, se busca a formação de assistentes sociais com entendimento claro da dimensão pedagógica da profissão e que nas relações estabelecidas, nos processos de trabalho em que se inserem, consigam compreender a articulação dialética entre estrutura e superestrutura, bem como suas manifestações na vida cotidiana de sua época e nela intervir, contribuindo para pequenas transformações⁵. Visto que, “existe uma grande distância entre viver a cotidianidade da sociedade capitalista e decifrar o que é esse cotidiano” (IAMAMOTO, 2011, p. 70).

Marx e Engels se utilizam da metáfora do edifício (base (infraestrutura) e superestrutura) para explicar como se organiza a sociedade. Os autores demonstram que alicerçadas nas diversas relações sociais de produção que foram sendo, historicamente, estabelecidas, se desenvolveram modos de pensar e agir, modos de vida, valores morais, leis, narrativas, entre outros elementos, que compõem a superestrutura. Nesse sentido, formas específicas de Estado e da vida social, política, jurídica e cultural são determinadas e adequadas ao funcionamento do conjunto de relações econômicas existentes. Quando ocorrem transformações na estrutura econômica de qualquer sociedade a superestrutura também se transforma (BOTTOMORE, 2001).

Nesse sentido, se no decorrer do atendimento ao usuário, estas profissionais tem a possibilidade de construir diagnósticos aprofundados da realidade e elaborar propostas de trabalho criativas, capazes de fortalecer processos sociais e políticos de resistência e processos emancipatórios, estarão realizando um trabalho que vai ao encontro do Projeto Ético-Político – PEP do

⁵ Refere-se às mudanças que são potencialmente possíveis alcançar no âmbito do trabalho cotidiano desenvolvido pela assistente social, como, por exemplo, promover um processo em que usuárias(os) dos serviços pensem as situações de suas vidas e a partir disso rompam com processos de violência física ou psicológica, percebam que praticam preconceito, se reconheçam como seres humanos criativos, etc. Estas possibilidades, evidentemente, estão permeada por limites tanto institucionais, como falta de recurso material, de espaço, excesso de atendimentos e poucas horas de trabalho, vínculo instável, quanto por limites estabelecidos pelas pessoas atendidas.

Serviço Social. O PEP é um projeto coletivo construído pela categoria profissional (assistentes sociais, instituições, pesquisadores, discentes, associações de representação – CRESS/CFESS, ABEPSS, ENESSO) do Serviço Social e que estabelece valores, princípios e objetivos do trabalho profissional (NETTO, 2006).

O Projeto Ético Político do Serviço Social se vincula diretamente a um projeto societário que almeja a profunda transformação da sociedade e que envolve para isto valores éticos que se comprometam com a emancipação⁶ humana, com a socialização da riqueza, reconhecendo a liberdade como valor ético central e se posicionando a favor do reconhecimento da autonomia e da plena expansão dos sujeitos, fortalecendo princípios e práticas democráticas, de equidade e justiça social (IAMAMOTO, 2011).

Pensar o processo de materialização das dimensões almejadas pelo PEP passa necessariamente pelo trabalho cotidiano realizado pelas assistentes sociais. Esse trabalho pressupõe a articulação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para desocultar as contradições presentes nas demandas atendidas e pensar a intervenção profissional direcionada ao fomento de reflexões potencializadoras de resistências. Tal processo não pode ser pensado e desenvolvido sem considerar os condicionantes postos pela estrutura da sociedade, pois estes não só rebatem nessas demandas, como, também, as compõem numa relação permanentemente dialética e contraditória.

Considerando o exposto, torna-se desafiador aos assistentes sociais pensar maneiras de intervir e fortalecer a autonomia dos sujeitos em uma organização social na qual o “lucro vampírico”⁷ torna as relações humanas embrutecidas, em uma dinâmica em que os seres humanos estão alheios uns aos

⁶ *Toda a emancipação é uma restituição do mundo humano e das relações humanas ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo independente e egoísta e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (MARX, [s.d], p. 30, grifo do autor).*

⁷ Marx produz a seguinte metáfora para discorrer sobre o processo de acumulação capitalista: “o capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e quanto mais o suga mais forte se torna. [...] E que, em realidade, o vampiro que o chupa não o deixa, enquanto fique uma gota de sangue que extrair” (1968, livro I, cap. VIII).

outros e as relações de competição se sobressaem as de cooperação. Por este motivo, faz-se necessário pensar a intervenção, buscar novas estratégias mobilizadoras, que denotem a apreensão da realidade concreta a partir do método dialético-crítico, no intuito de que os fundamentos teóricos que subsidiam as análises das situações cotidianas impulsionem ações efetivamente interventivas.

Nesse sentido, a arte tem uma função, do ponto de vista social, que diz respeito ao entendimento da integração entre a realidade concreta e o pensamento abstrato derivado desta realidade, sendo uma atividade que contribui para atrair, estimular, confrontar e pensar os fenômenos da vida cotidiana com os processos estruturais que contribuíram para estes acontecimentos. A produção artística também traz em si características que expressam a temporalidade dos processos, ou seja, visibilizam contextos econômicos, sociais e culturais determinados e este aspecto, também, contribui no entendimento da dinâmica social da realidade em determinada conjuntura (PRATES, 2007).

Tem-se clareza de que a arte não se mostra como uma solução para a totalidade dos efeitos oriundos da questão social, assim como pode se verificar no seguinte trecho:

[...] a arte é um elemento da vida humana que tem grandes possibilidades, no que diz respeito aos processos de desalienação, bem como as possibilidades emancipatórias [...], entretanto, não resolverá todas as mazelas de uma sociedade como um bálsamo “mágico” para enfrentamento das expressões da questão social, uma vez que tais expressões são fruto de um sistema que se baseia na exploração e na desigualdade. Colocar a arte como um elemento de “salvação”, sacralizar a arte, constitui-se por uma ação que desconsidera a totalidade da realidade, analisando o real por um prisma ingênuo, carregado de um romantismo utópico (SCHERER, 2010, p. 71 - 72).

Entretanto, se tem pleno entendimento de que é possível o uso da arte enquanto um potente instrumento de trabalho para as assistentes sociais, tendo em vista que o uso da produção artística existente se caracteriza como um meio pelo qual é possível desvendar os desdobramentos da questão social na vida dos sujeitos, bem como intervir. A arte pode trazer em suas criações elementos da questão social que foram vivenciados e apreendidos subjetivamente pelos sujeitos e que podem estar expressos nas músicas, nas poesias, nos filmes, entre

outros (PRATES, 2007). Por isto, compreender as manifestações da questão social a partir da apreensão do real implica, também, em compreender a lógica assumida pelo trabalho dentro da sociedade capitalista. Inicialmente, o trabalho apresenta-se como a atividade pela qual o ser humano se transforma em ser social⁸, ou seja, constrói e modifica a si mesmo e ao seu entorno à medida que transforma a natureza. Entretanto, quando o trabalho é apropriado pela lógica de produção capitalista, ele passa a ser uma atividade excruciante e alienada para o ser humano, pois uma classe – capitalistas – detém a propriedade privada dos meios de produção e a outra – trabalhadores – tem apenas sua força de trabalho para vender. Nas palavras do autor,

[...] dinheiro [...] precisa ser transformado em capital [...] essa transformação [...] precisa que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência [...] de outro, trabalhadores livres vendedores da própria força de trabalho [...] com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista [...] (MARX, 2010, p, 786).

Desta forma, quando se entende as bases formadoras da sociedade capitalista é possível se utilizar deste conhecimento para intervir sobre os desdobramentos que essas relações sociais de exploração têm na vida cotidiana das pessoas que são atendidas, de maneira fundamentada e ampliada. A apropriação, então, do método dialético crítico através das categorias – totalidade, historicidade, contradição e mediação – apresenta-se como aspecto fundamental para a realização do trabalho do Serviço Social. A arte, dentro dessa perspectiva de trabalho, se mostra como um elemento catalisador⁹ de reflexões que favorece o exercício da dimensão pedagógica do Serviço Social.

⁸ “O indivíduo humano é, ao mesmo tempo, uma pessoa única, voltada para a autoafirmação e a objetivação de suas forças subjetivas, e um *ser social*, já que todas as suas *forças são moldadas socialmente e sua atividade criativa satisfaz as necessidades dos outros*. “É necessário, acima de tudo, evitar postular a ‘sociedade’, mais uma vez, como uma abstração que está acima de e contra o indivíduo. O indivíduo é um ser social” (Manuscritos econômicos e filosóficos; Terceiro manuscrito) (BOTTOMORE, 2001, p. 440, grifo nosso).

⁹ A expressão “elemento catalisador” é utilizada aqui no sentido conotativo e refere-se ao potencial que algo ou alguém, com a simples presença ou com a ação direta, estimula mudanças ou acelera um processo.

Ao realizar uma breve revisão sobre as produções teóricas existentes no Serviço Social, pode-se perceber que estas fornecem base teórica para se realizar uma análise estrutural e conjuntural das transformações sofridas pela sociedade capitalista, no que se refere à produção da sociedade e ao Estado diante de tal contexto e seus impactos na vida dos sujeitos, porém pouco se encontra em termos das estratégias cotidianas de realização do trabalho, bem como a articulação com a arte nesse processo. Tal inferência surge de um levantamento realizado em cinco periódicos online e dos resultados que emergiram partir dos termos de busca utilizados. Foram elaboradas as tabelas que seguem para tornar mais clara a visualização dos dados.

Tabela 1 – Termos de Busca Pesquisados Referentes ao Projeto Ético-político do Serviço Social

Revistas	Quantidade de artigos pôr termo de busca	
	Projeto Ético-político	Materialização do Projeto Ético-político
Textos e Contextos	17	3
Katálisys	18	0
Argumentum	15	1
Temporalis	25	1
Revista de Políticas Públicas	3	1
Total	68	6

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

Tabela 2 – Termo de Busca Pesquisado “Dimensões Técnico-operativas”

Revistas	Quantidade de artigos referentes ao termo de busca
	Dimensões Técnico-operativas
Textos e Contextos	1
Katálisys	1
Argumentum	0
Temporalis	0
Revista de Políticas Públicas	1
Total	3

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

Encontrou-se também um estudo desenvolvido por Jesus *et al* (2012) realizado no período de 2000 a 2010 sobre a aproximação do Serviço Social com a arte no trabalho profissional. Os autores investigaram os trabalhos publicados

no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Como resultados foram encontrados ao total cinquenta e quatro (54) trabalhos publicados (26 – CBAS e 28 – ENPESS). Em 2001 o CBAS inseriu um eixo com a temática específica sobre Serviço Social, cultura e arte, nos demais anos as produções que envolvem arte ficam inseridas em eixos que tem a centralidade da discussão sobre crianças, adolescentes, idosos e questões de gênero.

Ainda é possível verificar os trabalhos apresentados por região do país. Os dados demonstram que a região sudeste é a que possui maior número de produções sobre Serviço Social e Arte contabilizando trinta (30) publicações, seguida da região nordeste com doze (12) trabalhos. Dos treze (13) estados que apareceram na pesquisa destaca-se o Rio de Janeiro com dezessete 17 produções.

Na produção de Carbonari (2013) a autora apresenta dados das teses e dissertações do curso de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades – PUCRS no período de 1981 a 2013 e contabiliza ao total trezentas e quarenta e seis (346) produções. A partir desse levantamento ficou evidente que “apenas 04 apresentam a arte, teatro e cinema como temática central para mediação do trabalho profissional da assistente social; em relação às teses de doutorado, num total de 107 concluídas no período de 2001 a 2013, apenas 01 apresenta a arte como mediação” (CARBONARI, 2013, p. 32).

Assim, realizou-se uma consulta em cinco periódicos online acerca do uso da arte pelas profissionais assistentes sociais, foi elaborada a tabela que segue com o objetivo de tornar melhor a visualização dos dados:

Tabela 3 – Termos de Busca Pesquisados Referentes ao Uso da Arte

Revistas	Quantidade de artigos pôr termo de busca			
	Arte	Arte e intervenção	Arte como instrumento	Mediação da Arte*
Textos e Contextos	4	1	1	0
Katálisys	3	0	0	0
Argumentum	1	0	0	0
Temporalis	6	0	0	2
Revista de Políticas Públicas	14	7	8	2
Total	27	8	9	4

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*Embora se tenha separado para dar melhor visibilidade aos termos utilizados pelos autores se reconhece que ao se utilizar a arte como instrumento não se pode prescindir da categoria dialética da mediação.

Além dessas fontes, foi pesquisado também o repositório de teses e dissertações do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS com objetivo de informar-se sobre a publicação de trabalhos articulando arte e serviço social. O período pesquisado compreende publicações de 2010 a 2018. Em dois mil e dez (2010) foi desenvolvida a dissertação de mestrado de Giovane Antônio Scherer intitulada “Abrindo as cortinas: a arte e o teatro no reconhecimento de juventudes e direitos humanos”. Já em dois mil e treze (2013) foi publicada a dissertação de mestrado de Jaqueline Carbonari nomeada como “A questão social expressa na obra musical de Raul Seixas”. Em dois mil e dezesseis (2016) foi lançado o livro “Diversidade e Estética em Marx” organizado por Idília Fernandes e Jane Cruz Prates e que contém um (1) artigo que relaciona diretamente a mediação da arte no trabalho profissional. Por último, na categoria teses e dissertações, em dois mil e dezessete foi publicada a dissertação de mestrado de Cássia Pillar Salgado de título “O trabalho de artistas de rua em Porto Alegre/RS”. Durante essa busca no repositório online foi encontrado também um artigo da autora Jane Cruz Prates, publicado no periódico Textos e Contextos, em dois mil e quinze (2015) denominado “A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano”.

Haja vista o pequeno número de produções científicas sobre o tema e a importância de se estabelecer o diálogo entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, torna-se fundamental aprofundar e produzir conhecimento sobre a mediação da arte com o trabalho do Serviço Social. Por estes motivos, se busca investigar o uso da arte enquanto parte do instrumental que pode potencializar processos de superação gradual dos níveis de alienação, contribuindo para a construção e afirmação do Projeto Ético-Político – PEP do

Serviço Social, na medida em que seja utilizada como meio¹⁰ para incentivar transformações na realidade.

A partir disto o problema de pesquisa busca investigar: **De que modo a arte é utilizada como instrumento de trabalho das(os) Assistentes Sociais que intervêm em diferentes espaços sócio-ocupacionais da esfera pública na cidade de Porto Alegre?** No intuito de aprofundar o conhecimento acerca do problema central de estudo e, também, para analisar algumas outras importantes dimensões que cercam este questionamento, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras:

- Como a arte pode ser utilizada para instigar reflexões críticas junto aos usuários?
- De que modo à arte, como uma estratégia de mediação do trabalho, pode contribuir com a afirmação do projeto ético-político do Serviço Social?
- Como a arte, enquanto instrumento de trabalho, pode contribuir para desocultar as expressões da questão social, reforçando resistências e contribuindo para reduzir desigualdades?

O presente estudo é composto por quatro capítulos, organizados para aprofundar a compreensão sobre trabalho e arte, que se constituem como categorias teórico-temáticas centrais do estudo, com a finalidade de subsidiar teoricamente a análise dos dados empíricos. Os subitens que seguem apresentam o processo de planejamento e a construção metodológica utilizada para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa, bem como os procedimentos éticos adotados. O segundo capítulo trata sobre a categoria trabalho com base na perspectiva marxiana e, também, sobre o trabalho da assistente social,

¹⁰ “Com base em Marx refere-se ao desenvolvimento de utensílios, de aparatos, de mecanismos, de ações, de atividades, que sejam capazes de tornar possível atender, responder, satisfazer determinada necessidade/demanda que se coloca aos sujeitos. Para o Serviço Social parte dos meios são disponibilizados pela instituição, como mesas, salas, papel, computador, etc. Outra parte refere-se ao conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que o próprio profissional possui. Além disso, as políticas públicas também se configuram como meios de realização do trabalho, não sendo, obviamente, espaço exclusivo de atuação do Serviço Social” (FERREIRA, 2008, p. 40 – 41).

abordando o objeto de trabalho, os meios/instrumentos e o produto. O terceiro capítulo problematiza a mediação da arte pelo Serviço Social, tendo como subitens: o surgimento da arte, arte e alienação, arte enquanto instrumento de trabalho para o Serviço Social e as contribuições da arte para a materialização do Projeto Ético-Político – PEP desta profissão. O quarto capítulo apresenta os resultados do estudo, através da apresentação das participantes da pesquisa e da análise dos dados qualitativos. A análise está dividida em três subitens: trabalho da assistente social e arte: análise do processo à luz da indissociabilidade entre fundamentação teórica e elaboração de reflexões críticas; projeto ético-político do serviço social e arte: caminhos para a materialização e, por último, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a partir do uso da arte mediado pelo trabalho profissional. Por fim, apresenta-se as considerações finais, as referências bibliográficas utilizadas e os apêndices A, B, C, D, E.

1.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: MÉTODO E METODOLOGIA

Este estudo utilizou o método dialético-crítico para sua realização. Marx realiza a distinção entre o método de investigação e o método de exposição. O método de investigação apresenta três fases. A primeira, diz respeito a apropriação minuciosa do objeto investigado incluindo todas as dimensões históricas disponíveis. A segunda, refere-se a análise pormenorizada do material, compreendendo cada forma que ali se apresenta. A terceira, abrange a coerência interna do material, ou seja, a unidade presente nas partes estudadas.

O método de exposição diz respeito a maturação dos elementos que surgiram com o desenvolvimento da investigação, é, a partir daí, que brotam, crescem e se complexificam as demais determinações. A exposição é um método que compreende a mudança imprescindível do abstrato em concreto. Nesse sentido, “é um contínuo saltar de um assunto para o outro; ou então no final não se opera o desenvolvimento interno e necessário da *coisa em si* mas o desenvolvimento do reflexo da coisa – é algo externo e arbitrário” (KOSIK, 1976, p. 32). Nas palavras do autor:

é mister sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimentos e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real (MARX, 2016, p. 28).

Este modo de apresentação do método evidencia a relação intrínseca entre a investigação e a exposição para que uma análise sobre a realidade seja coesa e verdadeira. Segundo Kosik (1976) o ser humano não consegue apreender a totalidade de forma imediata, embora seja possível num primeiro nível de conhecimento adquirido de forma sensível¹¹ através dos sentidos, da experiência. Isto é, a realidade na sua imediaticidade se mostra de forma confusa, desconexa, superficial, portanto, é preciso tornar esta realidade clara para poder explicá-la. Para isto, é preciso se utilizar de um método científico que permita ir do concreto ao abstrato e retornar ao concreto tornando o fenômeno compreensível. Nas palavras do autor:

a ascensão do abstrato ao concreto não é a passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é a negação da imediaticidade, da evidencia e da concreticidade sensível. A ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade (KOSIK, 1976, p. 30).

Nesse sentido, o método dialético-crítico indica um caminho para se apropriar dos diferentes fenômenos que se manifestam na realidade objetiva. A partir da compreensão deste método pode-se buscar as mais variadas dimensões que integram o objeto que está sendo estudado, incluindo o contexto social, político, econômico, institucional, histórico, a narrativa dos sujeitos, entre outros aspectos, identificando as contradições e as conexões existentes entre aparência e essência. Isto é, aprofundando o conhecimento sobre a realidade com base nela mesma, por meio da desocultação do modo como acontece o encontro, a

¹¹ “[...] a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência” (MARX; ENGELS, 1998, p. 25).

confrontação e a modificação dos fenômenos aparentes com os demais que irão surgir no processo.

Segundo Lefebvre (1983, p. 21), o método “é a consciência da forma, do movimento interno do conteúdo. E é “o próprio conteúdo”, o movimento dialético que este tem em si, que o impele para a frente [...] a lógica dialética acrescenta, à antiga lógica, a captação das transições [...] da “ligação interna e necessária das partes no todo”. A partir da compreensão deste movimento é possível partir para as categorias centrais no método dialético-crítico. São elas: totalidade, historicidade, contradição e mediação.

A totalidade significa:

realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não são átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saia constituída – se não entendidos como partes estruturais do todo (KOSIK, 1976, p. 35 – 36).

Ou seja, a totalidade se refere a profunda relação dialética e multifacetada que as partes possuem com o todo. Significa, então, mais do que o simples agrupamento de todas as partes e, sim uma conexão intrínseca na qual a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. “A totalidade concreta não é um todo dado, e sim um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem” (PRATES, 2014, p. 215).

Logo, conhecer a totalidade, pressupõe aprofundar-se no entendimento das partes, que se articulam de maneira dialética, entre si e o todo. Quando se pretende apreender melhor o todo, faz-se necessário partir dele para as partes, retornando ao universal posteriormente. Este movimento carrega em si a historicidade:

[...] para atingir a história, ele (Marx) não parte de um estudo histórico. Vamos repetir mais uma vez: parte da lógica. Extrai uma *forma*, o valor de troca. Mostra sua estrutura (um conjunto de equivalências) e seu *funcionamento* (troca, circulação, constituição do dinheiro e da moeda). Depois, passa para o *conteúdo*: o trabalho social produtivo, com suas perequações coerentes, os meios sociais (produtividade média de uma sociedade determinada, etc.). Atinge assim o *histórico* (divisão do

trabalho, acumulação do capital, formação da burguesia) (LEFEBVRE, 1976, p. 22).

Compreender a historicidade significa compreender o movimento dos fenômenos, que estão em processo de desenvolvimento e mudanças e que, portanto, só podem ser apreendidos através do entendimento dessa dinâmica. “A historicidade dos fenômenos sociais é, antes de tudo, o reconhecimento de sua processualidade e de sua provisoriedade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos” (PRATES, 2014, p. 216). Desta maneira, o entendimento dos fenômenos concretos considera duas dimensões do materialismo, a histórica e a dialética.

Esta dinâmica de funcionamento gera contradições que nas palavras de Lefebvre:

Não significa absurdo. “Ser” e “nada” não são misturados, ou infinitamente destruídos um pelo outro. Descobrir um termo contraditório de outro não significa destruir o primeiro, ou esquecê-lo, ou pô-lo de lado. Ao contrário, significa descobrir um complemento de determinação. A relação entre dois termos contraditórios é descoberta como algo preciso: cada um é aquele que nega o outro; e isso faz parte dele mesmo. Essa é a sua ação, sua realidade concreta. Assim o pensamento do nada e o nada do pensamento têm como função “negar” a satisfação do pensamento, sua tentação de fechar-se, de contentar-se com o que tem, com o que é. E, precisamente, desse modo, eles tornam o pensamento vivo; longe de destruí-lo, fazem dele um pensamento real (1976, p. 178).

Desta maneira, as conexões estabelecidas no real são dinâmicas, se constituem em uma relação dialética que se nega constantemente e essa negação se desdobra em uma nova síntese. A contradição, então, é uma ocorrência que nega, mas não exclui aquilo que se opõe. No processo de desenvolvimento do ser humano e da sociedade o complexo de relações sociais os compõe, mas também os transformam. Configuram, portanto, uma unidade de opostos.

Esta foi uma pesquisa de enfoque misto, com ênfase nos dados qualitativos, e buscou subsídios de compreensão e interpretação do objeto pesquisado a partir do cruzamento entre os dados quantitativos e os qualitativos. Este modo de pesquisa articula-se intimamente com a perspectiva do método

dialético crítico, pois permite uma análise mais totalizante dos elementos que constituem o objeto. Desta maneira,

entendemos que a caracterização de uma pesquisa como quanti-qualitativa ou mista difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode como deve valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se com outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. (PRATES, 2012, p.123).

Para a delimitação do universo que foi pesquisado realizou-se um levantamento prévio de dados, pois “a partir dos resultados da amostra, o pesquisador generaliza ou faz afirmações sobre a população” (CRESWELL, 2010, p. 178). O levantamento foi do tipo corte transversal, uma vez que pretendeu coletar esses dados em um período determinado de tempo. Para se realizar este levantamento de dados foi construído e aplicado um questionário online¹², composto por seis perguntas referentes a utilização da arte como instrumento de mediação no trabalho do assistente social, ao tipo de arte utilizada, a finalidade deste uso, compreendendo ainda nesse instrumento a área de atuação profissional, o tempo de formação e a localização geográfica desses profissionais. A divulgação do questionário ocorreu por meio do site Facebook, nos grupos de assistentes sociais, sendo que esses grupos foram escolhidos aleatoriamente. A realização desta etapa do estudo aconteceu durante o mês de Maio de 2018, no período do dia 15 a 25, direcionado a profissionais assistentes sociais que estivessem inseridos nas mais diversas instituições e regiões do Brasil. Ao total oitenta e cinco (85) pessoas responderam o questionário, sendo que deste total quatro (4) respondentes não possuíam formação em Serviço Social e, portanto, foram excluídos da tabulação dos dados. Restaram, então, oitenta e um (81) participantes.

Após a tabulação foi possível identificar no recorte geral as expressões artísticas mais utilizadas, a área de atuação, a faixa etária e o alcance nacional que obteve o questionário, bem como a frequência em que apareceram as respectivas informações. No intuito de tornar melhor a visualização dessas

¹² Apêndice A.

informações a pesquisadora construiu tabelas organizativas e um gráfico desses dados, como se verifica a seguir:

Tabela 4 – Expressões Artísticas Utilizadas pelas Pessoas Respondentes (Recorte Geral)			
Expressões Artísticas	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
	Quantidade de vezes que foi citada		
Música	42	42/162 = 0,2592	26%
Literatura (8)* <ul style="list-style-type: none"> • Poesia (29) • Romance (1) • Conto (1) • Crônica (1) • Cordel (1) 	40	40/162 = 0,2469	24,69%
Cinema (25)** <ul style="list-style-type: none"> • Documentários (2) • Filmes (8) • Vídeos (4) 	39	39/162 = 0,2407	24,07%
Teatro	12	12/162 = 0,0740	7,40%
Artes Visuais (1)*** <ul style="list-style-type: none"> • Fotografia (2) • Imagens (1) • Ilustrações (1) • Desenho (5) 	10	10/162 = 0,0617	6,17%
Artesanato/Artes manuais/Arte com reciclável****	10	10/162 = 0,0617	6,17%
Pintura	5	5/162 = 0,0308	3,08%
Grafite	3	3/162 = 0,0185	1,85%
Slam	1	1/162 = 0,0061	0,61%
Total	162		100%

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*Dentro da categoria literatura também foram agrupados: poesia, romance, conto, crônica e cordel. Os números entre parênteses representam a quantidade de vezes que eles foram citados individualmente pelos pesquisados.

**Dentro da categoria cinema também foram agrupados: Documentários, filmes de longa e curta metragem e vídeos. Os números entre parênteses representam a quantidade de vezes que eles foram citados individualmente pelos pesquisados.

***Dentro da categoria artes visuais também foram agrupadas: fotografia, desenho e ilustrações. Os números entre parênteses representam a quantidade de vezes que eles foram citados individualmente pelos pesquisados.

****Alguns dos pesquisados responderam considerando a mediação da arte em grupo para geração de renda, nesse caso a arte não é elemento mediador, mas o próprio produto do trabalho, aspecto sobre o qual nessa pesquisa não está sendo privilegiado. Este grupo representa 6,17% dos respondentes, logo temos 93,83% do restante das respostas que afirmam utilizar diversas modalidades de arte para mediação do trabalho profissional.

Verifica-se, através da tabela apresentada, a predominância na mediação da música, da literatura, com ênfase na poesia e do cinema em especial filmes. Sem dúvida, estas estratégias são mais fáceis de serem utilizadas considerando que não exigem uma grande ação de alocação de recursos por parte dos sujeitos envolvidos, tendo em vista a precarização que os espaços de trabalho vêm sofrendo de forma mais intensificada a partir do golpe a então presidenta eleita Dilma Rousseff em dois mil e dezesseis (2016). Com a primeira vitória de Lula o projeto defendido por Fernando Henrique Cardoso – FHC, que visava a implementação de políticas de caráter neoliberal, intensificando o processo de privatizações com um Estado mínimo para o social, foi parcialmente interrompido, fato que deu fôlego para as políticas sociais (PRATES, 2017).

Entretanto, já em dois mil e dezesseis (2016), com a crise internacional do capital, com o golpe jurídico-midiático-parlamentar, com a crescente oposição da direita conservadora, o antipetismo e uma série de outros fatores, a retomada radical do projeto neoliberal, que não fora concluído por FHC, se deu, inicialmente, pela implementação do “plano” Ponte para o Futuro. Tal “plano” tem como base uma política fiscal que congela pelos próximos vinte (20) anos os investimentos em universidades públicas, no Sistema Único de Saúde – SUS e no Sistema Único de Assistência Social – SUAS (PRATES, 2017). Isto torna as condições de trabalho ainda mais precárias e fornece subsídios para compreensão do contexto em que expressões artísticas que demandam menos recursos são mais utilizadas.

A tabela que segue se refere a área de atuação das profissionais que responderam ao questionário online. Nela, pode-se observar a predominância no campo do ensino, bem como uma grande maioria no campo da Seguridade Social – 44,43% – com ênfase na Assistência Social. Esta mesma predominância pode ser observada na pesquisa realizada pelo CFESS em 2005¹³, intitulada: “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para estudo do perfil profissional”, a

¹³ Reitera-se a necessidade de atualização desses dados, pois as buscas realizadas não retornaram pesquisas recentes a nível nacional. Mesmo os artigos mais atuais que tratavam sobre os espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais referenciavam esta pesquisa realizada pelo CFESS. Há que se considerar também que o universo de profissionais assistentes sociais aumentou muito desde 2005. De acordo com o Relatório Final do 46º Encontro Nacional CFESS – CRESS, de setembro de 2017, a quantidade de profissionais com a inscrição ativa chega a 168,796 mil.

qual evidencia que a assistência é uma das áreas que mais empregam assistentes sociais com um percentual de 35,45%. Observa-se, também, que nestas áreas o trabalho realizado permite a organização de grupos com aqueles que acessam os serviços ofertados e tem como característica marcante realizar o acompanhamento de maneira mais continuada.

Tabela 5 – Área de Atuação das Pessoas Respondentes (Recorte Geral)

Área de Atuação	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
Ensino/Docência/Formação Profissional (22) Educação (10)	32	32/81 = 0,3950	39,50%
Assistência Social	19	19/81 = 0,2345	23,45%
Saúde (7) Clínica Renal (1) Atenção Básica (1) NASF (2) Saúde Mental (6)	17	17/81 = 0,2098	20,98%
Sociojurídico			
• Forense (1)			
• Sistema prisional (2)			
• Poder judiciário (1)	7	7/81 = 0,0864	8,64%
• Medida socioeducativa (2)			
• Segurança pública (1)			
Gestão (2)			
• Gestão de Projetos Sociais (1)	3	3/81 = 0,0370	3,7%
Habitação	2	2/81 = 0,0246	2,46%
Previdência	1	1/81 = 0,0123	1,23%
Total*	81		100%

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

No que concerne a faixa etária das pessoas respondentes é possível observar, na tabela que segue, uma predominância significativa – 65% – na faixa etária de vinte e nove (29) a trinta e nove (39) anos, ou seja, jovens e adultos¹⁴. Este dado mostra uma diferença ao encontrado na pesquisa realizada pelo CFESS em 2005, já citada anteriormente, no que se refere ao perfil de idade encontrado. Nesta variável, os dados mostram que 38% das idades ficam entre 35 a 44 anos. De acordo com Prada e Garcia (2017) entre os fatores que podem ter contribuído para profissionais mais jovens estarem ocupando esses espaços está a expansão do número de cursos de Serviço Social e a ampliação do mercado de trabalho.

Tabela 6 – Faixa Etária das Pessoas Respondentes (Recorte Geral)

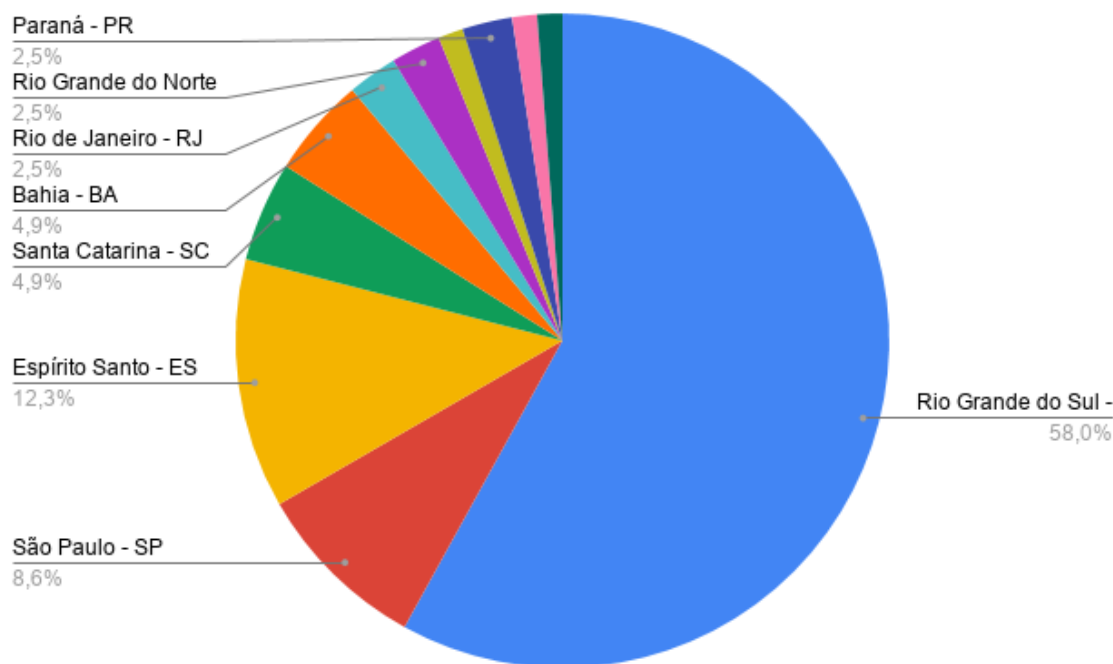
Idades	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
24 ↪ 29	8	$8/80 = 0,1$	10%
29 ↪ 34	18	$18/80 = 0,225$	22,5%
34 ↪ 39	26	$26/80 = 0,325$	32,5%
39 ↪ 44	4	$4/80 = 0,05$	5%
44 ↪ 49	8	$8/80 = 0,1$	10%
49 ↪ 54	8	$8/80 = 0,1$	10%
54 ↪ 59	6	$6/80 = 0,075$	7,5%
59 ↪ 64	2	$2/80 = 0,025$	2,5%
Total	81		100%

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

¹⁴ De acordo com o Estatuto de Criança e do Adolescente – ECA a pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos é considerada criança, e aquela que possui entre 12 (doze) e 18 (dezoito) é tida como adolescente. O Estatuto da Juventude entende como jovens àquelas pessoas que possuem idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. O Estatuto do Idoso considera as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos como idosos. Considerando a totalidade de definições acima, se utilizou como base o Estatuto da Juventude para definição dos participantes como jovens. Não foi encontrada uma legislação que atribuísse uma classificação específica as idades compreendidas entre 30 (trinta) e 59 (cinquenta e nove) anos, mas este estudo considera esta faixa etária como adultos.

Em relação ao alcance que obteve o questionário online pode-se observar o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Alcance Nacional do Questionário (primeira etapa da pesquisa)



Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*As fatias do gráfico de cor rosa e a outra de cor verde escuro correspondem, respectivamente, aos estados do Pará (1,2%) e do Ceará (1,2%).

Nota-se que o alcance nacional do questionário evidenciou uma grande porcentagem no estado do Rio Grande do Sul – 58% – o que se explica pelo fato de o estudo ter como lócus geográfico de realização esse estado. No entanto, os estados de São Paulo e Espírito Santo também se destacam na participação com porcentagens de 8,6% e 12,3%, respectivamente.

Outra informação encontrada se refere ao sexo das pessoas participantes da pesquisa, houve uma predominância do sexo feminino, setenta e uma (71) pessoas se autodeclararam mulheres e nove (9) pessoas se autodeclararam homens. No que se refere ao número de profissionais que informaram utilizar a arte como instrumento de intervenção, sessenta e um (61) profissionais afirmam fazer uso e dezenove (19) informaram que não utilizam. Salienta-se que o direcionamento desta pesquisa é para profissionais que utilizam a arte como

instrumento de trabalho. Logo, os sujeitos respondentes foram estimulados pelo tema, portanto, é natural que a grande maioria declare fazer o uso da arte nas suas intervenções, tanto no recorte geral quanto no recorte da cidade de Porto Alegre.

A partir das informações mencionadas foi possível separar apenas profissionais que trabalham na cidade de Porto Alegre e utilizam a arte como instrumento de trabalho, no intuito de aprofundar a pesquisa do objeto a partir de uma amostra intencional estratificada por área sócio-ocupacional. Na cidade de Porto Alegre vinte e uma pessoas (21) responderam ao questionário. Desse total, seis (6) não utilizavam expressões artísticas no trabalho profissional e foram, portanto, excluídas da tabulação, pois a pesquisa se dedica a investigar aqueles que fazem uso da arte. Restaram, então, quinze (15) profissionais desta cidade. Tais informações também foram organizadas em forma de tabelas que estão expostas a seguir para melhor visualização dos dados.

Tabela 7 – Expressões Artísticas Utilizadas pelas Pessoas Respondentes (Porto Alegre)

Tipo de Arte	Frequência		Relativa Percentual
	Quantidade de vezes que apareceram nas respostas	Relativa	
Cinema (7)*			
• Documentário (1)			
• Filme de longa e curta metragem (3)	12	12/59 = 0,2033	20,33%
• Vídeos (1)			
Música	12	12/59 = 0,2033	20,33%
Literatura (1)**			
• Poesia (7)	10	10/59 = 0,1694	16,94%
• Romance (1)			
• Conto (1)			
Múltiplas Artes	9	9/59 = 0,1525	15,25%
Teatro	4	4/59 = 0,0677	6,77%
Grafite	3	3/59 = 0,0508	5,08%
Artes Visuais***			
• Fotografia (2)	4	4/59 = 0,0677	6,77%
• Desenho (1)			
• Ilustrações (1)			

(continuação)

Tabela 7 – Expressões Artísticas Utilizadas pelas Pessoas Respondentes (Porto Alegre)

Tipo de Arte	Frequência		Relativa Percentual
	Quantidade de vezes que apareceram nas respostas	Relativa	
Dança	2	$2/59 = 0,0338$	3,38%
Pintura	2	$2/59 = 0,0338$	3,38%
Slam	1	$1/59 = 0,0169$	1,69%
Total	59		100%

Total de profissionais que responderam afirmativamente: 15

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*Dentro da categoria cinema também foram agrupados: documentários, filmes de longa e curta metragem e vídeos.

**Dentro da categoria literatura também foram agrupados: poesia, romance e conto.

***Dentro da categoria artes visuais também foram agrupadas: fotografia, desenho e ilustração.

****Os números entre parênteses representam a quantidade de vezes que eles foram citados individualmente pelos pesquisados.

Percebe-se que as expressões artísticas mais utilizadas como estratégias de mediação no município de Porto Alegre refletem aquelas encontradas no recorte geral, ou seja, destacam-se o cinema, a música e a literatura ocupando mais da metade da porcentagem total – 57,6%. Infere-se que a reprodução do fenômeno em nível micro se dá pelas mesmas justificativas apontadas na tabela geral. Além disso, as entrevistas realizadas puderam evidenciar e confirmar com profundidade a precarização das condições de trabalho dessas profissionais quando questionadas sobre os desafios e possibilidades postos pela instituição para o uso da arte enquanto instrumento de trabalho.

Tabela 8 – Área de Atuação das Pessoas Respondentes (Porto Alegre)

Área de Atuação	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
Assistência Social	6	$6/16 = 0,375$	37,5%
Docência	4	$4/16 = 0,25$	25%
Saúde (2)*	4	$4/16 = 0,25$	25%
Saúde Mental (2)			

(continuação)

Tabela 8 – Área de Atuação das Pessoas Respondentes (Porto Alegre)

Área de Atuação	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
Educação	1	1/16 = 0,625	6,25%
Socioeducação	1	1/16 = 0,0625	6,25%
Total	16		100%

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*Dentro da categoria saúde também foi agrupado: saúde mental. Os números entre parênteses representam a quantidade de vezes que eles foram citados individualmente pelos pesquisado.

**Um dos pesquisados respondeu que trabalhava em duas áreas, por este motivo, o total contém um número a mais que a quantidade de pessoas que trabalham em Porto Alegre e utilizam a arte como instrumento de trabalho.

O que se observa no âmbito do município investigado é a expressiva participação da docência como, também, foi identificado no recorte geral. Porém, suprimiu-se esse espaço sócio-ocupacional em razão de que no campo educacional o uso de expressões artísticas para, por exemplo, iniciar discussões, para problematizar conteúdos trabalhados ou para desenvolver oficinas teórico-práticas com as(os) discentes já encontra espaço mais desenvolvido enquanto estratégia pedagógica de ensino. Por este motivo, quatro (4) dos profissionais respondentes do questionário também foram retirados do grupo com o qual seriam aplicadas as entrevistas, restando apenas onze (11) assistentes sociais.

No que concerne a área de atuação a tabela mostra que a maioria dos pesquisados trabalham na Seguridade Social – 68,75% – com maior concentração na área da Assistência Social – 43,75% –. Esta mesma predominância pode ser observada na pesquisa efetuada pelo CFESS (2005) que evidencia a assistência como uma das áreas que mais empregam assistentes sociais com um percentual de 35,45%.

Tabela 9 – Faixa Etária das Pessoas Respondentes (Porto Alegre)

Idades	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
24 ↪ 29	1	1/15 = 0,0666	6,66%
29 ↪ 34	2	2/15 = 0,1333	13,33%
34 ↪ 39	6	6/15 = 0,4	40%
39 ↪ 44	1	1/15 = 0,0666	6,66%

(continuação)

Tabela 9 – Faixa Etária das Pessoas Respondentes (Porto Alegre)

Idades	Frequências		Relativa Percentual
	Absoluta	Relativa	
44 ↪ 49	1	1/15 = 0,0666	6,66%
49 ↪ 54	2	2/15 = 0,1333	13,33%
54 ↪ 59	1	1/15 = 0,0666	6,66%
59 ↪ 64	1	1/15 = 0,0666	6,66%
Total	15		100%

Fonte: Questionário Online da Pesquisa, 2018.

No que se refere a faixa etária em Porto Alegre a maioria reflete os números encontrados na pesquisa macro. A faixa etária predominante é de trinta e três (33) a trinta e nove (39) anos – 40%. Assim como no recorte geral, a predominância de profissionais respondentes é do sexo feminino (14), sendo apenas um (1) do sexo masculino.

Desta maneira, a primeira coleta teve uma amostra caracterizada como aleatória estratificada. O critério de inclusão utilizado para a composição da amostragem considerou profissionais assistentes sociais que atuavam em diferentes campos como saúde, assistência social, habitação, entre outros e que utilizam a arte no seu trabalho profissional, seja qual for a expressão artística utilizada e a finalidade deste uso. Como critério de exclusão foi considerado o fato de não ser assistente social ou não utilizar a arte no trabalho profissional. Portanto, a formação da amostra classifica-se como não probabilística do tipo dirigida ou intencional. Ao escolher esse tipo de amostra que não possibilita fazer generalizações, a pesquisadora está interessada em conhecer as opiniões e vivências de uma parte da população, nem sempre representativa da mesma, sobre a temática que se propôs a investigar (MARCONI; LAKATOS, 1999).

Segundo Gil (2007), a amostragem não probabilística é aplicada em pesquisas exploratórias ou de caráter qualitativo, que não têm a preocupação com o rigor estatístico. Cabe esclarecer que no enfoque misto é possível utilizar-se tanto amostras intencionais como as estatisticamente calculadas. Como o intuito deste estudo é aprofundar o conhecimento acerca do tema pesquisado, partindo dos subsídios fornecidos pela realidade, optou-se por este tipo de

amostra. Além disso, tem-se claro que o tempo exíguo do mestrado não permite coletas mais extensas.

O estudo, numa segunda etapa escutou as profissionais, no intuito de desvendar de que modo à arte é utilizada como parte do instrumental de trabalho para intervir em diferentes espaços sócio-ocupacionais utilizando como lócus geográfico a cidade de Porto Alegre. Os contatos realizaram-se por meio de redes sociais, pessoalmente e por telefone.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro¹⁵, para dar visibilidade aos pensamentos expressos pelas entrevistadas sobre o objeto da pesquisa. Utilizaram-se questões abertas, pois elas viabilizam que os pesquisados possam responder livremente, emitindo suas opiniões e utilizando linguagem própria (MARCONI; LAKATOS, 1999). A entrevista semiestruturada oferece mais liberdade ao entrevistador de acrescentar novas questões ao roteiro se houver necessidade. Esse tipo de entrevista parte de certas interrogativas que podem ser reformuladas com base nas respostas recebidas dos entrevistados (TRIVIÑOS, 1987). Segundo Bauer e Gaskell (2003), o número máximo de entrevistas que se pode realizar para analisar com qualidade e aprofundamento o corpus de textos produzidos através das entrevistas são quinze (15), considerando que abarca os sentimentos, situações vivenciadas evitando a perda dessas informações, possibilitando, assim, uma análise mais consistente. Considerando isto, entrou-se em contato com as onze (11) profissionais. Foram realizadas várias tentativas de agendamento com quatro (4) assistentes sociais, porém sem sucesso, pois elas sempre solicitavam que a pesquisadora reagendasse a realização da entrevista e uma (1) das pesquisadas não colocou nenhuma informação que tornasse possível a realização do contato. Portanto, de um total de onze (11) profissionais, foi possível realizar agendar e realizar entrevistas com apenas seis (6).

Os elementos que emergiram tanto do questionário online como das entrevistas foram analisados a partir da técnica de Análise de Conteúdo, pois esta é uma técnica que agrupa procedimentos sistemáticos do conteúdo manifesto nas

¹⁵ Apêndice B.

comunicações, com a finalidade de obter a sua interpretação. Além disso, vai ao encontro da perspectiva trabalhada pelo método dialético, colaborando para:

[...] o desvelar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como, por exemplo, o método dialético. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético (TRIVIÑOS, 1987, p. 159-160).

Essa técnica favorece que a análise seja realizada a partir do conteúdo expresso nas falas dos sujeitos, pois associa mecanismos sistemáticos do conteúdo manifesto nas comunicações, no intuito de obter a sua interpretação. Ela possui diferentes fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977).

- Pré-análise: compreendeu a organização do material coletado, ou seja, das informações que emergiram por meio da aplicação do questionário online para levantamento prévio de dados, bem como das entrevistas realizadas com profissionais assistentes sociais da cidade de Porto Alegre. Para analisar as respostas obtidas através do questionário online tabulou-se a pergunta que se referia a finalidade com que as profissionais faziam uso da arte enquanto instrumento de trabalho e as expressões artísticas utilizadas para alcançar essa finalidade. Já as entrevistas necessitaram ser transcritas. Este processo foi integralmente realizado pela pesquisadora. Transcrever as entrevistas permite que esse momento possa ser permeado de “impressões e hipóteses que afloram intuitivamente durante o ato de escutar e transcrever” (MANZINI, sem ano, p. 4). A leitura flutuante do material, portanto, se deu concomitantemente ao processo de organização do material. Afinal, a seleção da parte do *corpus* que será analisada pressupõe a releitura do material. Após essa etapa, seguiu-se para a segunda fase da análise de conteúdo.

- Exploração do material: fase em que se decompôs e decodificou os dados coletados. Nesta etapa a pesquisadora elaborou quadros¹⁶ que mostram a relação dos processos desenvolvidos com as expressões artísticas utilizadas para mediar as intervenções propostas.
- Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação: etapa na qual foram construídos, em conjunto com as categorias teóricas e empíricas, os seguintes capítulos: : trabalho da assistente social e arte: análise do processo à luz da indissociabilidade entre fundamentação teórica e elaboração de reflexões críticas; projeto ético-político do serviço social e arte: caminhos para a materialização e, por último, do desocultar ao resistir: o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a partir do uso da arte mediado pelo trabalho profissional. Esses capítulos objetivaram responder, respectivamente, a primeira, a segunda e a terceira questão norteadora que em seu conjunto subsidiam responder ao problema de pesquisa.

Esta pesquisa possui quatro categorias teórico-temáticas que forneceram subsídios e funcionaram como elemento norteador para coleta e análise dos dados empíricos, são elas: trabalho, arte, instrumental e cotidiano. Tais categorias são definidas a seguir:

a) Trabalho

Essa categoria, considera a discussão sobre a concepção de trabalho abordada por Marx, compreendendo também o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2011). A concepção marxiana de processo de trabalho, foi utilizada, também, para desenvolver a discussão acerca dos elementos constitutivos deste processo (objeto, meios/instrumentos e o produto do trabalho), considerando as finalidades e particularidades do Serviço Social.

¹⁶ Apêndices D e E.

b) Arte

No que diz respeito a utilização da arte, elemento central deste estudo, destaca-se essa categoria pela possibilidade que ela representa como elemento a partir do qual se pode mediar conteúdos manifestos nas produções artísticas (músicas, poesias, filmes, etc.), com os processos sociais e particulares¹⁷ vivenciados pelos sujeitos, no intuito de sensibilizar as pessoas e fomentar o desenvolvimento da apreensão crítica acerca das relações sociais estabelecidas na sociedade capitalista. A formação de sujeitos sensíveis também é destacada por Marx como fundamental a constituição do ser humano integral, logo, nesse sentido, também a arte pode ser trabalhada.

c) Instrumental

Para Marx (1988) o instrumental de trabalho configura o conjunto de elementos que o trabalhador faz uso para realizar seu trabalho. Nessa perspectiva, ao trabalho profissional torna-se indispensável a utilização do instrumental, pois é ele de acordo com Martinelli (1994) que irá conter em si a perspectiva de unidade dialética, de categoria relacional, articulando desde a prévia ideação até a sua operacionalização, considerando as finalidades, os determinantes políticos, sociais e institucionais que estão presentes neste processo.

d) Cotidiano

Para Kosik (1976) a cotidianidade se manifesta como o mundo da familiaridade, da mecanicidade, da instintividade. Na cotidianidade tudo está ao alcance das mãos, é neste lugar onde a vida se reproduz e, por isso, é o mundo da intimidade, das ações banais. Nesse sentido, a proposta de uso da arte como instrumento de intervenção vai ao encontro do objetivo de desacomodar esse lugar já conhecido, da prática cotidiana, na perspectiva de repensá-lo.

¹⁷ A expressão “processos sociais” diz respeito, as “estruturas sociais e institucionais que ‘alimentam’ os processos de exclusão e desigualdade social e/ou reforçam capacidades de resistência, que se expressam nas interações afetivas e sociais dos sujeitos” (TURCK, 2012, p. 12). Já, “processos particulares” se referem, a “contextualização dos processos relacionais no espaço afetivo e familiar do sujeito, que produzem acomodação ou superação de interações de violência agravando os processos de desigualdade social e ou ampliando espaços de resistência cotidiana” (TURCK, 2012, p. 12).

1.2. PROCEDIMENTOS ÉTICOS

O projeto foi enviado ao Comitê Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no intuito de aprovação. Na medida em que o projeto de pesquisa foi aprovado, realizou-se a primeira etapa de coleta online e concomitantemente o contato com as assistentes sociais que utilizam a arte como instrumento de trabalho, com objetivo de acordar a participação e a realização das entrevistas. Construiu-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹⁸ em que consta todo o processo de realização da pesquisa, bem como as informações e direitos dos participantes do estudo, o documento foi lido com as participantes da pesquisa e entregue para a assinatura, estando claro os devidos fins de realização da coleta. Informou-se, também, que seriam utilizados instrumentos eletrônicos de gravação de áudio. Firmou-se o compromisso ético com a proteção e sigilo das informações, sobre a não identificação das instituições e dos sujeitos partícipes da pesquisa, conforme disposto no Artigo 16, do Código de Ética Profissional do/a assistente social (1993), e das determinações de adequação a resolução 510/16, sobre a confidencialidade das informações.

As devoluções dos resultados da pesquisa serão feitas de três formas: realização de um encontro com os profissionais participantes, a fim de realizar uma roda de conversa sobre estes resultados, elaboração de relatório sobre os resultados da pesquisa a ser entregue para as profissionais assistentes sociais que participaram da pesquisa, articulação e participação em eventos que discutam a intervenção do assistente social, além da elaboração de artigos científicos.

¹⁸ Apêndice C.

2. A CATEGORIA TRABALHO

*Sou um funcionário cansado dum dia exemplar
Porque não me sinto orgulhoso de ter cumprido o meu dever?
Porque me sinto irremediavelmente perdido no meu cansaço
(Antônio Ramos Rosa)*

O poema de Antônio Ramos Rosa é uma das expressões mais bem-acabadas do quanto a sociedade capitalista torna o trabalho uma atividade sofrível, pois que possamos ter esse fato consciente em nossos pensamentos para que nunca percamos a esperança de lutar por uma sociedade na qual a única condicionalidade imposta a vida seja a de se desenvolver livremente. O presente capítulo aborda a categoria trabalho tendo como base o referencial teórico marxiano para a sua definição e discussão, buscando em obras como “O Capital” subsídios para refletir sobre a dimensão contraditória que o trabalho assume na sociedade capitalista. O trabalho como atividade vital, que desenvolve e humaniza o ser humano, adquire formas hostis no capitalismo, quase sempre se tornando um exercício alienado e degradante, através de uma ação laboral fragmentada e tecnicista que alimenta o estranhamento presente no mundo do trabalho. Este capítulo busca, ainda, pensar a produção artística considerando os aspectos acima, isto porque ela possui relação com a vida material produzida pelos sujeitos em determinada sociedade com organizações econômicas e políticas definidas. O segundo item, aborda o Serviço Social como trabalho, trazendo uma contextualização histórica que fornece subsídios para se pensar o trabalho das assistentes sociais inseridas na dinâmica das relações de poder, das instituições, das políticas sociais, das lutas e movimentos sociais nos marcos de uma sociedade capitalista (IAMOMOTO, 2011). Como subitem problematiza os elementos constitutivos do processo de trabalho: objeto, meios/instrumentos e produto do trabalho da assistente social.

2.1. CONCEPÇÃO MARXIANA DE TRABALHO

Trabalho é toda expressão e produção humana, onde se inclui o, próprio processo de humanização. Sendo assim é uma categoria fundamental na relação do ser humano com a natureza que o cerca e com as relações que estabelece com os seus pares na sociedade. É pelo trabalho que o ser humano se reconhece enquanto ser social, pois é por meio deste que ele pode modificar a natureza, no intuito de satisfazer suas necessidades e, nesse processo, modificar a si mesmo, produzindo a vida material e se constituindo como ser humano genérico¹⁹. Nas palavras do autor:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo esse em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 255).

É, portanto, um processo fisiológico e mental no qual os seres humanos utilizam seus corpos e seu intelecto para dominar a natureza e criar produtos úteis a humanidade. Essa transformação, pressupõe, a necessidade de alguns elementos essenciais, primeiro a atividade orientada a um fim, ou seja, o próprio trabalho, segundo um objeto de trabalho e terceiro meios para a realização da atividade (MARX; 2013). Este conjunto de recursos compõem o chamado processo de trabalho. Esta expressão significa que a força vital de um ser humano, com o auxílio de meios de trabalho realizou uma transformação num

¹⁹ Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem a ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2010, p. 84, grifo do autor).

dado objeto de trabalho de acordo com um direcionamento pré-determinado antes de se colocar o trabalho em funcionamento (MARX, 2013).

Conforme Yamamoto (2011) este processo permite ao ser humano descobrir novas aptidões, conhecimentos e experiências, aprimorando cada vez mais seus sentidos e técnicas. A partir dessas transformações valores que não existiam nos objetos, antes do trabalho humano ser empregado sobre eles, passam a ser produzidos. O sujeito produz, além de objetos, relações sociais e nesse processo se constrói enquanto ser humano criando novas formas de sociabilidade. O trabalho é, então, um exercício que desencadeia mudanças objetivas e subjetivas, ele define a autoconsciência e a autodeterminação humana (BARROCO, 2001).

Logo, o trabalho é o fundamento ontológico²⁰ do ser social, é ele que permite diferenciar o ser social de outros seres da natureza. Nesse sentido,

[...] uma aranha executa operações semelhantes a do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura da sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente [...] além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim [...] (MARX, 2013, p. 256)

Assim, o que diferencia o humano do animal é a capacidade de projeção antecipada do trabalho, que permite ao ser humano se tornar autoconsciente, constituir a si mesmo e a história (BARROCO, 2001). Em vista disso, é por meio do trabalho que se desenvolvem as mais diversas e complexificadas mediações entre ser humano e natureza. Tais mediações se referem à sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade que são desenvolvidas em um processo histórico de autoconstrução. Dessa forma, o trabalho no processo de produção e reprodução do ser social, dá a humanidade uma natureza universal, ou seja, socializa o ser humano, pois não é resultado da ação de um indivíduo,

²⁰“Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria em relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto que o inverso é ontologicamente impossível [...] pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é, mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor” (LUKÁCS, 1979, p. 40).

mas sim da relação coletiva de cooperação entre os seres humanos. O trabalho não só responde as necessidades de sobrevivência, mas, também, possibilita que a humanidade desenvolva outras formas de relação como a linguagem, as representações, a cultura (BARROCO, 2001). A arte, portanto, também integra esse campo de mediações e se desenvolve e modifica-se à medida que a sociabilidade também se desenvolve, sendo criadas novas formas de expressões artísticas que transformam as formas de percepção através dos sentidos, as habilidades e as potencialidades do ser humano. No desenvolvimento dessas capacidades, o trabalho, manifesta a racionalidade humana, a liberdade de escolher e de criar alternativas para o seu destino, superando dificuldades (BARROCO, 2001). Nesse sentido,

A fome é fome, mas se é satisfeita com carne preparada e cozida e se é ingerida com ajuda de garfo e faca é diferente da fome que é satisfeita devorando carne crua, destrocada com as mãos, as unhas e os dentes, não se trata somente do objeto de consumo, mas também do modo de consumo, criado pela produção, tanto sua forma objetiva como subjetiva (MARX, 1977, p. 210).

Assim, transformar o modo objetivo como as necessidades são supridas implica em transformar os domínios da subjetividade dos seres humanos. Isto porque, para modificar modos de vida e de consumo o domínio e desenvolvimento de técnicas é imprescindível. Isto é, no momento em que se conhece e domina técnica de se produzir o fogo, de cozinhar os alimentos, de desenvolver talheres (garfo, faca, etc.), essas mesmas revoluções podem passar a servir para outras finalidades. O fogo, por exemplo, além de cozinhar os alimentos, pode servir para aquecer ou espantar animais perigosos, a faca para matar ou salvar uma vida. Assim, a mão, por exemplo,

não é somente um órgão do trabalho: *é, igualmente, um produto dele*. Somente pelo trabalho, por sua adaptação a manipulações sempre novas, pela herança do peculiar aperfeiçoamento assim adquirido, dos músculos, tendões (e, em intervalos mais longos, dos ossos) e pela aplicação sempre renovada desse refinamento herdado a novas e mais complexas manipulações – somente assim a mão humana alcançou esse alto grau de perfeição mediante o qual lhe foi possível realizar a

magia dos quadros de Rafael, das esculturas de Thorvaldsen e da música de Paganini²¹ (ENGELS, p. 216 – 217, grifo do autor).

Nesse sentido, graças a essa relação dinâmica e transformadora que a humanidade estabelece com a natureza, mediada pelo trabalho, que novos usos e valores vão sendo atribuídos aos objetos, produzem-se outras relações, outras formas de sociabilidade. Se desenvolvem e se criam as mais diversas expressões artísticas que se conhece, como também a ciência, a tecnologia e esses objetos passam a interferir, moldar ou alterar valores, gostos estéticos, relações sociais (BARROCO, 2001). Desta maneira, o criar artístico presume que a dimensão humana seja desenvolvida por meio do trabalho concreto, ou seja, atividade criadora livre, através da produção de objetos que evidenciem sensivelmente a essência humana.

Entretanto, o trabalho subordinado à lógica capitalista faz com que os sujeitos sejam “colocados numa posição em que não podem fazer nada, exceto produzir pelo trabalho as condições de sua própria dominação” (HARVEY, 2016, p. 68). Isto é, na sociedade capitalista, a propriedade privada dos meios de produção, impede que o trabalho se caracterize como uma atividade livre e libertadora, afinal a classe trabalhadora é obrigada a vender sua força de trabalho ao capitalista, em qualquer condição que seja ofertada por ele.

Nesse sentido, o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista pressupõe, de acordo com Marx (2013) que haja uma parcela da sociedade que detenha o monopólio dos meios de produção e de subsistência e outra parte que tenha apenas sua força de trabalho para vender. Este processo presume que o trabalhador seja livre, isto é, que este trabalhador *esteja livre* de outros vínculos de dominação e se encontre disponível no mercado para que o capitalista possa comprar a mercadoria que este tem a oferecer, que é a sua própria força de trabalho. Desta maneira, o trabalhador continua sendo proprietário de sua mercadoria e pode tornar a vendê-la.

A força de trabalho é uma capacidade que só se externa quando em relação com os meios de produção, só sendo consumida ela cria valor, para isso

²¹ Rafael foi um pintor do Renascimento italiano e forma, junto com Michelangelo e Leonardo da Vinci, a tradicional tríade dos grandes mestres desse período. Thorvaldsen foi um representante da escultura do período neoclássico e Paganini foi um compositor e violonista italiano.

necessita ser vendida ao capitalista. Logo, os produtos do trabalho, nessas condições, também pertencem ao capitalista, visto que é dele o dinheiro transformado em mercadoria. Da mesma maneira que os meios de produção pertencem ao capitalista, o consumo da força de trabalho, também, lhe é uma propriedade.

Em vista disso, as pessoas trabalham sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho. Vê-se, então, que a produção de capital presume a cooperação em larga escala e a concentração dos meios de produção. Assim, ao capitalista, apresenta-se a função de dirigir e vigiar o trabalhador coletivo, seja por meio da garantia de maior intensidade possível de exploração da força de trabalho ou por meio de evitar desperdícios, através da garantia do emprego racional dos meios de produção. Isto é:

[..] como pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos que entram na relação com o mesmo capital, mas não entre si. Sua cooperação começa no processo de trabalho, isto é, quando já deixaram de pertencer a si mesmos. Ao entrar no processo de trabalho são absorvidos pelo capital. Como trabalhadores que cooperam para um resultado, como membros do organismo trabalhador, não são mais que uma modalidade de existência de capital para o qual trabalham. Por conseguinte, a força produtiva desenvolvida pelo trabalhador como um **trabalhador social (coletivo) é a força produtiva do capital**. Esta **força produtiva social do trabalho** se desenvolve, gratuitamente, tão logo os trabalhadores se vem sujeitos a determinadas condições, a que o capital os submete. E como a força produtiva social do trabalho não custa nada ao capitalista, já que ademais, o trabalhador não a desenvolve antes que o seu trabalho pertença ao capitalista, aparece, à primeira vista, como se esta força fosse força produtiva inerente por natureza ao capital, a força produtiva inata a este” (MARX, 1968, p. 268, grifo do autor).

Dito de outra maneira, como as condições de trabalho e o próprio trabalho pertencem ao capitalista, ele acaba por receber, de forma gratuita, a força produtiva do trabalho social oriunda da cooperação e que se apresenta, mistificadamente, como força produtiva do capital. A mistificação é um processo que para Marx é uma espécie de mistério, feitiço, fantasmagoria, que as relações sociais, por intermédio da forma mercadoria, adquirem no modo de produção capitalista. Isto é, as relações sociais possuem dimensões que escapam aos seres humanos, aparecem como aspectos da vida que não estão muito claros e, portanto, não são bem compreendidos pelos próprios sujeitos, mesmo sendo produto do seu próprio agir. Ainda, assim, esse aspecto fantasmagórico,

consegue incidir sobre o comportamento humano, determinando-o. Salienta-se que, determinação não é determinismo, ou seja, sempre existem contradições que compõe a lógica dialética e que impulsionam transformações. De modo geral, então, o ser humano produz, através de seu trabalho concreto e abstrato, a forma mercadoria e passa a depender do que ela consegue no mercado. Nesse sentido, o ato de considerar apenas essa característica da realidade como se ela fosse a única corresponde ao processo de mistificação (CARCANHOLO, 2017).

Em consequência disto, os trabalhadores alienam-se do processo de planejamento de produção dos objetos, do resultado de seu trabalho, de si próprio e da relação com os outros trabalhadores (MARX, 2010). O resultado deste processo é a transformação do trabalho social em trabalho alienado (HARVEY, 2016). Quando o trabalhador não se reconhece naquilo que produziu está alienado em relação ao processo de produção, pois sua participação é limitada, a mera reprodução. Nesse sentido, o caráter criativo e criador do trabalho é reduzido à mera repetição, passa a ser apenas fardo, desgaste do trabalhador e não espaço de aprendizagem. Por fim, destaca Marx que, quando o trabalho se torna uma ação excruciante e não um ato de realização humana o trabalhador aliena-se de si próprio, e ainda quando as relações de cooperação e solidariedade são substituídas por relações individualistas e competitivas o trabalhador está alienado na sua relação com os demais trabalhadores. A competição exacerbada é uma característica central da sociedade capitalista, verificada, inclusive, entre os próprios capitalistas. Marx (2010) declara que existe uma supervalorização do mundo das coisas e uma desvalorização do mundo dos homens, pois quanto mais o trabalhador produz, menos ele vale.

Isto é, o trabalho não pertence ao trabalhador e a trabalhadora e sim ao capitalista, nessa dinâmica os produtores são apenas mais um elemento que compõe o processo produtivo. A exploração da força de trabalho é fonte de criação de riqueza, o trabalho humano se torna mercadoria e, nesse processo de separação entre trabalhadores e produtos, produz alienação (FERREIRA, 2008). Nesse sentido, o trabalho ao produzir mercadorias produz o próprio trabalhador(a) como uma mercadoria, Marx, assim, descreve o processo de alienação:

Primeiro, que o trabalho é externo ao trabalhador, isto é não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se

nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho autossacrifício, de mortificação. **Finalmente, a externalidade do trabalho parece para o trabalhador como se não fosse seu próprio, mas de um outro, como se não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro** (MARX, 2010, p. 83, grifo nosso).

Diante disso, o trabalho na sociedade capitalista aparece como algo externo e estranho ao ser humano que o produziu. O trabalho alienado nega a liberdade de criação, uma vez que fragmenta e reifica as mais diversas dimensões da vida social. Portanto, este movimento de criar e significar produtos, manifestando nestes objetos concretos a sensibilidade em sua mais ampla humanidade, tem suas potencialidades reduzidas no capitalismo. Isto porque, o capitalismo fragmenta o trabalho que o ser humano realiza tornando-o especializações abstratas.

Nesse sentido, o trabalho se torna uma atividade desgastante e alienadora na qual os trabalhadores, como expressa a poesia de Antônio Rosa, não podem sentir-se orgulhosos do trabalho que exercem, pois estão perdidos no cansaço da rotina exaustiva de exploração capitalista. Afinal, o que antes era fim e realização, passa a ocupar o espaço de meio de sobrevivência. Inserido em um sistema no qual a lógica é a produção de riquezas e, para isso, domina e explora a força de trabalho, convertendo o trabalho do ser humano em mercadoria (MARX; ENGELS, 2010).

O que ocorre no modo de produção capitalista é o “fenômeno” da generalização da mercadoria, ou seja, ela se torna a forma geral de toda a riqueza e a alienação do produto, configuração necessária para sua apropriação. Não só o excedente produzido se torna mercadoria, mas a própria substância da produção e as condições da produção se mercantilizam, incluindo, então, a própria força de trabalho. Nesse sentido, a “riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de

mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p. 113). É a sociedade da mercantilização universal.

Entretanto, Marx (2013) diz que a mercadoria deve ser analisada a partir de um duplo aspecto: o da qualidade e o da quantidade. O primeiro diz respeito às características que as mercadorias possuem e a capacidade de, a partir dessas qualidades, suprir necessidades humanas. São, portanto, coisas úteis aos seres humanos. Este processo corresponde ao valor de uso das mercadorias. Por mais que, as mercadorias originadas do trabalho humano possuam propriedades úteis, este fato pouco importa ao se considerar a sociedade capitalista, porque esses valores só se efetivarão quando forem consumidos, trocados por outras mercadorias. Ou seja, ingressarem em um circuito de compra e venda²², convertendo-se em valores de troca. Salienta-se que os valores de uso “formam o conteúdo material da riqueza” (MARX, 2013, p. 114), são, base material para a criação de valores de troca.

Já, o valor de troca se mostra, aparentemente, como uma relação quantitativa, ou seja, torna a quantidade de trabalho humano empregado para produzir determinadas mercadorias um elemento comum. Nas palavras do autor, “essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi dispendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano” (MARX, 2013, p. 116). Porém, é um trabalho humano indiferenciado, porque as mercadorias foram abstraídas de suas qualidades, portanto, de seus valores de uso restando-lhes, apenas, a característica de serem produtos do trabalho. Em síntese,

Prescindindo do valor de uso dos corpos das mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos seu valor de uso, abstraímos também os componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que

²² “[...] para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor” (MARX, 2013, p. 119).

não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato (MARX, 2013, p. 116).

Nesse sentido, os produtos do trabalho acabam por assumir, no decorrer do processo histórico, a forma mercadoria, pois são produtos do trabalho útil (concreto) que precisam integrar-se como parte do trabalho coletivo da sociedade, dentro da divisão social do trabalho. Esse trabalho só pode satisfazer uma necessidade de seu produtor se puder ser trocado por outro produto. Para tanto, é necessário que esses produtos, de qualidades diferentes, originados de trabalhos de qualidades determinadas, sejam abstraídos da desigualdade real. Manifestando, assim, a característica que se encontra oculta neles, sua identidade, o que o iguala a todos os outros tipos de trabalho, ou seja, que ele apareça enquanto consumo da força humana de trabalho (trabalho abstrato) (MARX, 2010). Deste movimento decompõe-se, então, a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato. Segundo Marx (2013), este é duplo caráter social do trabalho que possibilita a equiparação entre os diversos produtores e seus diversos produtos na relação de troca, “o que fazem, ao trocar suas mercadorias, é equiparar seus diversos produtos como modalidades do mesmo trabalho, embora não saibam” (p. 39).

O trabalho abstrato, então, pressupõe a generalização do tempo de trabalho em tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, não considera mais características como habilidade, lentidão ou rapidez, enfim, particularidades dos inúmeros processos de trabalho que produzem os mais diversos valores de uso. O trabalho formador de valor (trabalho concreto) é, deste modo, abstraído de seu valor de uso particular e, passa a ser considerado, a partir do tempo de trabalho socialmente necessário, que se diferencia quantitativamente, mas não qualitativamente. Tal trabalho vai agregar valor proporcional a sua duração. Esse tempo de trabalho socialmente necessário vai atingir sua expressão autônoma no preço da mercadoria força de trabalho – forma salário (MARX, 2013).

O salário expressa valor de troca da mercadoria trabalho, seu custo diário de conservação, que já é definido antes desta mercadoria ingressar na circulação. Já, o seu valor de uso, só será expressado mediante o seu consumo, já que é o

próprio trabalho. A realização deste consumo só acontece na esfera da produção, a partir das relações e condições já explicitadas anteriormente.

No capitalismo, as produções artísticas como filmes, músicas, poesias, teatro, entre outras, não estão imunes a esse processo. Uma vez que, esse sistema, baseado na exploração da força de trabalho:

fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e, no lugar, de um sem-número de liberdades legítimas e duramente conquistadas, colocou a liberdade *única*, sem escrúpulos, do comércio [...] transformou o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência em trabalhadores assalariados pagos por ela (MARX; ENGELS, p. 7 – 9).

É inegável que a divisão do trabalho traz consigo alguma degradação física e espiritual nos seres humanos, justamente porque o “trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz [...] com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens” (MARX, 2010, p. 80). Esse processo, traz em si uma aparente relação entre objetos materiais, mas que em essência é uma relação social concreta entre seres humanos. Tal característica faz com que as relações se mostrem como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, alheias de seus produtores. Nas palavras do autor: “*a economia nacional oculta o estranhamento na essência do trabalho porque não considera a relação **imediate** entre o **trabalhador** (trabalho) e a produção [...] a relação imediata do trabalho com os seus produtos é a relação do trabalhador com os objetos da sua produção*” (MARX, 2010, p. 82, grifo do autor).

A arte não escapa a este processo, embora ela possa oportunizar que os seres humanos se reconheçam de forma sensível, na sociedade capitalista a arte tende a se converter em lucro e hostilidade. Isto porque, “o princípio da propriedade privada entra em contradição com a função social da arte, que deve se apoiar numa ampla vinculação entre o artista e o público” (VÁZQUEZ, 1978, p. 223). É este mesmo princípio que impossibilita que o trabalho se materialize como uma atividade livre e criadora e, portanto, emancipatória. Destaca-se que não é somente a arte que possui essa potencialidade de que os seres humanos se reconheçam de forma sensível, o trabalho na fábrica, as reuniões sindicais, entre

outras situações, também podem oportunizar que este processo aconteça. Contudo, a arte possibilita que a sensibilidade seja acionada nas abordagens.

Diante do exposto, um ator, uma atriz, um músico, uma musicista, um escultor, uma escultora, um compositor, uma compositora, um poeta ou uma poetisa, podem ser, portanto, trabalhadores e trabalhadoras produtivas²³ quando trabalham a serviço de um capitalista (empresário). Isto porque, produzem um valor maior de trabalho do que aquele recebido em forma de salário (MARX, 2010). Desse modo, a produção artística se vê subsumida ao capital e é posta em prática com objetivo maior de incrementar o capital perdendo o sentido de livre criação e expressão da arte. Entretanto, nem todo artista e produção artística está subsumida ao capital, por exemplo, “um artista de rua que se apresenta com a sua arte e recebe contribuições espontâneas do público” (SALGADO, 2016, p.36 – 37). É, portanto, um trabalhador improdutivo.

Acontece, que a contradição posta no capitalismo é evidente e, embora, o capital tenha transformado os artistas em trabalhadores assalariados, como dito anteriormente, a alienação coexiste com a práxis emancipatória. Esta aparência, que expressa alienação no produto artístico, não inviabiliza totalmente as possibilidades de se realizar mediações que extrapolem o modo de pensar da maioria das pessoas que é regido pela lógica da fetichização, do consumo, do individualismo, etc. Graças a contradição é possível realizar um movimento de afirmação e negação da totalidade social. Tal dinâmica fomenta as potencialidades e possibilidades humanas (BARROCO, 2001).

Dessa forma, a exploração do trabalho pelo capital, ao mesmo tempo em que produz desigualdade e alienação, que origina a questão social, produz também, em contraponto, as resistências. Nesse contexto, o uso da arte enquanto instrumento de intervenção se mostra como um meio fomentar as mediações que estão ocultas no cotidiano. Favorecendo, assim, que os sujeitos criem conexões

²³ O trabalho produtivo é contratado pelo capital no processo de produção, com o objetivo de criar mais-valia. Como tal, o trabalho produtivo diz respeito apenas às relações sob as quais os trabalhadores são organizados, e não à natureza do processo de produção, nem à natureza do produto. Cantores de ópera, professores e pintores de parede, tanto quanto mecânicos de automóveis ou mineiros, podem ser empregados pelos capitalistas tendo em vista o lucro. É isso que determina se são trabalhadores produtivos ou improdutivos (BOTTOMORE, 2001, p. 604).

com aspectos como a criatividade, a escolha consciente, a superação de preconceitos, a participação política, entre outros.

2.2. TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL

É no contexto histórico da formação da sociedade capitalista que uma grande parcela da população se vê impelida a buscar no mercado de trabalho formas de manutenção e reprodução de suas necessidades de vida e de sua família. Pela primeira vez na história a separação entre ser humano e os meios de produção acontece de forma radical. Isto é, a “separação entre os camponeses e a terra é o manancial de onde provêm os trabalhadores assalariados, tanto para o capital agrícola como para a indústria” (BOTTOMORE, 2001, p. 15). Agora há uma classe de proprietários e outra que necessita vender no mercado sua força de trabalho em troca de um salário. Esta é uma expressão geral da contradição fundante da sociedade capitalista e que se desdobra em diversos processos sociais como pobreza, desemprego, trabalho precário, greves, organizações sindicais, movimentos sociais, etc. Essa generalização, do modo como as relações sociais passam a se estabelecer, guarda relação com as particularidades de formação histórica, política, econômica, cultural e social de cada território em que o capitalismo foi sendo implementado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004). No Brasil, é preciso considerar que a invasão das Américas ocorre concomitante ao declínio do feudalismo na Europa e que essa apropriação do território implica o massacre, a dominação, a escravização e a catequização dos povos nativos. Além disso, houve o tráfico de pessoas africanas para servirem como mão-de-obra escrava, bem como a ausência de uma acumulação primitiva²⁴ que, de modo geral, da origem ao capital. Portanto, o genocídio da vida e da cultura indígena, a escravidão, a monocultura e o extrativismo marcam profundamente o passado e o presente do País. Uma considerável herança de “grandes plantações, trabalho escravo e expropriação colonial” (FERNANDES, 1975, p. 22).

²⁴ Marx define e analisa a acumulação primitiva na parte sétima do primeiro livro de O Capital. Uma vez que as relações de produção pré-capitalistas são predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses dos principais meios de produção, como a terra, o capitalismo só se pode afirmar esbulhando os camponeses de sua terra. Assim sendo, as origens do capitalismo encontram-se na transformação das relações de produção no campo (BOTTOMORE, 2001, p. 15).

Tais características, presentes no desenvolvimento nacional, compõem intrinsecamente o perfil da questão social no Brasil. Ou seja, o mundo colonial poderia até em termos hipotéticos ter sido substituído, entretanto o processo histórico que marca a ascensão do trabalho livre e assalariado no País não elimina completamente as formas de relações sociais anteriores, pois de maneira estrutural as bases sociais e econômicas coloniais permaneceram inalteradas. Sobre esse processo, Florestan Fernandes (1975, p. 12), elucidada claramente quando diz:

No caso brasileiro, por exemplo, essa economia só ganhou significado capitalista interno após a ruptura com o antigo sistema colonial e, ainda assim preservou (em grau variável conforme as regiões do País que se considerem) sua organização e função extracapitalistas, nas quais repousava o poder econômico, social e político dos grandes proprietários rurais, mesmo após o desaparecimento da escravidão (que se deu em 1888), a desagregação dos regimes de castas e a universalização do trabalho livre.

Nesse sentido, o aspecto arcaico da economia brasileira convive, até certo nível, com o processo de desenvolvimento econômico e industrial do país. Nessa fase inúmeras transformações estavam acontecendo e, é no bojo desse movimento que se direciona uma ação com vistas a um capitalismo independente ou se consolida uma realidade de produção capitalista dependente. A ruptura da relação Metrópole – Colônia, carregava em si a possibilidade de existir de fato uma autonomia política do controle nacional do capital gerado a partir das exportações e do crescimento do mercado interno e, portanto, poderia abrir espaço para exploração dos recursos naturais, do comércio e do sistema financeiro, ser realizada por empresas do próprio território ou, quando estrangeiras que preservem a porcentagem de participação para líderes locais e se associem a capitais nativos. O tamanho bastante elevado da população, agregado a capacidade de crescimento, entre outros aspectos, poderiam promover no Brasil a superação total das estruturas coloniais e implementar plenamente a ordem social competitiva que estava emergindo, porém não foram suficientes para que isso acontecesse. Consolida-se, então, o desenvolvimento de um capitalismo dependente (FERNANDES, 1975).

Isto porque, a superação da estrutura econômica, política e social de determinado espaço está intimamente relacionado com fatores econômicos

externos, associada as relações estabelecidas no mercado mundial e ao comportamento das grandes economias capitalistas, ou seja, os centros hegemônicos de poder. É nesse contexto que a classe trabalhadora assalariada brasileira surge, com o deslocamento da riqueza produzida no setor primário para o setor “moderno”, localizado no meio urbano. Rio de Janeiro e São Paulo são as cidades que se destacam nesse período.

Pensar a formação da classe trabalhadora no Brasil implica, pensar, os processos de exploração a que essa parcela da população se via submetida e os movimentos de resistência e de reivindicação por melhores condições de trabalho e de vida que tencionam essa relação entre capital e trabalho. Cabe ressaltar que as expressões da questão social enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras guardam diferenças e particularidades de acordo com cada região do país. Tomando como base a cidade de São Paulo é possível apontar, de maneira geral, a falta de nivelção e os baixos salários, altas taxas de população sem trabalho, marginalização dos ex-escravos, condições precárias de habitação e saneamento básico (cortiços), volatilidade dos postos de trabalho, mulheres e crianças fazendo jornadas de trabalho extensas, como algumas das situações enfrentadas pelo proletariado brasileiro (BARBOSA, 2008).

Essas condições faziam com que a luta por direitos fosse tencionada, entretanto, tal fato atormentou consideravelmente a classe capitalista que viu seus valores morais, religiosos e de ordem e progresso ameaçados (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004). Destaca-se, que o operariado industrial era o que tinha, minimamente, possibilidades de agregação para a reivindicação de direitos e melhores condições de vida. Isto porque, os “operários assalariados da indústria respondiam por 27% da ocupação em São Paulo, um índice quase dez vezes superior ao verificado para o conjunto do país” (BARBOSA, 2008, p. 92).

A resposta da burguesia se apresenta, então, por meio do controle social dessa exploração, isso é feito através de um aparato jurídico de regulamentação do mercado de trabalho controlado pelo Estado, surgem as Leis Sociais do pós-1930. Afinal, os desdobramentos resultantes da consolidação do polo industrial no Brasil complexificaram o conjunto de relações que até então existiam nesta sociedade. Isto, demandou que o Estado, minimamente, se posicionasse frente as demandas da classe trabalhadora, tendo em vista o aumento da sua participação

política no cenário (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004). Esse processo pode ser sintetizado a partir do seguinte trecho:

[...] a nova qualidade que assume a questão social nos grandes centros urbanos industriais deriva, assim, do crescimento numérico do proletariado, da solidificação dos laços de solidariedade política e ideológica que perpassam seu conjunto, base para a construção e para a *possibilidade* objetiva e subjetiva de um projeto alternativo à dominação burguesa (IAMAMOTO, 2004, p. 127).

O Serviço Social, então, chega ao Brasil durante esse período histórico. Porém, ele surge da atitude de extratos da classe dominante articulados com a Igreja Católica. As práticas desenvolvidas por essas pessoas seguiam o viés da caridade e do ajustamento social dos sujeitos. Nesse sentido, as bases ideológicas que orientavam o trabalho realizado estavam alinhadas com a ideologia desses extratos da burguesia local. A possibilidade de jornadas de trabalho menos longas, férias remuneradas e regulamentação do trabalho infantil, representavam para os empresários um risco para a ordem social. Uma vez que, o operariado aprendera a usar sua força braçal, mas não sua força intelectual, não possuía condições de habitação com a mínima estrutura como água, energia elétrica e saneamento e, portanto, a rua era o único espaço que dispunha para disfrutar o tempo livre e, um dos perigos disso, era o desenvolvimento de vícios como o alcoolismo, por exemplo. Além disso, originava um problema econômico para a classe capitalista, afinal esses direitos aumentariam o custo da produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2004). Nesse contexto, o Serviço Social atuava no sentido de

[...] garantir ao trabalhador e a sua família um nível de vida moral, físico, econômico normal, e a correta aplicação das leis trabalhistas, *deverá combater o absenteísmo, o relaxamento no trabalho, velar pela moralidade, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e adaptar o trabalhador a sua função na empresa*. Será o “agente de ligação entre patrão e operário. Atendendo a um e outro – atuando de forma autônoma e independente – ele é o autêntico agente da justiça social”, o “agente de coordenação dos elementos humanos da produção e da aproximação das classes” (IAMAMOTO, 2004, p. 209, grifo nosso).

Esse caráter perdurou por muitos anos na profissão e só foi rompido a partir do movimento de reconceituação. Entretanto, essa gênese da profissão acaba por atribuir uma identidade ao Serviço Social, conforme elucida Martinelli:

[...] é uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês, gestada sob o manto de uma grande contradição que impregnou suas entranhas, pois produzida pelo capitalismo industrial, nele imersa e com ele identificada [...] buscou afirmar-se historicamente [...] como uma prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir (2003, p. 66).

A perspectiva de renovação adotada pelo Serviço Social brasileiro é obstaculizada por um contexto histórico permeado pelo caráter autocrático da burguesia do país, ou seja, foi numa conjuntura de autoritarismo representado pela ditadura militar de 64 que o marxismo começa a chamar atenção e ganha espaço para debates na profissão. Faz-se importante retomar o contexto histórico pré-golpe militar, no que diz respeito às dimensões políticas, econômicas e sociais vivenciado nessa.

No que tange a economia brasileira destaca-se a segunda fase da “revolução burguesa”, isto é, o aumento do parque industrial brasileiro que até então existia, mas de maneira muito incipiente. Em meados dos anos 50 tal fase de constituição de um “complexo econômico industrial” contou com a participação expressiva do Estado Nacional e da utilização de capital estrangeiro, caracterizando, assim, a adoção de um capitalismo monopolista. Isto porque, se sai da esfera de produção de bens de consumo e se adentra a produção de bens industriais. Tal processo, tem como base, a primeira fase da “revolução burguesa” caracterizada pelo emprego da riqueza acumulada, através da economia agrícola do País, na compra de maquinário tanto para a indústria, quanto para outros setores econômicos (FERNANDES, 1975).

Esse forte investimento representa uma expansão da economia do país, porém por volta dos anos 60 se instala um cenário de crise. Ela surge de disparidades estruturais internas que se perpetuam e, se aprofunda, quando há crescimento econômico e não se altera o padrão estrutural, para além dos condicionantes econômicos internacionais que não podem ser desconsiderados. A distribuição de renda extremamente desigual, por exemplo, que se aprofundou no País, por conta do crescimento econômico se desenvolver numa equivalência insuficiente em relação ao ritmo, intensidade e padrão estrutural ao qual está vinculado, faz com que no desenvolvimento do capitalismo industrial nacional “não exista diferenças entre as elites “tradicionais” e as “modernas”, pois ambas

põem em prática as mesmas propensões à concentração social de renda e ao abuso do mandonismo” (FERNANDES, 1975, p. 134).

A crise se inicia com o governo de Kubitschek (1956-1961) passando pelos governos de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1962-1964). O auge desse processo, culmina no golpe militar de 64 que depôs o então presidente que representava uma “ameaça comunista” ao país.

A instabilidade política carrega no fundo uma estratégica atuação dos atores conservadores no campo do poder, seja no âmbito econômico, político ou militar com objetivo de manter esse monopólio de poder sob seu controle. As maneiras para se alcançar isso podem ser eleitorais ou, por meio, de um golpe de Estado, como foi o que aconteceu. Nesse sentido, quando se ameaça a propriedade privada da burguesia nacional se faz uso, de maneira pacífica ou violenta, do poder para barrar reorganizações da sociedade nos planos econômico, político e social (FERNANDES, 1975). O golpe militar aconteceu no Brasil em sessenta e quatro (64). Mais recentemente, em dois mil e dezesseis (2016), houve um outro golpe jurídico-midiático-parlamentar que retirou Dilma Rousseff da Presidência da República. Em 64 as oligarquias rurais, agroexportadores, a burguesia industrial, a grande burguesia monopolista e setores militares que compartilhavam a ideia do anticomunismo e antipopulismo, compuseram alianças para estancar a crise e varrer qualquer possibilidade de uma revolução. As forças que se articularam, em 2016, para retirar a então presidenta Dilma Rousseff não diferem muito dessas de cinquenta e dois (52) anos atrás, associadas aos interesses imperialistas. Os golpes, de 64 e de 2016, representam a vitória de modelos societários e de desenvolvimento pautados nos interesses da burguesia e na facilitação das condições de acumulação de capital (ZACARIAS, 2017).

A década de 60 é, portanto, um momento bastante diferente daquele em que a profissão estava habituada. A homogeneidade, no que se refere a concepção e prática interventiva, a ausência na participação político-partidária, a falta de uma base teórica consistente caracterizavam, de modo geral, o Serviço Social no Brasil até a primeira metade dos anos 60. O processo de laicização da profissão, impulsionado pela expansão das relações capitalista no período da “modernização conservadora”, colocava novas condicionalidades à formação e ao

exercício profissional demarcando a ruptura com o Serviço Social praticado até então (NETTO, 2001).

A conjuntura desse período requeria uma assistente social com uma nova funcionalidade profissional, ou seja, que modernizasse o trabalho outrora realizado numa mudança onde “[...] ‘traços tradicionais’ são deslocados e substituídos por procedimentos ‘racionalis’” (NETTO, 2001, p. 123). A produção dessa profissão, nos moldes modernizadores colocados pela autocracia burguesa, exigia “uma profunda rotação nos mecanismos vigentes da *formação* dos assistentes sociais – e dela encarregou-se a política educacional da ditadura” (NETTO, 2001, p. 124).

A autocracia burguesa ao abrir esse espaço de mudança para a profissão, com vistas a contemplar seus próprios interesses, parecia desconhecer o caráter contraditório dos fenômenos, afinal, esse mesmo processo continha a potencialidade de romper com a prática profissional redimensionada a favor das elites dominantes e iniciar um processo teórico-metodológico com direcionamento crítico e reflexivo.

Nos desdobramentos que aconteceram nesse cenário é que se dá início as mudanças que impactaram direta e profundamente nas concepções teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social, provocando o que Netto (2001, p. 138) chama de “erosão do Serviço Social tradicional”. Isto porque, mesmo o espaço da universidade sendo submetido aos ditames dos dirigentes desse período, se utilizou dele como local para formar uma “massa crítica” que fortaleceu condições para o surgimento de uma vanguarda acadêmica. Embora, mesclado a isso apareça o ecletismo caracterizado pela presença de outras correntes de pensamento filosófico com as quais o Serviço Social entra em contato e resquícios das bases conservadoras da profissão, é inegável o direcionamento crítico e classista assumido pela categoria ao se aproximar de uma perspectiva dialético-crítica de compreensão e intervenção na realidade. Referencial teórico, inclusive, reconhecido e utilizado até hoje, hegemonicamente, pela categoria. Nas palavras do autor:

A dialética entre Serviço Social no país antes e durante/depois do ciclo autocrático não é nem a ruptura íntegra, nem a mesmice pleonástica: é um processo muito complexo em que rompimentos se entrecruzam e se

superpõem a continuidades e reiteraões; é uma tensão entre vetores de transformação e permanência – e todos comparecem, em medida desigual e metamorfoseados, na resultante em que, indubitavelmente, predomina o novo (NETTO, 2001, p. 136).

Este também é um momento de efervescência por uma “libertação” latino-americana, crescem os movimentos que tencionam por revolução e pelo fim do imperialismo. A crise dos acordos estabelecidos no pós-guerra e o tensionamento dessa situação pelos grupos populares, colocavam um cenário de instabilidade para o capitalismo em âmbito internacional. O contexto social vivenciado nesse período é caracterizado por Netto da seguinte maneira:

A baliza de 1968, de Berkeley a Paris, de Praga à selva boliviana, do movimento nas fábricas no norte da Itália à ofensiva Tet no Vietnã, das passeatas no Rio de Janeiro às manifestações em Berlim-Oeste, assinala uma crise de fundo da civilização de base urbano-industrial que se refrata em todas as esferas da ação e da reflexão (NETTO, 2001, p. 142).

Irrompem, então, diversos movimentos nas mais variadas dimensões da sociedade, no campo da cultura, da política, da educação, etc. Embora, a autocracia burguesa tenha trabalhado violentamente para a produção de uma indústria cultural que integrasse seus modos de pensar e agir, que fosse monopolizada e centralizada, associada, obviamente, a profunda relação do capital nativo com o estrangeiro, o contrário também acontece, uma cultura crítica e rebelde emerge (NETTO, 2001). Em dezembro de 64 estreia o *show Opinião* com Nara Leão, Zé Keti e João do Vale, uma das primeiras manifestações artísticas contra a ditadura. Zé Keli compôs os versos “podem me prender/podem me bater/podem até deixar-me sem comer/que eu não mudo de opinião”. Em 65, estreia **Arena conta Zumbi**, com direção de Augusto Boal. Nessa mesma peça é cantada uma canção chamada “**Tempo de Guerra**” de Edu Lobo a qual diz “é um tempo de guerra/é um tempo sem sol.” Em 67, Chico Buarque canta versos da canção **Roda Vida** “a gente quer ter voz ativa/no nosso destino mandar/mas eis que chega a roda-viva/e carrega o destino pra lá”. Em setembro de 68, Geraldo Vandré se apresenta no Maracanãzinho, interpretando a canção **Pra não dizer que não falei das flores** que traz em seus versos “vem, vamos embora/que

esperar não é saber/quem sabe faz a hora/não espera acontecer”. Em 1970, Chico Buarque compõe **Apesar de Você** (BRASIL; HERZOG, 2014).

Surgem, juntamente com essa onda de politização, sujeitos implicados com os rumos da sociedade brasileira associados a Partidos Comunistas, a grupos progressistas da Igreja Católica como, por exemplo, a Ordem dos Dominicanos, organizações do operariado como o Sindicato dos Metalúrgicos, os movimentos de guerrilha armada pela América Latina, no Brasil pode-se citar Ação Libertadora Nacional – ALN, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8, a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares – VAR-PALMARES, encorajados pelo sucesso da Revolução Cubana de 1959. Todos esses acontecimentos contribuíram para formar o caráter político das pessoas que estavam vivendo esse momento histórico. Esses mesmos sujeitos levam essa implicação política-crítica-revolucionária para o interior das profissões que fazem parte. Nesse sentido, todos os movimentos que compuseram a dinâmica das relações sociais nesse período são essenciais na entrada do marxismo no Serviço Social, permitindo que essa corrente teórica avançasse no interior da profissão e que saltos qualitativos fossem realizados no que se refere ao enfrentamento do conservadorismo presente, até então, na profissão (LOPES, 2016).

O marxismo começa a dialogar com a categoria profissional a partir dos anos 60, no marco desses acontecimentos de crise do Serviço Social tradicional e pela tensão exercida por movimentos sociais revolucionários e pelo movimento estudantil. Os padrões acrílicos e sem posicionamento político, no que se refere as dificuldades enfrentados pela classe trabalhadora ou mesmo em relação a esse cenário político, econômico e cultural que efervesciam na época, foram redimensionados a partir das correntes críticas que chegavam as ciências sociais. Essa aproximação, no entanto, aconteceu de forma bastante superficial porque não havia ainda uma tradução difundida para a língua portuguesa das obras escritas por Marx e, também, pelo viés de uso como material organizacional e instrumental nas organizações político-partidárias da época ser mais considerado do que a contribuição crítico-analítica presente na obra do autor (NETTO, 1989).

Entretanto, mesmo com uma frágil aproximação, ela foi decisiva para que as assistentes sociais percebessem que o crescimento dos movimentos de

trabalhadores dos meios urbano e rural, de viés anti-imperialista, representava o acirramento da luta de classes. Esse processo, impulsionou a contradição no interior do Serviço Social, pois a perspectiva de trabalho voltada aos interesses defendidos pela classe dominante passa a dar espaço para as demandas da classe trabalhadora que é a quem se destinam as ações desenvolvidas pelas assistentes sociais (ZACARIAS, 2017). Nesse sentido,

[...] quanto mais entram em choque os interesses antagônicos das classes sociais no cenário do capitalismo brasileiro, mais entra em contradição o trabalho profissional, em virtude destes interesses divergentes que se materializam no cotidiano do Serviço Social, entre os interesses de quem paga pela a sua força de trabalho e quem recebe imediatamente os benefícios do trabalho (ZACARIAS, 2017, p. 106).

Na continuação deste processo os valores humanistas adotados, mesmo que de maneira superficial, no início da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista vem, ao longo dos anos, amadurecendo, se aprofundando e transitando de um “humanismo abstrato para um humanismo histórico-concreto” (IAMAMOTO, 2011, p. 65), direcionado a defesa de um projeto profissional e de sociedade calcado em valores democráticos, de direitos e cidadania para todos. Condições essas que implicam, para serem alcançadas, um modelo de sociedade em que “o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 2007, p. 62).

Deste modo, compreender as características de formação e conformação do território²⁵ brasileiro é condição primeira para apreender as particularidades das expressões da questão social na sociedade brasileira, desvendando a maneira como os processos sociais são produzidos e reproduzidos pelos sujeitos que experienciam eles na cotidianidade de suas vidas (IAMAMOTO, 2011).

Portanto, é no marco dessas disputas das forças societárias, que o Serviço Social se desenvolve como uma especialização do trabalho na sociedade capitalista, considerando as determinações históricas brasileiras e a formação dos

²⁵ “Buscamos apreender a constituição do território, a partir de seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementariedades [...] o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer aquilo que nos pertence ...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência do Estado [...] a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro [...]” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 11 e 19).

sujeitos que a compõem. O reconhecimento, dentro da categoria, de que a realidade social é a base sobre a qual trabalha a assistente social, na tentativa de compreender e intervir seja no campo da saúde, habitação, assistência, previdência ou da formação, foi um importante avanço para a profissão. Deslocar a perspectiva do debate de *prática* para *trabalho* significa avançar na compreensão de que prática é um dos momentos que compõe o trabalho, mas para que o trabalho se concretize é necessário, primeiro, que se tenha uma matéria-prima e meios/instrumentos de trabalho, sobre os quais incidirão a força de trabalho humana e que, no desenrolar desse processo, darão origem a um produto (IAMAMOTO, 2011).

Desta maneira, o Serviço Social se reconheceu enquanto trabalho não por acaso, mas porque, a partir da mudança da forma de compreender a profissão, os sujeitos que a fazem perceberam que os serviços prestados pelas assistentes sociais estão articulados com o contexto em que são produzidos. Isto é, estão circunscritos em uma política social, em uma instituição pública ou privada, em uma organização de terceiro setor que conformam os processos de trabalho nos quais o profissional do Serviço Social é partícipe. Esta organização institucional, por sua vez, compõe determinado modelo de sociedade com estágios de desenvolvimento específicos de acordo com o tempo histórico.

O Serviço Social, portanto, faz parte de uma estrutura de trabalho assalariado constitutiva da sociedade capitalista, atende as demandas de diversos extratos da classe trabalhadora e, também, da classe burguesa. A categoria profissional das assistentes sociais é parte da classe trabalhadora, sofrendo, igualmente, os processos de exploração. Além disso, as demandas com as quais trabalha advém da vida concreta produzida pelos sujeitos nos marcos de uma sociedade capitalista. Esses elementos, não são externos aos serviços prestados pelas assistentes sociais, mas sim os compõem. O trabalho profissional, portanto, tem bases calcadas na realidade.

Em outras palavras, o trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais se propõe a atuar sobre uma matéria-prima com vistas a transformá-la, obviamente este não é um processo mecânico e de via única, mas sim dialético no qual os sujeitos entram em contato e estabelecem relação entre si, transformando e sendo transformados. Esse processo envolve, além de outros meios/instrumentos

de trabalho, certo nível de conhecimento que precisa ser acionado no planejamento e realização das atividades, nas palavras da autora:

Por meio do trabalho o homem se afirma como ser criador, não só como indivíduo pensante, mas como indivíduo que *age* consciente racionalmente. Sendo o trabalho uma atividade prático-concreta e não só espiritual, opera mudanças tanto na *matéria* ou no objeto a ser transformado, quanto no *sujeito*, na subjetividade dos indivíduos, pois permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas (IAMAMOTO, 2011, p. 60).

Então, o Serviço Social, caracteriza-se como um trabalho especializado, que se insere em processos de trabalho e, portanto, necessita de uma matéria-prima ou objeto de trabalho sobre o qual incidir, de meios/instrumentos de trabalho, que em parte são fornecidos pelas instituições empregadoras, e tem produtos do trabalho, que impactam tanto na reprodução das condições materiais de vida da força de trabalho quanto na produção ou reprodução de formas ideológicas e políticas que estão na sociedade e são reproduzidas pelos sujeitos (IAMAMOTO, 2011). O subitem seguinte abordará, então, os elementos constitutivos do processo de trabalho.

2.2.1. OBJETO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

É importante ter claro a diferença evidenciada por Marx (2013) entre objeto de trabalho e matéria-prima, isto é, o primeiro só pode constituir-se enquanto matéria-prima caso já tenha recebido algum tipo de trabalho que lhe modifique. Nas palavras do autor:

Todas as coisas que o trabalho apenas separa da sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, *objetos de trabalho pré-existent*s [...] quando, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de *matéria-prima*, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. *Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho* (Marx, 2013, p. 256, grifo nosso).

Nesse sentido, a questão social, em suas múltiplas expressões, é assumida pelo Serviço Social enquanto objeto de trabalho (IAMAMOTO, 2011). O

entendimento da gênese dessas expressões é imprescindível para a realização do trabalho profissional, caso contrário a análise e intervenção na realidade podem se tornar superficiais. Para tanto, se faz necessário desocultar as relações estabelecidas na origem e continuidade da sociedade capitalista.

A compreensão da questão social pressupõe, então, apreender o processo de acumulação da sociedade capitalista e seus rebatimentos nas mais variadas dimensões da vida humana, especialmente na vida da classe trabalhadora. Destaca-se a classe trabalhadora, pois esta classe sofre mais drasticamente com as expressões da questão social. Nesse sentido, a questão social não é algo novo e resultante de uma crise do fenômeno de expansão capitalista, mas sim uma expressão das características específicas assumidas pelo trabalho e o Estado na sociedade burguesa (IAMAMOTO, 2001). Marx não tratava do termo “questão social”²⁶, nem mesmo o conceituava como o Serviço Social faz hoje, mas, sem dúvida, ele sempre se debruçou a expor os efeitos deste modo de produção para as condições de trabalho e de existência dos (as) trabalhadores (as) como pode ser identificado no seguinte trecho:

[...] o trabalho produz maravilha para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de novo a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2010, p. 82).

Nessa perspectiva, é preciso ter claro a articulação dessas duas dimensões: a forma como a sociedade se organiza para a produção de bens e serviços (mercadorias) e a forma social como essa produção aparece. Distanciar-se disto é cair nas artimanhas da fetichização que acompanha esse processo. Ou seja, as relações sociais estabelecidas na sociedade de classes acabam

²⁶ “Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX [...] surge para dar conta do fenômeno do pauperismo decorrentes da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra [...] se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sócias, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava [...] se nas formas de sociedade precedentes a sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez [...] pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais, agora ela [...] se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua superação” (NETTO, 2001, p. 42 – 23).

aparecendo como um processo de mercantilização, pois o trabalho “livre” coloca o próprio trabalhador como um vendedor de uma mercadoria, que é a sua força de trabalho. Desta maneira, “o trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria* [...] na medida em que produz [...] mercadorias em geral” (MARX, 2010, p. 80). Quando o trabalho dos sujeitos assume uma expressão social de trabalho assalariado e o capitalista assume a forma social de quem paga esse salário, as personificações assumidas por esses dois agentes dessa sociedade encobrem a forma específica de valor que está mediando as relações entre eles, ou melhor, é a forma mercadoria que “inverte e subverte o sentido das relações sociais [...] submetendo as relações entre homens à relação entre coisas” (IAMAMOTO, 2001, p. 13).

Outro aspecto da acumulação capitalista é a extração de mais-valia, esse é o objetivo principal da produção. O aumento da mais-valia está relacionado com a redução dos custos da produção, exigindo a diminuição do tempo necessário para a produção que, por sua vez, implica no incremento dos avanços tecnológicos e científicos²⁷, na redução da mão-de-obra²⁸ e intensificação da jornada de trabalho, aparecendo como uma capacidade produtiva do capital. Entretanto, essa capacidade, não se origina enquanto potência, sem uma “relação social de produção [...] que se corporifica numa coisa material e lhe atribui um caráter social específico [...] é o conjunto dos meios de produção convertido em capital” (MARX, livro III, p. 754).

A partir disso, o capital precisa se reproduzir amplamente, mantendo a base de acumulação fixada a exploração do trabalho, disto resulta a ampliação das classes e a competição no interior delas. Isto é, os capitalistas se tornam mais numerosos e mais fortes, competindo entre si, revelando outra face do capitalismo, a do monopólio, e a classe trabalhadora se encontra cada vez mais

²⁷ Capital Constante: “correspondente ao valor despendido em meios de produção, que é simplesmente transferido para o produto durante o processo de produção” (BOTTOMORE, 2001, p. 361).

²⁸ Capital Variável: “é utilizado para empregar trabalhadores, pagos pelo valor daquilo que vendem, sua FORÇA DE TRABALHO. O capital variável é assim chamado porque sua quantidade varia do começo ao fim do processo de produção; o que no início é VALOR DA FORÇA DE TRABALHO ao término é valor produzido por esta força de trabalho em ação” (BOTTOMORE, 2001, p. 361).

submetida aos mandos do capital sobre o trabalho, competindo por uma inserção no mercado enquanto assalariado. Em síntese:

[...] o decréscimo relativo do capital variável aparece inversamente com o crescimento absoluto da população trabalhadora, mas rápidos que os meios da sua ocupação. Assim, o processo de acumulação produz uma população relativamente supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. É a lei particular de população deste regime de produção: com a acumulação, obra da própria população trabalhadora, esta produz em volume crescente, os meios de seu excesso relativo. Acresce-se a isso o interesse dos empresários capitalistas em extrair uma maior quantidade de trabalho de uma parcela menor de trabalhadores – via ampliação da jornada de trabalho e intensificação do trabalho – articulando os meios de extração de mais valia absoluta e relativa (IAMAMOTO, 2001, p. 14, grifo da autora).

À vista disso, surge um contingente cada vez maior de trabalhadores que poderiam estar produzindo, mas são impedidos pelo modo como se organiza o sistema. Somam-se a eles àqueles que de fato estão incapacitados para o trabalho por alguma deficiência física ou intelectual. Essas características compõem o cenário no qual se originam as expressões da questão social como a superpopulação latente²⁹, o desemprego, o trabalho precarizado³⁰, a miséria, a mendicância, a violência, etc.

²⁹ “Marx (2014) nos revela que a acumulação capitalista sempre produz na mesma extensão de sua expansão, uma população supérflua, que ultrapassa as necessidades do capital, ou seja, “[...] a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (MARX, 2014, p. 742). Essa população supérflua conforma o chamado exército industrial de reserva, que se caracteriza na superpopulação relativa, pois tende a se modificar de acordo com as fases do ciclo industrial, assim ela se reproduz de três formas: flutuante, latente e estagnada. A superpopulação na forma flutuante se caracteriza pelo conjunto de trabalhadores que ora é absorvido ora é repellido da indústria. A superpopulação latente define o conjunto de trabalhadores rurais que se encontra sempre em iminência de tornar-se proletariado urbano, ou seja, o fluxo de imigração faz com que no campo tenha uma população pujante e pauperizada, que pode ser favorável ao capital em seus diferentes ciclos. E a superpopulação estagnada se traduz nos trabalhadores mais pauperizados e com ocupação de trabalho irregular” (TOLENTINO; BASTOS, 2017, p. 317).

³⁰ “[...] a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem” (ALVES, 2010, p. 02).

Nesse sentido, não há uma nova questão social, mas sim manifestações transmutadas de uma mesma contradição fundamental. Portanto, o olhar investigativo deve se debruçar, para além das habituais expressões da questão social, sobre a base que faz emergir novas demonstrações desta mesma questão, que não é eliminável sem a destruição da ordem do capital. O modo de funcionamento do processo de acumulação capitalista não somente produz e reproduz os ditames da exploração que a constituem intrinsecamente, mas, também, “a cada novo estágio de seu desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes a intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2001, p. 48).

Portanto,

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias a sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio da satisfação das suas necessidades vitais [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Entretanto, a questão social não é compreendida apenas como desigualdade social e dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora. Dedica-se a compreender de onde se originam esses processos de diferenças entre pobres e ricos no contexto de um sistema que visa acumular capital ao invés de produzir equidade social. A propriedade privada, a concentração de renda, o poder político e econômico, alcançados por meio da violência, é uma dimensão da questão social. Porém, as formas de resistir a isso, por meio da luta material e simbólica das pessoas frente a questão social constitui a outra dimensão do mesmo processo que estão em constante relação dialética (IAMAMOTO, 2011).

Historicamente, a classe trabalhadora reage ao processo de acumulação capitalista, que se encontra na raiz da produção e reprodução da questão social nessa sociedade, ocupando espaço no cenário político por meio das greves, reivindicações, organização sindical e em movimentos sociais, por melhores condições de trabalho e por direitos. Tenciona, assim, o seu reconhecimento como classe e a inserção das suas demandas na esfera do Estado, dando origem

a uma ampla legislação de direitos sociais e políticas públicas (IAMAMOTO, 2001).

As expressões da questão social são radicalizadas quando se vivencia momentos, em escala mundial e nacional, de pesada reestruturação produtiva, fortalecimento e expansão do capital financeiro, desmonte do Estado-nação com base na globalização das relações sociais capitalistas. No Brasil, pode-se citar os cortes e congelamentos orçamentários por um período de vinte (20) anos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência realizados através da Emenda Constitucional – EC 95/2016. Tal EC privilegia o capital financeiro, pois ao mesmo tempo em que prevê um teto orçamentário para as despesas primárias³¹, não estabelece um limite de gastos para as despesas financeiras. As despesas financeiras referem-se aos juros pagos à títulos, dívidas, entre outros ativos³², essas transações são operadas pelo sistema financeiro, o qual é composto, basicamente, por um conjunto de instituições como mercados (bolsa de valores), bancos e órgãos reguladores deste sistema. Deste modo, quando uma proposta do governo estagna o orçamento federal para a operacionalização e efetivação das políticas públicas sociais, significa que todos os recursos financeiros que não estão mais sendo utilizados no orçamento das despesas primárias serão revertidos para os bancos, garantindo a essas instituições elevados lucros. Decisões, como as da EC 95, intensificam a degradação das condições de vida da população, pois essa perspectiva adotada inviabiliza o acesso a direitos garantidos constitucionalmente, atrasa o desenvolvimento socioeconômico do País e agrava as condições de pobreza, marginalização e desigualdade.

Além da EC 95/2016, existem ainda a reforma trabalhista, que flexibiliza as relações de trabalho a partir de medidas como a prevalência do negociado sobre o legislado, o trabalho intermitente, a terceirização, a rescisão contratual passa a ser feita na própria empresa e não mais nos sindicatos, retira a obrigatoriedade da contribuição sindical, entre outras mudanças previstas, e, a reforma da

³¹ Corresponde aos gastos públicos que visam ofertar serviços públicos a sociedade (saúde, educação, previdência, etc.) e todas as despesas de funcionamento do Estado.

³² “[...] benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma entidade em consequência de transações ou eventos passados” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 283).

previdência, firmada na falácia do *déficit* orçamentário, mas que excluí das mudanças grupos como os políticos e militares, que inviabiliza que um trabalhador, nas condições gerais de trabalho, renda, habitação, saúde, lazer na realidade brasileira, se aposente, visto que pretende, entre outras modificações, aumentar a idade mínima para solicitação da aposentadoria. Essas reformas colocam os trabalhadores do País em condições que se aproximam aquelas enfrentadas pela então emergente classe trabalhadora urbana nos anos 20 – 30. Naquela época o cenário era de

[...] frágil organização sindical — e caracterizado por estabelecimentos instáveis, mão-de-obra heterogênea, predominantemente jovem, excedente elástico de mão de-obra e manutenção de laços patriarcais — , tornava-se quase impossível regular os níveis de salários e assegurar um mínimo de estabilidade no emprego. Os contratos eram verbais, não havia férias, licença-gestante, auxílio-doença, descanso remunerado, limitação da jornada de trabalho ou indenização por dispensa. Como não dispunha de regime de aposentadoria, o trabalhador deveria recorrer a uma poupança voluntária se quisesse se precaver dos infortúnios trazidos pela inatividade inesperada e pela velhice, ou então se curvar à mendicância e aos asilos. A intensidade do trabalho gerava trabalhadores desgasta dos rapidamente — “velhos” sem relação direta com a idade biológica (BARBOSA, 2008, p. 104).

Todas essas conformações no plano político, econômico e social fazem com que a demanda atendida pelo Serviço Social aumente consideravelmente, pois o processo de desestruturação das políticas sociais públicas e, conseqüente, precarização e desmonte dos serviços ofertados evidenciam a desresponsabilização do Estado no que tange a garantia dos direitos e da vida dos mais variados segmentos da classe trabalhadora. Essas ações destroem, cada vez mais, as condições de existência das pessoas para criar cada vez mais condições de o capital garantir seu crescimento, deixando, muitas vezes, essa responsabilidade a cabo da “eventual solidariedade dos cidadãos que dedicam às sobras de seu tempo e de sua renda” (IAMAMOTO, 2001, p. 16). Estes atos de caridade, incentivados pelo retrocesso conservador, com base na reestruturação do padrão de acumulação capitalista, permeados por uma política neoliberal, são bem-vindos porque permitem a naturalização das mazelas provocadas por um modelo de sociedade cada vez mais privatizado e desigual sem que seja necessário alterar a estrutura que a produz (YAZBEK, 2001). Portanto, a luta da classe trabalhadora compreende avanços e retrocessos, conquistas e derrotas.

É importante pensar, também, que o objeto de trabalho das assistentes sociais guarda particularidades que dizem respeito as características regionais, estaduais e municipais de cada território do País, bem como as mudanças que essas expressões foram sofrendo a partir do movimento histórico e da interação desses sujeitos com os processos por eles vivenciados. Nas palavras da autora, a questão social expressa [...] “disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

Tem-se clareza que não são somente as profissionais do Serviço Social que trabalham com as expressões da questão social, entretanto a perspectiva de compreensão e intervenção nessas demandas possui uma particularidade específica desta profissão (FERREIRA, 2008). Estas profissionais tem um ensino que forma para intervir nas expressões da questão social, possui um código de ética com princípios fundamentais e um Projeto Ético-Político que se propõem a orientar o trabalho realizado por esta categoria. Constituem, portanto, valores e concepções que conformam os sujeitos dessa profissão tanto profissional quanto humanamente. Profissionais de outras especializações do mundo do trabalho podem, também, fazer análises ampliadas da realidade, quem sabe até mesmo se apropriar da teoria marxiana, porém a formação destes não tem como centralidade preparar para intervir nas expressões da questão social. Eles podem compartilhar, enquanto seres humanos, de uma mesma perspectiva de análise da realidade, fato, inclusive, que pode trazer uma compreensão e entendimento mais qualificados da demanda com a qual estão trabalhando, mas profissionalmente a Psicologia, a Terapia Ocupacional, a Medicina, a Enfermagem, a Fisioterapia, a Educação Física, a Nutrição, entre outras profissões, precisam dar conta de outros objetos de trabalho que se articulam em processos de trabalho partilhados nas áreas de saúde, assistência social e habitação, por exemplo, e, nesse sentido, aportam perspectivas diversas de intervenção a esses processos nos quais se inserem como equipe de trabalho. Mesmo que o Serviço Social não trabalhe sozinho e, portanto, componha equipes multiprofissionais, o direcionamento teórico hegemônico da formação em Serviço Social é que vai orientar o campo de disputa nas discussões acerca dos processos de planejamento e dos planos de trabalho (IAMAMOTO, 2011; FERREIRA, 2008).

2.2.2. MEIOS/INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Marx assim define meios de trabalho:

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto de trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com seu propósito (MARX, 2013, p.256).

Nesse sentido, é o trabalhador ao entrar em contato com esse aparato de coisas vai direcionar o uso delas para alcançar o objetivo inicial da ação, mas para que isso aconteça o “trabalho vivo tem de apoderar-se dessas coisas e despertá-las do mundo dos mortos” (MARX, 2013, p. 260).

A compreensão, então, do conceito de instrumentos ou meios de trabalho vai além da concepção de que essa categoria é formada pela mera junção de aparatos e técnicas. Isto é, significa ampliar a leitura para compreender a importância que o conhecimento tem enquanto um meio sem o qual não é possível direcionar e efetivar o trabalho. Nesse sentido, a dimensão teórico-metodológica do Serviço Social é fundamental para qualificar a interpretação e análise da realidade, bem como direcionar a um horizonte crítico o trabalho deste profissional especializado (IAMAMOTO, 2011). Deste modo,

[...] o conhecimento não é só um *verniz* que se sobrepõe superficialmente a prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo assistente social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 63, grifo da autora).

O Serviço Social se insere em processos de trabalho, pois não dispõe de todos os meios necessários para concretizar seu trabalho. Além do conhecimento esta profissional necessita, na maioria das vezes, de recursos financeiros, técnicos e humanos. Por esse motivo, mesmo estando regulamentada como uma profissão de cunho liberal o Serviço Social, na sua hegemonia, não se realiza desta forma. Nessa perspectiva, há que se considerar que a assistente social como uma “trabalhadora livre”, no sentido de que tem liberdade de vender a sua

força de trabalho a algum empregador que lhe pagará um salário, necessita de condições para que seu trabalho se efetive, precisa entrar em contato com os meios/instrumentos de trabalho. Isto é, precisa entrar em contato com instituições que demandem o seu trabalho profissional (IAMAMOTO, 2011). Nesse sentido, uma fração dos instrumentos necessários para a realização do trabalho profissional fica a cargo das instituições que contratam assistentes sociais. Pode-se citar as salas, cadeiras, computadores, canetas, impressoras, caixas de som, projetor, telefone, carro, tintas, papéis, etc.

Esses locais de trabalho, que podem ser empresas, organizações não governamentais – ONGs ou o próprio Estado, possuem um direcionamento a determinados segmentos de classe que, por sua vez, possuem alguma demanda em comum e, portanto, essas instituições estabelecem prioridades que devem ser atendidas no cotidiano de trabalho da assistente social (IAMAMOTO, 2011).

Entretanto, a profissional ainda dispõe, mesmo que muitas vezes de forma precária, seja pelo vínculo empregatício frágil ou mesmo pela subalternidade reiterada do trabalho realizado por esta profissional, de sua autonomia relativa. Isto é, a profissional ainda tem espaço para reelaborar essa demanda comum e institucional de maneira a identificar os processos particulares das expressões da questão social vivenciadas no cotidiano dos sujeitos que acessam determinado serviço. Nas palavras de lamamoto (2011, p. 97, grifo da autora):

[...] durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se à exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo [...] é no limite dessas condições que [...] o assistente social preserva uma relativa independência na definição de prioridades e das formas de execução de seu trabalho [...]

Esse processo diz respeito ao modo como as visitas domiciliares, as entrevistas, os grupos, as visitas técnicas, entre outros instrumentos, serão conduzidos. Isto é, como a profissional irá se utilizar dessas ferramentas, a partir do conhecimento teórico que carrega, para elaborar suas análises acerca da demanda atendida. Inclusive, muitas vezes, as profissionais do Serviço Social realizam visitas domiciliares, por exemplo, e as informações obtidas dizem respeito as condições de moradia, a renda da família, a quantidade de pessoas que vivem em determinada residência, mas poucas vezes há uma aproximação

no que tange a história de vida daqueles sujeitos, a interpretação que eles dão as vivências que tiveram. Trata-se, portanto, de uma utilização reduzida do instrumento, afinal, “se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas” (MARTINELLI, 1999, p. 22). Quer dizer, se a proposta de trabalho é intervir, se faz preciso ter clareza que, para materializar esta dimensão interventiva, é preciso conhecer e compreender os diferentes modos de vida que os sujeitos estabelecem no contexto de uma sociedade capitalista e o significado dessas histórias para eles, este movimento só é possível quando, a partir do uso do instrumental, as profissionais se propõem a conhecer a realidade com a qual trabalham.

Da mesma maneira, acontece quando se faz uso de uma entrevista, também se irá buscar, apoiado na teoria que orienta o trabalho profissional, “[...] conhecer a história de vida dos sujeitos usuários, privilegiaremos não uma reconstituição cronológica, mas a história a partir de fatos significativos, contextualizados [...]” (PRATES, 2003, p. 04).

Outro instrumento de trabalho considerado é a linguagem³³, afinal o desempenho de suas atividades está articulado a capacidade de comunicar-se para estabelecer vínculos com as pessoas com quem se trabalha diariamente (IAMAMOTO, 2011). Nesse sentido, pouco adianta uma capacidade de leitura da realidade bem desenvolvida e fundamentada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, se a profissional não consegue expressar, comunicando-se ativamente com o outro, esses elementos que articula no trabalho.

Outro ponto, é a questão da sensibilidade e da criatividade das profissionais, pois estes aspectos também influenciam na escolha do instrumento que será utilizado. Pode-se optar por fazer uso das mais variadas expressões

³³ “A simples manipulação de um instrumento vem acompanhada de uma intenção, expressa pelo uso de signos linguísticos e não linguísticos. Pensamento é sempre pensamento acerca de alguma coisa e, por isso mesmo, consiste em linguagem, que não é um mero subproduto do pensamento. É na e pela linguagem, que se pode não somente expressar ideias e conceitos, mas significar como um comportamento a ser compreendido, isto é, um comportamento que provoca relações e reações [...] A linguagem pode ser caracterizada em suas dimensões de *signo* (significação, simbolização e semiotização), de *preposição* enquanto forma de descrever e/ou representar estado de coisa (relação entre significado, referência e valor de verdade), de *ato de fala* que demanda um certo tipo de comportamento e um uso em uma situação [...] de *discurso*, entendido como efetivação do dizer e do dito [...]” (ARAÚJO, 2004, p. 9 – 10).

artísticas como músicas, romance, filmes, teatro, maquetes, entre outras, na perspectiva de fomentar processos reflexivos, interações, diálogos ou debates entre os sujeitos que estão participando do processo, mas esta escolha precisa ter relação com a realidade vivenciada pelos sujeitos atendidos. Nesse sentido, por exemplo, pouco adianta se utilizar de um filme que trata de questões da juventude e urbanidade para trabalhar com jovens que estão no meio rural (PRATES, 2014). Daí a importância de que as profissionais estejam sensíveis e receptivas a realidade com a qual trabalham.

Uma vez que, essa perspectiva de trabalho, passa pela dimensão pedagógica do Serviço Social, essa profissional é também uma educadora que tem a tarefa de “através da análise política, séria e correta [...] desvelar as possibilidades” (FREIRE, 1992, p.11). Para que isso aconteça, é preciso estar atento para as particularidades da realidade com a qual se trabalha. Sobre isso Paulo Freire traz um exemplo quando conta que certa vez, quando terminou de realizar uma fala para trabalhadores no Nordeste do Brasil, uma das pessoas que o escutava pediu a palavra e questionou se o “Dr. Paulo” sabia aonde eles moravam, se já havia visitado a casa de cada um deles. Feito isso, o trabalhador começou a descrever a “geografia precária de suas casas, a escassez de cômodos, os limites ínfimos dos espaços em que os corpos se acotovelam, falou da falta de recursos para as mais mínimas necessidades [...]” (FREIRE, 1992, p. 26), na sequência o trabalhador descreveu a casa e a rotina de Paulo, mesmo sem nunca ter estado lá, que, obviamente, era o oposto da vivenciada por ele. E o indagou por fim:

— Agora, veja, doutor, a diferença. O senhor chega em casa cansado. A cabeça até que pode doer no trabalho que o senhor faz. Pensar, escrever, ler, falar esses tipos de fala que o senhor fez agora. Isso tudo cansa também. Mas – continuou – uma coisa é chegar em casa, mesmo cansado, e encontrar as crianças tomadas banho, vestidinhas, limpas, bem comidas, sem fome, e a outra é encontrar os meninos sujos, com fome, gritando, fazendo barulho, E a gente tendo que acordar às quatro da manhã do outro dia pra começar tudo de novo, na dor, na tristeza, na falta de esperança. Se a gente bate nos filhos e até sai dos limites não é porque a gente não ama eles não. É porque a dureza da vida não deixa muito pra escolher (FREIRE, 1992, p. 27).

Este exemplo foi trazido não para dizer que se deve naturalizar os processos sociais com os quais as assistentes sociais se deparam

cotidianamente, mas sim para chamar atenção de que é preciso conhecer a compreensão de mundo e de vida que os sujeitos atendidos têm, vivenciam. É buscar a mudança do concreto a partir do próprio concreto, compreendendo que as condicionalidades explicam determinado fenômeno, mas também trazem em si a possibilidade de transformá-lo (FREIRE, 1992).

No Serviço Social a discussão sobre meios, técnicas e instrumentos de trabalho enfrenta uma certa dificuldade de ser realizada sem incorrer ao campo do tecnicismo. Entretanto, não se pode simplesmente ignorar o debate acerca deste importante elemento do processo de trabalho com base no ranço construído pela categoria quando a profissão era concebida como uma prática e o viés tecnicista era muito mais presente. Isto porque, essa é uma dimensão do trabalho profissional, importante e bastante presente. Portanto, é preciso trazer esse debate para o centro de discussões, torná-lo político, para qualificá-lo, não basta simplesmente tomá-lo como algo superado na profissão.

2.2.3. PRODUTO

De acordo com Marx (2013) o produto é a expressão materializada da conclusão do processo de trabalho. Isto é,

O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação da sua forma. O trabalho se incorporou ao seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado (MARX, 2013, p.258).

Obviamente que para a existência de um produto é necessário, além do uso dos outros elementos do processo de trabalho, o próprio trabalho. Nesse sentido, a teoria marxiana aborda o trabalho a partir de duas dimensões com articulação intrínseca entre si: trabalho concreto e trabalho abstrato. O primeiro diz respeito a qualidade desse produto, ou seja, as características específicas que ele possui e que servirão para suprir alguma necessidade humana. Este produto, possui, portanto, valor de uso e, por esse motivo, é fruto de um trabalho útil. O segundo se refere a quantidade de trabalho socialmente necessário para que esse produto seja materializado, para além de sua utilidade. Tem, então, um outro valor que o compõe e, que só será expressado, quando este produto for trocado por outro. Em síntese, na sociedade capitalista tanto os “*elementos* constitutivos do processo de trabalho como o seu *produto* não são apenas objetos úteis, são, também, valores de troca” (IAMAMOTO, 2011, p. 66, grifo da autora). Isto porque, todo o trabalho humano realizado acaba sendo voltado para a esfera da circulação de mercadorias, ou seja, ingressa no circuito do valor, podendo ser vendido e comprado.

Nesse sentido, a análise do produto do Serviço Social perpassa pela dimensão do processo de produção, reprodução e distribuição de valores na sociedade capitalista. Vários são os produtos do trabalho da assistente social, mas de maneira geral eles poderiam ser divididos em produtos materiais e produtos simbólicos. Ou melhor, quando se está atuando nos mais variados espaços sócio-ocupacionais essas profissionais produzem relatórios, pareceres, estudos sociais, laudos sociais, projetos, planos, artigos científicos, avaliações, viabilizam o acesso a direitos como aposentadorias, benefícios, cestas básicas, etc. (PRATES, 2014).

Nessa perspectiva, o trabalho das assistentes sociais, quando realizado no âmbito do Estado³⁴, repercute diretamente nas condições materiais de reprodução social da classe trabalhadora. Isto é, incide nas condições de acesso a alimentação, moradia, transporte, saúde e educação, através da operacionalização das políticas públicas. Estes são alguns dos aspectos básicos de reprodução da força de trabalho e que precisam, minimamente, serem mantidos, pois a força de trabalho é a única mercadoria que quando consumida consegue gerar mais valor do que ela custou. É, portanto, a fonte da qual a acumulação capitalista extrai sua riqueza. Nesse sentido, o Serviço Social ao existir como trabalho especializado porque possui uma demanda, sendo, portanto, socialmente necessário ao atuar sobre questões referentes a conservação vital e social da classe trabalhadora, contribui, indiretamente, para a produção, reprodução e distribuição de valor (IAMAMOTO, 2011).

Mesmo quando o Serviço Social realiza seu trabalho em empresas capitalistas, por exemplo, pode-se dizer que ele contribui indiretamente para a produção de valores na sociedade capitalista. Isto porque, o trabalho requisitado desse profissional, muitas vezes, tem como demanda criar consensos entre trabalhadores e patrões dentro do ambiente empresarial. Estes consensos, quase sempre, vão impactar as condições de produtividade, tendendo a aumentá-la. Nesse sentido, “cria as condições necessárias para fazer crescer o capital investido na empresa” (IAMAMOTO, 2011, p. 69).

Assim, o Serviço Social, nas perspectivas acima, se apresenta enquanto um trabalho improdutivo³⁵, pois está atuando no campo da prestação de serviços à classe trabalhadora, que é quem produz diretamente mais-valia e, também, para a classe capitalista quando o direcionamento do seu trabalho contratado por

³⁴ “O Estado não cria riquezas ao atuar no campo das políticas sociais públicas. O Estado recolhe parte da riqueza social, sob forma de tributos e outras contribuições que formam o fundo público, e redistribui parcela dessa mais-valia social por meio das políticas sociais” (IAMAMOTO, 2011, p. 70).

³⁵ Por exemplo, “na época de Marx, a grande maioria dos trabalhadores improdutivos era constituída por empregados do comércio, empregados domésticos e funcionários administrativos do Estado. Os empregados do comércio são improdutivos, para Marx, porque não participam da produção, mesmo que suas atividades resultem em lucros comerciais para seus empregadores. Não obstante, Marx e Engels referem-se ao proletariado do comércio, o que sugere que o fato de ser improdutivo não impede que um trabalhador pertença à classe operária, como pretendem certos autores marxistas [...]” (BOTTOMORE, 2001, p. 604).

empresários, por exemplo, favorece as condições para o aumento da extração da mais-valia e do lucro destes capitalistas. O trabalho produtivo, de acordo com a teoria de Marx, compreende a contração da força de trabalho pelo capital para atuar diretamente no processo de produção, no intuito de gerar mais-valia.

Por outro lado, quando o trabalho desenvolvido instiga reflexões, discussões, diálogos se está atuando em um campo subjetivo, dos valores, dos costumes, da produção de novas sínteses, do conhecimento, etc. Intervém, assim, na vida cotidiana dos sujeitos. Nesse sentido, “os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham *objetividade social* (e não material), expressando-se sob formas de *serviços*” (IAMAMOTO, 2011, p. 68).

O processo de produção do produto do trabalho das assistentes sociais requer a apreensão e a articulação do método dialético-crítico no desocultamento e análise dos processos que emergem da realidade com a qual se está trabalhando. Isto é, compreender as situações nas quais se está intervindo e buscar nelas elementos, falas, histórias, fatos que tragam concreticidade ao produto que está sendo construído. Nesse sentido, quanto mais clareza e apreensão a profissional possui do método dialético-crítico enquanto meio que articula organicamente seu objeto de trabalho, maior qualidade terão os produtos do seu trabalho e, maiores serão, também, as chances de enfrentamento ou disputa por direções do planejamento no atendimento das demandas, na garantia de direitos dos sujeitos atendidos (PRATES, 2014).

Para realizar essa análise aprofundada da realidade, descortinando as contradições que se encontram ocultas nas situações atendidas, é preciso realizar o processo de conhecimento³⁶ no intuito de superar a pseudoconcreticidade³⁷, para que o trabalho realizado tenha resultados efetivos na vida concreta das

³⁶ “Se constitui pela articulação dos movimentos de ir da aparência do fenômeno, que chega através de um sujeito, e em movimentos circulares ir a essência do mesmo fenômeno que se materializa na vida individual do sujeito. A apropriação desses movimentos permite aos assistentes sociais se apoderarem do conhecimento do sujeito como unidade dialética” (TURCK, 2012, p. 10). É o que Kosik (1976) irá chamar de movimento “*détour*”.

³⁷ “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural constitui o mundo da pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976, p. 11).

peças. Esse movimento articula-se diretamente com elementos que compõem o método de investigação e de exposição em Marx, pois é a partir do entendimento pormenorizado da realização da prática dialética que o profissional encontrará subsídios para reelaborar o objeto e materializar produtos baseados em análises que comportam as inter-relações das circunstâncias que compõem determinadas situações acompanhadas de propostas de intervenção, que podem ser sob forma de documentação ou evidenciadas nos relatos, posicionamentos, comportamento dos sujeitos com os quais se trabalha. Em síntese, “os produtos do trabalho constituem-se numa totalização provisória concreta que resulta do trabalho profissional objetivado e materializado num processo ou num documento” (PRATES, 2014, n. p.).

3. . A MEDIAÇÃO DA ARTE PELO SERVIÇO SOCIAL

*A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
(Titãs)*

A música tocada pela banda Titãs, pode ser interpretada como uma crítica a maneira que a sociedade capitalista organiza modos de vida e suas relações sociais. Isto porque, em um contexto de inserção numa sociedade de classes, de caráter contraditório e permeada por interesses antagônicos, a existência humana tende a assumir uma dimensão reduzida, focada na provisão do ínfimo necessário para a sua sobrevivência ou no consumo exacerbado. A lógica da mercantilização da vida e o trabalho estranhado ocupa a maior parte do tempo de vida das pessoas, são condicionalidades postas as classes sociais. Não há, portanto, condições estruturais para que todos, de maneira equitativa, tenham condições de fruir a vida. Entretanto, quando a produção artística grita e afirma que não se quer só comida, mas sim a vida, a sensibilidade, o agir criativo, a liberdade, ela está comunicando, geralmente, para um grande número de pessoas, que é possível opor-se a este modelo, que não é preciso naturalizá-lo. Ou seja, que há possibilidade de uma existência mais plena de sentido, mas para isso é preciso confrontar e resistir. O presente capítulo aborda aspectos que integram o surgimento da arte, percorrendo um breve caminho histórico de construções, significações e ressignificações da atividade artística até o desenvolvimento de formas mais complexas de se interpretar a produção artística. No segundo item, trata sobre a produção artística e a dimensão da alienação. Seguido das problematizações acerca da arte enquanto um instrumento de trabalho para o Serviço social e das contribuições que este uso pode trazer a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social – PEP.

3.1. O SURGIMENTO DA ARTE

A arte surge como um elemento prático-utilitário e simbólico, enquanto unidade responsável pela representação visual das relações estabelecidas entre ser humano e natureza, como pode ser verificado nas pinturas rupestres. A dimensão prática-utilitária está relacionada com o fato de que a arte produzida durante a pré-história, ao materializar elementos da vida humana desse período, de maneira realista, desenhando com pigmentos ou gravando com incisões na própria rocha, imagens de animais, plantas, pessoas e sinais gráficos, tinha uma finalidade de antecipar ou facilitar a caça que seria realizada na vida real. Já, a dimensão simbólica está relacionada ao fato de que esse processo estava mediado por uma relação muito próxima entre arte e magia. Por este motivo, a relação entre utilidade material – representada pelo objetivo de concretizar a caça de animais selvagens – e elementos simbólicos – representada por meio da magia que envolvia a produção da arte nesse período – compõe intrinsecamente o processo de surgimento das produções artísticas e do aprimoramento da relevância estética³⁸ (VÁZQUEZ, 1978).

Estes primórdios da arte pressupuseram que um trabalho anterior e, portanto, mais antigo fosse realizado. Quer dizer, desde o momento que seres humanos lascaram pedras, mas se preocuparam com a sua simetria ou mesmo introduziram detalhes entalhando linhas, por exemplo, que em nada alteravam a utilidade do objeto, estavam aprimorando e desenvolvendo o valor estético que estabeleciam com os objetos que produziam (VÁZQUEZ, 1978).

Destaca-se que, mesmo em períodos históricos mais desenvolvidos a finalidade prática dos objetos produzidos ainda possuía um destaque em relação a sua utilidade espiritual. Ou seja, o produto do trabalho não adquiria, necessariamente, uma dimensão de apreciação, contemplação, como algo prazeroso a fruição humana. Isto, pode ser verificado em Coli (1995) quanto o autor diz que o produto que se originava do trabalho de um ourives, carpinteiro ou tecelão era, geralmente, um objeto útil a alguma necessidade mais prática.

³⁸ “Estética é uma relação Sujeito-Objeto [...] A Estética [...] é a Ciência da Comunicação Sensorial e da Sensibilidade” (BOAL, sem ano, p. 190).

Nesse contexto, o conceito de “obra-prima” estava intimamente relacionado com a dinâmica de funcionamento dos ateliês. Esses espaços consistiam em ambientes de produção e distribuição de objetos e, também, de ensino de técnicas, somente quando o aprendiz apresentasse uma obra de sua inteira autoria, que pudesse ser considerada perfeita, demonstrando o domínio de todas as técnicas, seria então uma “obra-prima” (COLI, 1995). Nessa perspectiva de abordagem, o significado originário da arte consistia, principalmente, na materialização do domínio da técnica de produção de determinados objetos.

Contudo, tanto o processo de produção artística da pré-história quanto o de estágios mais desenvolvidos, ao objetivarem uma finalidade preferencialmente prática, estão, também, realizando processos de aprimoramento da sensibilidade. Isto diz respeito ao caráter dialético do trabalho quando está em ação. Dito de outra maneira, ao artista pré-histórico era exigido uma certa consciência criadora que só era possível mediante o reconhecimento de si mesmo e de suas capacidades no cumprimento do compromisso mágico-utilitário (VÁZQUEZ, 1978). Assim, como os ateliês produziam-se enquanto espaços privilegiados para os artistas da época não só criarem de acordo com as regras estabelecidas, mas, também, para expressarem suas ideias, sua subjetividade, eram espaços onde se compartilhava o conhecimento. Nesse sentido, forma útil e a livre criação constituem, ambas, o movimento entre saberes pré-existentes e saberes emergentes deste processo. Nas palavras de Vázquez (1978, p. 79):

A autonomia relativa do estético em face do prático-utilitário se desvanece, aparentemente, nessa arte pré-histórica submetida a interesses práticos; [...] O que ocorre é que se operou um processo peculiar, em virtude do qual o homem – após transitar do útil ao estético – volta de novo ao útil; mas, nesse retorno, não se perde absolutamente o conquistado, ou seja, o modo peculiar, artístico, de afirmação e objetivação do homem, o qual exige certa autonomia em face do meramente utilitário.

Esta experiência do ser humano de se movimentar entre seus conhecimentos técnicos e suas novas apreensões subjetivas, desenvolvidas a partir da experiência concreta, faz com que os sujeitos avancem na percepção de si mesmos enquanto indivíduos criadores. Esse processo implica no desenvolvimento da sensibilidade, da livre manifestação das emoções, da racionalidade, da tomada de consciência, do reconhecimento de que é possível

expressar, das mais variadas formas, as relações sociais, afetivas, políticas, econômicas, culturais, entre outras, que integram determinada sociedade ou período histórico em que o artista vive.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento dos sentidos é algo que ocorre historicamente e que representa um aspecto essencial na autoconstrução do ser humano. Isto é, a capacidade de se apreender determinados objetos, fenômenos ou realidades resulta do aprimoramento biológico mediado pelo desenvolvimento histórico e cultural. Este processo, articula-se intimamente com o desenvolvimento da atividade humana prática (VÁZQUEZ, 1978). Nas palavras do autor,

“[...] o desenvolvimento da capacidade do homem de criar objetos através do trabalho, o desenvolvimento da capacidade do homem de plasmar o mundo objetivo a sua feição, se faz acompanhar de exigências no sentido de que se desenvolva uma rica sensibilidade humana subjetiva” (KONDER, 2009, p. 38).

O trabalho, então, aparece como práxis primária³⁹ através da qual o ser humano adquire consciência, autonomia, liberdade e desenvolve a capacidade de apreender o mundo e os objetos que cria, utilizando-se, também, da dimensão sensível para isto, expandindo-a à medida que avança nas suas relações sociais e com a natureza. Assim, o trabalho é condição histórica e social para o surgimento da arte, bem como da estética. A atividade artística passa, então, por um processo de elevação dos níveis do trabalho, ou seja, é ampliada a medida que o ser humano aprimora seu domínio sobre a matéria, expandindo o processo de humanização (VÁZQUEZ, 1978).

Sendo assim, a arte aparece como uma produção teleológica secundária⁴⁰, considerando que sua produção e desenvolvimento têm como origem a

³⁹ “Num primeiro momento do ato teleológico, o homem intervém e transforma a natureza para responder à sua necessidade primeira de sobrevivência (comer e proteger-se dos efeitos naturais sobre o seu corpo). Trata-se da "posição teleológica primária", aquela em que o homem, mediado pelo trabalho, transforma a natureza e é por ela transformado, em função da sua sobrevivência [...]” (AMARAL, 2005, p.40).

⁴⁰ [...] a proporção que as necessidades são respondidas surgem novas necessidades, as respostas a essas necessidades também vão-se diversificando e tornando-se mais complexas. Assim, as posições teleológicas se diversificam, porque os homens precisam organizar sua processualidade, intervir no comportamento dos outros homens, provocar mudanças e responder as exigências postas pela complexidade com que o ser social vai se estruturando. Essas posições

complexificação das relações que compõe a vida em sociedade. A criação artística pode caracterizar-se como uma objetivação humana previamente ideada, na qual o ser humano pode expressar sua apropriação acerca da realidade, refinando seus sentidos, evidenciando processos sociais, como por exemplo, a desigualdade, a violência, as resistências, os afetos, a política, entre tantos outros, presentes na realidade objetiva. Pode, inclusive, despertar naqueles que entram em contato com a arte um conhecimento sobre si mesmos, permitindo a “humanidade avançar um pouco mais no sentido da *humanização* do mundo” (KONDER, 2009, p.162).

Entretanto,

[...] a razão está assim intrinsecamente presente no objeto artístico, mas a obra enfeixa elementos que escapam ao domínio do racional e sua comunicação conosco se faz por outros canais: da emoção, do espanto, da intuição, das associações, das evocações, das seduções (COLI, 1995, p. 104 – 405).

Nessa perspectiva, a atividade artística perpassa, mais intimamente pelos sentidos, tanto no âmbito de sua produção quanto nos impactos que gera na esfera da racionalidade, ou seja, a arte atinge o ser humano e comunica-se através de emoções que extrapolam a racionalidade teórica ou formal⁴¹. O diálogo, então, que se estabelece com o sujeito que se defronta com a obra artística passa pela percepção sensível que, pode ou não, estar mediada pela racionalidade.

Isto é, as produções artísticas criam um canal para se conectar com os sujeitos ao provocar sentimentos de medo, tristeza, alegria, raiva, euforia, sensações de frio, calor, arrepios, ao despertar a audição através da utilização de sons ou, ainda, fazer com que esses sons sejam sentidos corporalmente através da vibração, ao instigar o olfato por meio de cheiros adocicados, cítricos, florais,

teleológicas que orientam as ações dos homens entre si são "posições teleológicas secundárias". *Posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias se interligam no processo de produção e reprodução da vida em sociedade*" (AMARAL, 2005, p.40, grifo nosso).

⁴¹ “Com base em Kalberg (1980), a racionalidade teórica, envolve um entendimento da realidade pela construção de conceitos e a racionalidade formal, se associa à resolução de problemas por meio de ações fundamentadas em padrões racionais de meio e fim e em regras, leis e regulamentos com caráter universal” (BIN; CASTOR, 2007, p. 37).

amadeirados, herbais, entre outras possibilidades emocionais e sensoriais. Ao criar esse canal, por intermédio de recursos sensíveis, a arte traz a possibilidade de a história ficcional ou real contada por uma música, um filme, uma poesia, uma prosa, um teatro, entre outras expressões artísticas, tocar emocionalmente as pessoas, trazendo ao pensamento memórias e/ou situações atuais/cotidianas de vida. Dito de outra maneira, é por meio desta dimensão sensível que se mostra possível aprofundar o conhecimento sobre as significações individuais relacionadas e experienciadas na realidade.

Este processo corresponde a um tipo de conhecimento e de pensamento, o Conhecimento e o Pensamento Sensíveis⁴², que se apresentam como jeitos diferentes de funcionamento do sistema mental, mas que são tão ativos, dinâmicos e articulados quanto o conhecimento e o pensamento que exigem uma codificação e decodificação linguística. Nesse sentido, o conhecimento sensível “não é uma função estática, arquivo morto ou mero registro de informações sensoriais, mas sim o orquestrador das novas informações com as anteriormente recebidas, e com os desejos e necessidades do sujeito” (BOAL, sem ano, p. 190).

Este mesmo processo pode, também, estar mediado pelo acúmulo de um tipo de conhecimento e de pensamento que explicam e entendem o mundo a partir de conceitos ou simbologias. Tal conhecimento e pensamento, de quem entra em contato com determinada obra artística, é entendido como Conhecimento e Pensamento Simbólicos. Isto é, há uma associação, no plano do pensamento, de informações que são traduzidas através de palavras, são elas que trazem “[...] o Conhecimento Abstrato que é produzido pelas linguagens informativas⁴³[...]” (BOAL, sem ano, p. 191) para a compreensão do que está diante de si. Trata-se, portanto, da correlação dessas duas formas de conhecimento e de pensamento que podem se complementar ou se repelir, mas que não são subordinadas uma a outra (BOAL, 2009).

⁴² “O Conhecimento é o articulador das informações, e o Pensamento é o formador de decisões e o provedor de ações que passam, ou não, pela Consciência” (BOAL, sem ano, p. 193).

⁴³ “Se uma pessoa a outra diz – “Eu te amo” –, essa frase refere-se ao amor, mas não é o amor. Se nada disser, e apenas olhar a pessoa amada, seu olhar é o amor. A palavra amor é linguagem informativa, enquanto que a voz com que é pronunciada, e o rosto de quem a pronuncia naquele momento, esses, são linguagem cognitiva” (BOAL, sem ano, p. 191).

São inúmeras as concepções acerca da definição de arte, porém este estudo compreende que as produções artísticas são unidades dialéticas. Isto é, o conteúdo expressado na arte pode reafirmar os processos de alienação produzidos pela sociabilidade capitalista, como, também, pode demonstrar uma superação, em alguns níveis, desse estranhamento e, ambas dimensões, podem coexistir em uma mesma expressão artística.

3.2. ARTE E ALIENAÇÃO

É sabido que a produção da arte não carrega em si uma obrigatoriedade quer seja ela de ser política, crítica ou consciente, porém, é sabido também que “somos filhos da época e a época é política/todas as tuas, nossas, vossas coisas/diurnas e noturnas são coisas políticas/querendo ou não querendo seus genes são políticos/tua pele tem matiz político/teus olhos um aspecto político/o que você diz tem ressonância/o que silencia tem um eco/de um jeito ou de outro político/até caminhando e cantando a canção/você dá passos políticos, sobre um solo político/versos apolíticos também são políticos/e no alto a lua ilumina com um brilho já pouco lunar/ser ou não ser? eis a questão me dirão/e a questão é política (SZYMBORSKA, W.; JACKS, H; 2018). Nesse sentido, todas as ações cotidianas, assim, como a própria vida, são impregnadas pelo caráter político, o exercício de produzir artisticamente passa por concepções teóricas e ideológicas pautadas por um modo de vida, em um modelo de sociedade, num determinado tempo histórico, independentemente de o artista ter consciência disto ou não. Contudo, alguns artistas conseguem realizar uma leitura tão consciente e ampliada de seu tempo histórico que as expressões materializadas em suas obras podem informar sobre tempos que ainda estão por vir.

Reitera-se, então, que a política é uma dimensão da atividade humana que se interpenetra nas demais, pois desde o momento em que os seres humanos vivem em sociedade, dependem da sociedade para nascer e sobreviver, mesmo com ou sem vontade de estabelecer essas relações, não há como “ignorar a significação política que os comportamentos individuais inevitavelmente assumem” (KONDER, 2009, p. 183). Nessa perspectiva, mesmo quando o artista canta sobre o amor ou sobre a tristeza, por exemplo, e essa canção reafirma um

relacionamento abusivo, o machismo, a violência ou objetificação da mulher, pode-se estar contribuindo para a reprodução de uma subjetividade alienada. Isto porque, a significação dos sentimentos tem imbricação direta com a vida concreta condicionada por determinações do modo como as relações sociais são estabelecidas.

Ainda na tentativa de refletir sobre esta problemática evidencia-se o seguinte:

imaginou-se que a arte seria uma fonte de conhecimento *puro*, da qual estivessem sempre banidas quaisquer deformações ideológicas: fez-se abstração do uso social da produção artística (considerando-se este uso algo inteiramente *exterior* ao fenômeno artístico), ignorou-se o papel desempenhado pela arte na história como participante de lutas políticas e não se levou em conta a influência exercida pela arte no desenvolvimento e na derrubada dos mitos (o que implicaria em admitir uma natureza política na arte). Por outro lado, negou-se à criação artística qualquer vinculação estrutural com as questões relativas ao conhecimento humano: a arte foi figurada como um mero jogo gratuito, como uma função destinada a atender às necessidades lúdicas inerentes a um *eterno* espírito humano, isto é, à *essência* do Homem (KONDER, 2009, p. 159).

Nas duas tentativas há um distanciamento entre história da humanidade e a história da arte fazendo com que a relação entre ambas apareça por um viés duvidoso, possível, mas ao mesmo tempo incerto. Entretanto, a categoria totalidade é fundamental para compreender a relação entre a história geral da humanidade e a história da arte, afinal a “história da arte é parte ativa da história global dos homens, ajuda a compô-la criadoramente, mas afinal, não passa de um *aspecto vivo* desta” (KONDER, 2009, p. 161, grifo nosso).

Nesse sentido, a arte não tem se desenvolvido a margem dos processos contraditórios da divisão da sociedade em classes, do conflito capital – trabalho, da exploração da força de trabalho e, portanto, não é inume aos processos de alienação. Com a intensificação do aprofundamento da divisão social do trabalho, aprofunda-se, também, cada vez mais, a separação entre a consciência e o trabalho, entre o planejamento e a execução, entre o objetivo e a materialização, fazendo com que o trabalho perca seu caráter criador. Desta forma, a arte se encontra, também, separada da atividade que lhe deu origem, na qual o ser humano transformou e humanizou a si mesmo e a natureza (VÁZQUEZ, 1978).

No capitalismo, o trabalho é atividade de subsistência, ou seja, o valor pago pelo capitalista a classe trabalhadora é o mínimo necessário para sua reprodução social. Ao estarem subordinados a esta ínfima remuneração, que lhes garante apenas a sobrevivência, os trabalhadores passam a viver em função do trabalho sendo impedidos de fruir das demais dimensões da vida humana. A classe capitalista também sofre os rebatimentos dessa estrutura de sociedade, por exemplo, a constante preocupação em manter as taxas de lucro ou não ser destruído por algum monopólio, reduzem, do mesmo modo, as possibilidades de um desenvolvimento humano-pessoal pleno de sentido.

Salienta-se que, as produções artísticas não são um subproduto da alienação, isto é, a arte não é um resultado secundário extraído do processo de alienação, mas sim um processo social que é atravessado pelo processo de alienação (KONDER, 2009). Nesse sentido, a criação artística defronta-se com a produção capitalista. Isto porque, arte, por ser considerada uma das manifestações mais expressivas do ser humano enquanto sujeito consciente, livre e criador, se vê submetida às leis da produção material capitalista, tendo a dimensão da liberdade reduzida ou mesmo anulada. O artista se vê, então, obrigado a vender seu talento criador, a produzir para o mercado, as leis da produção capitalista se estendem, então, para a arte (VÁZQUEZ, 1978).

É sabido, também, que nem todo artista se submete a vender seu talento criador para grandes empresas, preservando, assim, certo nível de liberdade ao criar. Alguns exemplos disso são os artistas de rua, as pessoas que produzem artesanalmente, os grupos de cinema independentes, entre outros. Contudo, esses processos de trabalho estão sempre mediados pelo modelo de relações sociais estabelecido na sociedade que estes artistas integram, entendida aqui como a sociedade capitalista. O fato de a sociedade de classes condicionar essas dimensões do trabalho artístico não significa, necessariamente, determinar, tomar de forma imutável e insuperável essa realidade.

De acordo com Vázquez:

[...] A liberdade não consiste, portanto, em ignorar ou voltar as costas para este diversificado condicionamento, mas num modo peculiar de relacionar-se com ele, relação na qual o artista só se afirma na medida em que supera esse condicionamento (conquista do universal humano a partir do condicionamento histórico, social, de classe ou nacional);

domínio do material, transfiguração da realidade de que parte etc.). Sendo assim, a liberdade de criação, não é algo dado, mas uma conquista do artista sobre a própria necessidade (1978, p. 195 – 196).

Sendo assim, a arte não pode se expressar de maneira independente das condições históricas, políticas e sociais, pois estas são base para sua criação. Contudo, é no movimento de avanços e recuos, na relação de oposição entre as dimensões da vida humana, condicionadas pelo capitalismo, e as potencialidades de realizações conquistadas historicamente pelos seres humanos que a liberdade de criação artística vai sendo construída e alcançada. Mesmo a liberdade relativa encontrada pelo artista para materializar seu trabalho é um ato de conquista diário, um movimento de resistência às condicionalidades presentes no real. Como aponta Chauí (2014, p. 57) “é no interior dessa sociedade que desejamos examinar alguns aspectos da cultura como resistência”. Assim, como a cidadania não é dada aos sujeitos e se apresenta como resultado de uma luta permanente que implica um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1997) a liberdade relativa de criação artística é, também, fruto de um ato de resistência às formas hostis com que o capitalismo age sobre o trabalho humano.

3.3. ARTE COMO INSTRUMENTO DE TRABALHO PARA O SERVIÇO SOCIAL

Uma das características do Serviço Social é o fato de ser uma profissão eminentemente interventiva. Considerando isto, se faz necessário ter claro o conceito de intervenção:

Intervir vem do latim *intervenire*, que significa meter-se de permeio, ser ou estar presente [...] interpor seus bons ofícios.

Meter-se de permeio: indica atuação. Posição ativa de alguém que interfere, que se coloca entre pessoas, que de algum modo estabelece um elo, uma ligação.

Interpor os seus bons ofícios: ação de quem tem algum preparo em determinada área e põe seus conhecimentos à disposição de quem deles necessita. Ação de quem acredita no que faz.

Estar presente: não indica necessariamente uma ação, o que leva a pensar em alguém disponível, que aguarda uma solicitação. Estar presente parece indicar uma posição, alguém a quem se pode recorrer e que está inteiro na situação [...] (LOPEZ, 1995, p. 26).

A intervenção pressupõe, então, uma relação ativa da profissional com as demandas atendidas no cotidiano de trabalho, é preciso que tal relação se proponha a transformar. Esse processo, por sua vez, é composto por uma intencionalidade e pela mediação do conhecimento teórico e técnico. Deste modo, então, o ato de intervir articula-se permanentemente com o processo de apreensão da realidade. Para compreender e apreender o real é fundamental ter clareza das competências teórico-metodológicas. Essas questões, portanto, são de extrema importância, pois elas dizem respeito ao modo como o conjunto de conhecimentos e habilidades, adquiridos durante a formação em Serviço Social, são articulados no uso do instrumental de trabalho. Esse conjunto engloba, entre outras dimensões, os fundamentos teórico-metodológicos da vida social, isto é, o conhecimento de teorias que irão subsidiar e orientar as análises da realidade. No caso do Serviço Social a teoria marxiana embasa o processo de decifrar as relações sociais constituídas no âmbito do surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista, bem como seus rebatimentos na vida cotidiana das pessoas (IAMAMOTO, 2011).

Nesse sentido, quanto mais clareza a assistente social possui de que para “apoderar-se da matéria em seus pormenores” (MARX, 2013, p. 28) é preciso se aproximar das situações que atende através do reconhecimento do conteúdo presente nas falas, nas histórias, nos acontecimentos da vida das pessoas, tanto maior é a sua apreensão do método dialético-crítico e de suas categorias (totalidade, historicidade, contradição e mediação) articuladas com as características que emergem da realidade, trazendo, assim, concreticidade ao processo que está sendo desenvolvido. Posto que, para o Serviço Social, é “fundamental desvendar o modo de ser e de reproduzir-se do ser social expressas no seu cotidiano” (PRATES, 2007, p. 226).

Assim, as expressões da questão social, atendidas diariamente, demandam seu desvendamento e, também, que a intervenção realizada seja efetiva, contribuindo para a construção de processos reflexivos, de cidadania e no fomento de processos sociais emancipatórios. Nesse sentido, a arte utilizada enquanto instrumento de trabalho, mostra-se como um aparato que contribui tanto com o desocultamento dos fenômenos sociais quanto com o fomento à produção de mediações que estimulem o desenvolvimento da consciência crítica junto aos

sujeitos. Isto porque, a arte materializa em suas produções valores, concepções, modos de vida, sentidos e significados de acordo com os contextos históricos, econômicos e sociais vivenciados pelas pessoas (PRATES, 2014).

A arte, então, pode traduzir, no seu conteúdo, multiplicadas e diversificadas expressões da questão social que guardam relação com as experiências cotidianas dos sujeitos, conseguindo, portanto, comunicar-se com as pessoas de forma sensível. Ou melhor, quando uma peça teatral, uma música ou uma poesia, por exemplo, evidenciam o uso de drogas, a violência, a evasão escolar, os diferentes modos de vida, os estigmas, as lutas por direitos, por igualdade, por liberdade, as indignações, entre outros, podem instigar a realização de processos reflexivos a partir de mediações com realidades similares (PRATES, 2007). Destaca-se, que o uso da arte como parte do instrumental de trabalho pressupõe que as profissionais acionem os fundamentos teóricos, éticos e políticos que embasam o Serviço Social. Ou seja, que o conjunto de conhecimentos referendados pela teoria crítica e pelos fundamentos da profissão seja interposto entre o próprio trabalho e o objeto a que se destinam as ações interventivas das assistentes sociais, no intuito de realizar processos de transformação.

Pensar o trabalho profissional requer pensar os momentos que compõe esse processo. Como dito anteriormente, para intervir é preciso conhecer, então, para se chegar a compreensão das histórias de vida daquelas pessoas que são atendidas é necessário realizar um “*détour*”. Isto é, por meio de um movimento contínuo de aproximações com a realidade e abstrações⁴⁴, ir desvendando e apreendendo os processos que se encontram ocultos na demanda imediata construindo, assim, o conhecimento da realidade concreta (KOSIK, 1976).

Neste momento inicial a profissional pode fazer uso de filmes, músicas, poesias, batalhas de rima, teatro, entre outros recursos, para viabilizar que os sujeitos expressem sua história de vida, suas experiências, seus conhecimentos ou seus laços afetivos. Uma vez que, esses recursos artísticos, por se caracterizarem como uma forma mais sensível de acesso ao outro ser humano,

⁴⁴ “[...] A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade [...]” (NETTO, 2009, p. 648).

podem contribuir para que emergam informações importantes e que, talvez, não seriam relatadas durante uma entrevista ou uma visita domiciliar, por exemplo.

A arte pode ser usada, também, no momento da intervenção propriamente dita ao passo em que é manuseada no sentido de desenvolver processos reflexivos que contribuam para que os sujeitos atendidos estabeleçam novas mediações sobre si e sobre as situações enfrentadas cotidianamente. Nesse sentido, o instrumento utilizado, no caso a arte, precisa ser colocado em ação apoiado em um direcionamento crítico-revolucionário que se contraponha ao pensamento hegemônico⁴⁵ que direciona a vida social, política, econômica e cultural de um grande coletivo. Ou seja, um instrumento por si só nada realiza, mas o seu uso, mediado pelo trabalho profissional fundamentado em teorias, e direcionado a um fim pode contribuir para criar “contra-consensos”. Isto é, atuar na esfera da formação política dos sujeitos com os quais trabalha, reforçando valores críticos e democráticos.

A finalidade do trabalho realizado através da obra artística, vai ser determinada pela intencionalidade do profissional que está fazendo uso dela enquanto um instrumento de mediação com a realidade, afinal “os artistas produzem obras cuja repercussão depende menos dos desígnios subjetivos daqueles que as criaram do que das condições objetivas da criação e do consumo” (KONDER, 2009, p. 160).

A escolha do recurso artístico a ser utilizado depende das expressões da questão social manifestadas e do nível de desvendamento do objeto, sendo fundamental que o conteúdo deste recurso permita estabelecer comunicação com o sujeito que é colocado em contato com determinada expressão artística. O propósito disso, é impactar, desacomodar a vida cotidiana na qual “a atividade e o modo de viver se *transformam* em um instintivo, subconsciente, irrefletido *mecanismo* de ação e de vida” (KOSIK, 1976, p. 69), ou seja, problematizar as

⁴⁵ “Gramsci define hegemonia como a capacidade de conduzir, portanto, implica direcionamento político, intelectual e moral. Em outras palavras, a hegemonia supõe a capacidade de um bloco dominante configurar a vida econômica, civil e cultural de um coletivo. [...] reafirmando o acima, Gramsci levanta que, para perpetuar uma sociedade baseada economicamente na exploração de classe (sociedade burguesa), é obrigatório usar de formas de hegemonia que ocultem tal circunstância e naturalizem essa exploração. Desta forma, a hegemonia necessita de estratégias apropriadas para promover um “consenso manipulado”, emergindo assim consentimento diário concedido à ordem social vigente” (JARPA, 2015, p. 125, tradução nossa).

situações vivenciadas a partir da representação entre o mundo vivido e o mundo expresso na arte para que os sujeitos “neste movimento de consciência e superação, retornem ao cotidiano percebendo-o de forma diferenciada” (PRATES, 2007, p. 226).

Isto é possível, pois a arte traz em si aspectos da vida cotidiana, a alienação, os sentimentos, as contradições, as resistências de modo que possibilita as pessoas relacionar a dimensão real com a dimensão de abstração. Nesse sentido, comunicar-se sensivelmente com as pessoas é fundamental na ampliação da compreensão dos processos particulares, no desvendamento das relações de estranhamento entre si e as coisas, no intuito de instigar a mobilização dos processos reflexivos e a apreensão da realidade concreta a partir de outra perspectiva.

A perspectiva de trabalho abordada na discussão acima está intimamente articulada com a dimensão pedagógica do Serviço Social. De acordo com Abreu e Cardoso (2009), esta característica educativa do trabalho profissional realizado pelos assistentes sociais insere-os na área das atividades educativas formadoras de cultura, ou seja,

o trabalho educativo faz parte do nexos orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida – cultura – adequado a um dos projetos societários das classes sociais em confronto (CARBONARI, 2013, p. 19).

Por isto, os aspectos pedagógicos dessa profissão são de suma importância para se estabelecer estratégias educativas emancipatórias. Tais estratégias, segundo Abreu e Cardoso (2009), dizem respeito à necessidade histórica de construir uma realidade societária alternativa à ordem do capital. Logo, tomar a arte como estratégia pedagógica, norteadas pela fundamentação teórica do Serviço Social, para se realizar a intervenção, mostra-se para a assistente social, como um meio de se estabelecer mediações entre as manifestações cotidianas e as dimensões macroscópicas da realidade objetiva. A interpretação do real, através de filmes, letras de músicas, poesias, entre outros, são significativos para a contextualização histórica, política, social e ideológica das expressões da questão social que se apresentam na vida dos sujeitos

(PRATES, 2007). Entende-se, então, que o trabalho da assistente social pode oportunizar o desenvolvimento da autonomia, no caminho da emancipação e da expansão da criticidade dos sujeitos.

Salienta-se que:

as manifestações da cultura têm aspectos contraditórios que veiculam alienação e reproduzem estigmas, subalternidade, submissões, mas como contraponto transmitem o conjunto da riqueza simbólica humana produzida, podendo servir se mediadas com essa finalidade para contribuir com processos transformadores (CARBONARI, 2013, p. 31).

Neste sentido, mesmo que a arte carregue em si contradições ela é capaz de refletir a realidade objetiva, fazendo com que seja possível, penetrar na realidade humana (VÁQUEZ, 1978). Portanto, o modo e a finalidade com a qual a assistente social faz uso da arte como um instrumento de trabalho pode fomentar o acirramento dessas contradições que permeiam as produções artísticas, direcionando o trabalho a um rumo crítico que instigue os sujeitos a ampliarem sua visão acerca do contexto cotidiano, político, cultural e social.

Quando objetivada, a arte passa a representar o ser humano, sendo a materialização de seu pensamento, cultura e valores, expressando a ligação deste sujeito com a natureza, com os outros seres humanos e com a sociedade da qual é parte, possibilitando, o “refinamento” de sua consciência enquanto ser social. Logo:

[...] a arte se constitui como uma forma de expressão cultural, que tem a capacidade de construir o homem em sua totalidade, de tal modo que ele desenvolva a capacidade de, como um ser humano não fragmentado, se conectar com os outros homens, em busca da criação de uma consciência não alienada, isto é, formando conceitos próprios, que dizem respeito à sua realidade, assim como a sua cultura, como ser social. No momento em que a arte propicia aos homens que se conheçam entre si, como seres individuais e coletivos, ela se constitui como um elemento de sociabilidade humana (SCHERER, 2013, p. 73)

É neste sentido que se pode, a partir do uso da arte como instrumento de trabalho, construir com o usuário um entendimento ampliado dos processos vivenciados. As assistentes sociais procuram conhecer e articular os impactos decorrentes do desenvolvimento da sociedade burguesa com as expressões da questão social que se manifestam nas demandas atendidas, buscando enfrentar

esses processos. É nesta perspectiva que, o uso da arte e, de qualquer outro instrumento de trabalho, não pode estar desvinculada das dimensões históricas, políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelos usuários. Nessa direção, também não podem desvincular-se dos conhecimentos teórico-metodológicos e do compromisso ético-político do Serviço Social, pois são estas perspectivas que irão subsidiar e conferir densidade a intervenção realizada com as pessoas que fazem uso dos serviços.

3.4. AS CONTRIBUIÇÕES DA ARTE PARA A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Todo ato, trabalho, projeto enfim, toda prática em uma sociedade de classes, sendo essas classes aqui entendidas como burguesia e proletariado, possui uma dimensão política. Conseqüentemente, os projetos profissionais, assim como o trabalho profissional serão, também, projetos-políticos ou projeto político-profissional. Nesse sentido, o trabalho da profissional assistente social será realizado com base numa determinada direção social apoiada pelo projeto profissional que orienta a categoria. Tal projeto por sua vez vincula-se a um projeto societário, isto é, conecta-se a um projeto que se dedica a pensar os rumos da sociedade como um todo, apresentando “uma imagem de sociedade a ser construída [...] reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 2006, p.142).

Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores, assim, o Projeto Ético-político – PEP do Serviço Social filia-se a um projeto de sociedade que visa à superação do modelo hegemônico burguês (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 4 – 5). Nessa perspectiva, o PEP encontra bases para sua materialização na realidade objetiva, buscando nela a identificação das transformações necessárias e embasa-se, teórica e metodologicamente, através da apropriação da perspectiva marxiana de análise crítico-reflexiva acerca das relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista.

À vista disso, a materialização da dimensão societária almejada pelo PEP da categoria profissional do Serviço Social, caracteriza-se como uma sucessão de

pequenas mudanças cotidianas que possam mobilizar os sujeitos a transformação das relações sociais estabelecidas, contribuindo, assim, para uma mudança societária. É, portanto, “um projeto que também é um processo, em contínuo desdobramento” (NETTO, 2006, p. 155). As mudanças cotidianas encontram-se no âmbito do impacto que o trabalho profissional tem nas condições materiais, sociais e culturais da classe trabalhadora. Isto é, o trabalho realizado tem um efeito no processo de reprodução dessa classe quando viabiliza o acesso a direitos como habitação, segurança alimentar ou a recursos financeiros, através da operacionalização dos serviços ofertados pela política. Essas ações, por conseguinte, favorecem que os sujeitos se organizem objetivamente de outra maneira. Incide, também, no campo dos valores e da cultura quando o trabalho realizado promove, por exemplo, a resistência a violência doméstica ou a participação em conselhos municipais, pois para o trabalho culminar nesses comportamentos é preciso uma atividade anterior que atue no campo da socialização de informações e direitos, da reflexão e da intervenção. Nesse sentido,

o assistente social é [...] um intelectual que contribui, junto com inúmeros outros protagonistas, na criação de *consensos* na sociedade. Falar em consenso diz respeito não apenas a adesão ao instituído: é consenso em torno de interesses de classes fundamentais, sejam dominantes ou subalternas, contribuindo no reforço da hegemonia vigente ou criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social (IAMAMOTO, 2011, p. 69).

É este trabalho, no seu conjunto, que indica um caminho para construção ampliada de resistência, pois atua no sentido de favorecer que os sujeitos se relacionem de forma mais autônoma e consciente para que possam disputar mudanças nos rumos de suas vidas particulares e da vida em sociedade. Para que novas formas de relações sejam desenvolvidas a construção de processos sociais emancipatórios é fundamental, pois são eles que preparam condições para uma atuação política consciente. Nesse sentido, realizar junto aos sujeitos ações que visem fomentar o desenvolvimento da crítica e da reflexão pode fazer com que os posicionamentos, as decisões, as falas, entre outros, sejam pressupostos para práticas libertárias. Esses processos, por sua vez, pressupõem

a autogestão, a participação, a igualdade e justiça social como base das relações sociais estabelecidas (LOUREIRO, 2007).

Assim, a arte mostra-se como um instrumento de trabalho que tem potencial para suscitar reflexões críticas, a partir do desacomodamento das ideias e da vida posta na cotidianidade em um processo de sensibilização dos sujeitos. Desta forma, a arte contribui para que as pessoas repensem sua realidade e ao fazer isto:

[...] abrem-se as cortinas para uma nova concepção, dando possibilidades reais de o indivíduo pensar criticamente, possibilitando o rompimento do senso comum e rejeitando os processos de alienação (SCHERER, 2013, p. 84).

Sabe-se, que as ideias da classe dominante também são disseminadas pelos meios artísticos, afinal a alienação é um processo que se manifesta nas mais diversas dimensões da vida humana e tem como objetivo assegurar que a dominação de uma classe pela outra continue acontecendo. Logo, os processos de alienação mostram-se como obstaculizantes a vida humana genérica, a reflexão crítica, a consciência dos processos nos quais os sujeitos produzem e fazem parte. Entretanto “é também nesses domínios que devemos travar as lutas sociais e políticas em busca de sociedades sem opressores e sem oprimidos” (BOAL, 2009, p.15).

Cabe ressaltar que nem sempre se dispõem de condições socioeconômicas, políticas e culturais que favoreçam o enfrentamento dos projetos societários dominantes e que essa luta não será feita somente pela categoria profissional das assistentes sociais. Por este motivo, tencionar cotidianamente pela materialização de um projeto societário contrário ao da classe proprietária dominante requer a articulação de todos os sujeitos que vivem em sociedade, sejam eles pertencentes aos mais variados segmentos profissionais e sociais (NETTO, 2006).

4. RESULTADOS DA PESQUISA

*Estudar e repartir,
conhecimento e saber,
sempre vale aprender,
sempre vale dividir.
(Pedro Munhoz)*

A construção de conhecimento não é um processo que acontece de maneira solitária, sem os acúmulos dos saberes anteriormente produzidos e, muito menos, sem a incessante reflexão sobre a realidade. Por este motivo, o trecho da poesia de Pedro Munhoz é tão significativo. Os versos do poema podem ser lidos a partir de uma interpretação de que os seres humanos e o mundo estão em constante relação, produzindo e modificando a si mesmos e a vida material. Por isso, vale a pena socializar os conhecimentos produzidos e, nesse processo, aprender e ampliar a compreensão sobre as várias dimensões da vida humana. Nesse sentido, este capítulo irá apresentar os dados que emergiram durante o processo de pesquisa, bem como as análises realizadas a partir deles, no intuito de trazer elementos que possam subsidiar respostas ao problema de pesquisa e às questões norteadoras e, também, ampliar a produção de conhecimentos e reflexões acerca do objeto de estudo.

4.1. APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

As pessoas que participaram da pesquisa foram seis (6) assistentes sociais, sendo cinco (5) mulheres e um (1) homem⁴⁶, que trabalham em Porto Alegre. Apenas uma das entrevistadas graduou-se em Serviço Social no estado do Paraná, as demais graduaram-se no Rio Grande do Sul. O conjunto de

⁴⁶ Quase a totalidade de profissionais foram mulheres, por este motivo, no decorrer deste capítulo quando a pesquisadora se referir aos participantes da pesquisa o fará utilizando o substantivo que determina o gênero feminino (as assistentes sociais, as profissionais, as participantes, as entrevistadas).

características apresentado pelas participantes, no período em que foram entrevistadas, foi o seguinte:

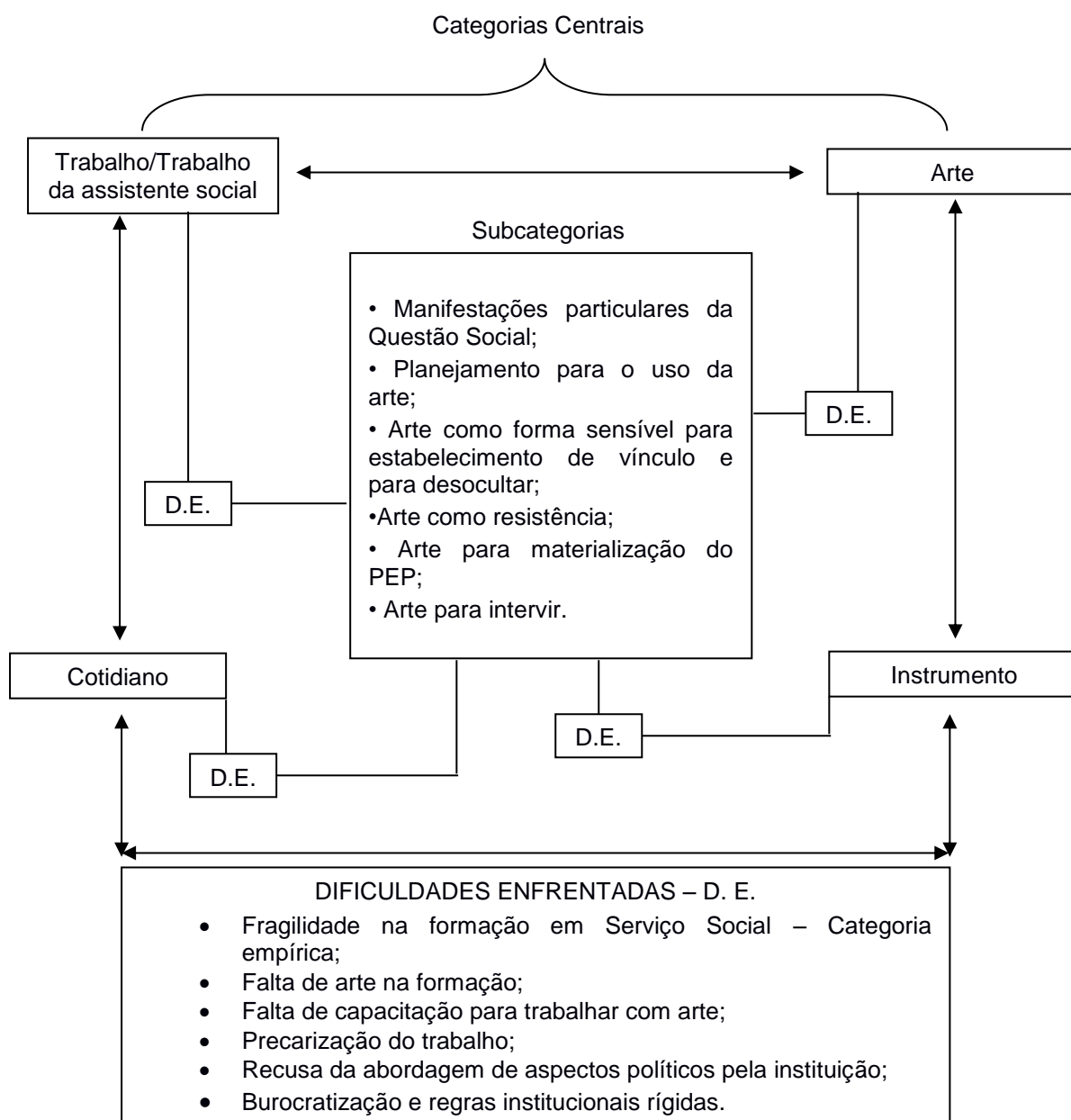
Quadro 3 – Caracterização das Participantes da Pesquisa					
Identificação⁴⁷	Idade	Tempo de Formação	Área em que Trabalha	Tempo de Trabalho nessa Área	Formações Complementares
Participante 1	34 anos	11 anos	Assistência Social	10 anos	- Curso sobre criança e adolescente; - Justiça Restaurativa;
Participante 2	39 anos	16 anos	Assistência Social Saúde	16 anos	- Residência em Saúde Mental Coletiva; - Mestrado em Serviço Social; - Curso de apadrinhamento afetivo; - Curso da brincadeira como um instrumento lúdico;
Participante 3	35 anos	09 anos	Sociojurídico	05 anos	- Especialização em Direito da Criança e do Adolescente;
Participante 4	28 anos	02 anos	Saúde Mental	02 anos	- Residência em Saúde Mental
Participante 5	33 anos	04 anos	Educação	04 anos	- Curso de Tradutor e Intérprete; - Curso Prólibras; - Cursos rápidos sobre Teatro do Oprimido
Participante 6	34 anos	08 anos	Saúde Mental	08 anos	- Residência em Saúde Mental; - Especialização em Educação e Saúde Mental; - Mestrado em Serviço Social; - Doutoranda em Serviço Social;

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

⁴⁷ No intuito de preservar a identidade das pessoas que participaram da pesquisa, trocou-se o nome desses sujeitos pela palavra “participante” seguido do número correspondente a ordem de realização das entrevistas. No decorrer deste capítulo, aparecerão algumas falas dentro dos parágrafos, elas serão identificadas através da indicação, entre parênteses, do número respectivo ao participante no final da expressão destacada.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS

Os dados que emergiram da pesquisa foram agrupados inicialmente a partir das duas categorias centrais do presente estudo: trabalho/trabalho da assistente social e arte, que articulam diversas sub-categorias explicitadas na figura que segue:



Fonte: elaborada pela autora, 2018.

A análise da figura anterior leva a interpretação de que as categorias estão inter-relacionadas, indicando um movimento contínuo e dinâmico entre elas. Contudo, o núcleo duro compreende as categorias trabalho/trabalho da assistente social e arte, isto porque, a arte, mesmo sendo uma categoria central neste estudo, não é tomada aqui pela perspectiva de um uso sem especificação ou determinação, como para a fruição, por exemplo. A utilização da arte, no presente estudo, a partir de uma direção social, tornando-a mais potente, qualitativa, reflexiva, como possibilidade transformadora no processo de trabalho. Nesse sentido, a relação entre arte e trabalho é o cerne a partir do qual se desenvolvem as problematizações da arte enquanto instrumento de análise e intervenção. Quando se observa as categorias é possível perceber que elas são conectadas, ou seja, o cotidiano está na arte e no trabalho, pois é nessa dimensão da vida que arte e trabalho acontecem, e o instrumental é parte, também, do trabalho. A arte é uma dimensão da vida humana que pode ser articulada em uma direção social, podendo ser utilizada enquanto parte do instrumental de trabalho. Nesse sentido, quando se analisa as categorias, percebe-se a predominância do trabalho e da arte como categorias que articulam as demais. Por exemplo, a subcategoria “arte como resistência” refere-se à realização de um trabalho que utiliza a arte de modo orientado para a transformação social, com clareza de direcionamento político, como é o caso do Serviço Social e, os instrumentos de trabalho são articulados a essa dimensão política e social e possibilitam fazer resistência frente a processos de desigualdade.

Entretanto, a realização do trabalho profissional, utilizando a arte como instrumento, esbarra em algumas dificuldades. Quando se constata a fragilidade na formação em Serviço Social, por exemplo, pode-se inferir que o uso de qualquer instrumento, não apenas da arte, encontrará complicações em ser operacionalizado. Isto porque, a fragilidade na formação profissional implica em uma compreensão deficitária do objeto de trabalho das assistentes sociais e do método dialético-crítico, que orienta e subsidia, fundamentalmente, o trabalho profissional. Esse processo, por sua vez, torna as leituras da realidade reduzidas e desarticuladas do contexto econômico, histórico, social e cultural que as produziu. O adensamento dessas análises é realizado nos tópicos que seguem e

buscam responder as questões norteadoras que, em seu conjunto, respondem o problema de pesquisa.

4.2.1 TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL E ARTE: análise do processo à luz da indissociabilidade entre fundamentação teórica e elaboração de reflexões críticas

Um dos aspectos imprescindíveis para se descobrir: **como a arte pode ser utilizada para instigar reflexões críticas junto aos usuários**, encontra-se na investigação acerca da apropriação que as profissionais possuem do objeto de trabalho do Serviço Social. Isto porque, é preciso compreender que as situações particulares vivenciadas pelos usuários dos serviços possuem relação com o conflito capital – trabalho, para, então, compor análises da realidade nas quais se estabeleçam correlações de múltiplas causas e efeitos, elaborando uma percepção mais ampliada dessa realidade. Esta relação, porém, não se mostra imediatamente, ou seja, a questão social não aparece diretamente relacionada com a estruturação do processo de acumulação do capital. Para isto, é necessário desvendar essas determinações, realizar um movimento de abstração teórica e retorno ao real para compreender que as expressões da questão social estão atreladas ao conflito capital – trabalho (MACHADO, 2007). Este processo, requer a apreensão do método dialético-crítico, pois é ele, através de suas categorias totalidade, historicidade, contradição e mediação, que irá indicar um caminho para a construção de leituras críticas da realidade.

Nesse sentido, compreender que as expressões da questão social possuem múltiplas determinações, reconhecendo o processo de acumulação da sociedade capitalista e a dinâmica da luta de classes que se engendra nesse contexto, é essencial para que a arte, quando usada como instrumento, não reforce visões de criminalização e adequação das pessoas atendidas ou, então, seja utilizada apenas como forma de entretenimento.

Por este motivo, o primeiro bloco de perguntas das entrevistas realizadas questionava sobre as demandas gerais atendidas e àquelas identificadas na relação assistente social – usuário, o modo geral de intervenção e o modo como a

arte era mediada para intervir nessas demandas, bem como as situações específicas em que se planejava usar a arte no trabalho profissional.

No que se refere as demandas atendidas, tanto as institucionais imediatas⁴⁸ quanto àquelas identificadas a partir da aproximação com a realidade dos usuários, as profissionais relataram:

Participante 1: [...] nos solicitam [...] a gente fazer o acompanhamento de atendimentos individuais, as visitas domiciliares, eventualmente algum grupo [...] as demandas que tem então dos usuários são inúmeras [...] agora me deu um pouco de branco assim [...]

Participante 2: [...] acho que as maiores demandas tá sendo entender a rede municipal de saúde, como que ela tá funcionando [...] de acolhimento dessas famílias, de avaliação, de pensar junto qual vai ser a proposta de tratamento que a instituição vai dar [...] [...] várias famílias chegam lá com muitas dúvidas em relação ao BPC, passe livre, formas de acesso a outros serviços [...]

Participante 3: [...] acompanhamento da medida socioeducativa do adolescente, acompanhamento [...] da família [...] a partir desse acompanhamento mil demandas surgem [...] falta de atividade, do tempo ocioso, o desejo deles de ter coisa pra fazer [...]

Participante 4: acolher no serviço, acompanhamentos [...] contato com a rede [...] pra achar a família, saber se tem outros serviços que já atenderam [...] saúde, assistência, abrigos [...] [...] muitas violências que eles já sofreram, cerceamento de autonomia [...] seja medicamentoso, seja institucional [...] ou pessoas que passam a maior parte do tempo internando, reinternando ou em instituições como abrigos [...]

Participante 5: [...] a triagem, por exemplo, desse aluno pra entrar na escola, pra fazer os serviços da clínica, tudo passa pela assistente social [...] eu via muito uma demanda dentro da escola [...] vulnerabilidade das famílias [...] falta de comunicação em casa [...] dificuldade de aceitação da surdez [...] retraimento

Participante 6: [...] demanda dos usuários [...] no adulto é muito a questão da previdência, de recursos assistenciais como vale transporte, bolsa família, encaminhamento pra rede [...] no infantil as demanda são muito a questão da violência né que as crianças sofrem, principalmente a violência sexual, de abuso, tem a questão também de vale transporte [...]

Observa-se, então, que a maioria das profissionais indica com mais facilidade as demandas institucionais com as quais trabalham do que as demandas que surgem com o decorrer dos atendimentos, isto fica evidenciado

⁴⁸ “A demanda institucional imediata, via de regra, se refere ao nível mais baixo das necessidades e do planejamento da ação sobre as mesmas” (BAPTISTA, 2000, p. 35).

quando uma das entrevistadas ao tentar elencar essas questões não consegue identificá-las claramente e, profere a seguinte frase: “[...] *as demandas que tem então dos usuários são inúmeras [...] agora me deu um pouco de branco assim [...]*” (1). Ou então, quando é explicitado “[...] *pensar junto qual vai ser a proposta de tratamento [...]*” (2), mas a profissional não verbaliza os processos sociais e particulares que emergiram para serem pensados. Já, a terceira participante expressa que a partir do acompanhamento realizado com os adolescentes e a família “[...] *mil demandas surgem [...]*”, mas essa identificação parece não extrapolar as dificuldades encontradas na própria instituição como o tempo ocioso e a falta de atividades.

Observou-se que algumas perguntas mesmo se referindo a aspectos cotidianos do trabalho exigiam uma pausa para serem respondidas. Isto pode indicar que as profissionais estão tão imersas na rotina institucional que as demandas atendidas, por exemplo, passam a ser tomadas de maneira irrefletida. Esses processos de alienação se intensificam a medida que o ritmo de trabalho também se intensifica. Isto é, o sobretabalho, a pouca quantidade de profissionais que formam as equipes, a falta de uma rede de serviços bem estruturada e a baixa carga horária, são alguns dos aspectos, que impõem uma rotina de precarização às trabalhadoras. Estas questões, atreladas, ao entendimento simplista do objeto de trabalho e do método dialético-crítico aprofundam o processo de alienação. A alienação dificulta o exercício do pensamento crítico, então, quando um agente externo se interpõe, momentaneamente, nessa relação, se faz necessário pensar e refletir sobre o próprio trabalho.

Observa-se, também, que os relatos das participantes contêm processos sociais identificados durante o trabalho, contudo esses processos recebem pouco destaque, aparecendo de forma tímida. Quando uma das profissionais relata sobre a necessidade de “[...] *entender a rede municipal de saúde, como que ela tá funcionando [...]*” (2), pode-se inferir que para potencializar o acesso dos usuários aos direitos é imprescindível analisar e compreender de que modo a rede acolhe as famílias e indivíduos, como é a dinâmica de funcionamento dos serviços que a compõe. Outros exemplos de processos sociais identificados são os seguintes: “[...] *muitas violências que eles já sofreram, cerceamento de autonomia [...]*” (4),

“[...] falta de comunicação em casa [...] dificuldade de aceitação da surdez [...] retraimento [...]” (5), “[...] violência né que as crianças sofrem, principalmente a violência sexual, de abuso [...]” (6).

Nesse sentido, em outros trechos das entrevistas, as profissionais explicitam as manifestações da questão social na particularidade da vida das pessoas e que são identificadas à medida que elas entram em contato com os usuários. Isto fica evidente nos seguintes relatos:

Participante 2: [...] são famílias empobrecidas, que precisam ir de ônibus [...] então tudo isso são custos [...] população [...] que tá na periferia e não tem acesso a arte [...] outra expressão da questão social é não tem acesso porque o valor é absurdo

Participante 3: [...] os guris tem pouca vivência antes de chegar aqui, muitos não sabem nem dizer do que eles gostam [...] nunca foram num cinema, nunca foram num teatro, nunca foram num estádio [...] eles tiveram poucas vivências

Participante 6: [...] a maioria das crianças já sofreram ou sofrem abuso sexual, tem a questão da vulnerabilidade social [...] em casa muitos não tem TV ou não vão ao cinema [...] [...] eles acabam indo pra pensões [...] ou alugando peças [...] nos fundos de alguma residência [...] tem a questão da família não quer que [...] esteja perto ou não tem família [...] violência no território [...] é tiroteio, é morte, é questão do tráfico [...] dificuldade na escola, briga na escola [...]

Infere-se que as trabalhadoras desvendam algumas mediações que articulam as demandas atendidas com a questão social. No entanto, o processo de conhecimento conforme explicita Turck (2008), na qual ocorre a reelaboração do objeto nos termos de Baptista (2001), não é conscientemente planejado, embora elas realizem esse processo de alguma maneira. O entendimento dessas mediações requer a reelaboração do objeto institucional, isto é, requer que as profissionais tomem a demanda de atendimento das instituições como o início a partir do qual será possível identificar e reformular as propostas de intervenção (BAPTISTA, 2000). Esse processo engloba a realização de sucessivas aproximações⁴⁹ para apreender o conjunto de mediações que o acompanhamento

⁴⁹ Se configura num movimento de aproximar-se da realidade com a qual está trabalhando, conhecer as histórias de vida da população usuária, entender a significação dessas vivências no que se refere ao modo como eles organizam as suas relações com outros sujeitos e com o mundo. Tendo por objetivo, descortinar as diferentes dimensões históricas no âmbito político,

das medidas socioeducativas por pichação, o tráfico de drogas, os homicídios, o encaminhamento de direitos sociais e benefícios previdenciários, a solicitação de avaliação e acolhimento nos serviços de saúde mental, assistência, por exemplo, estabelece com o empobrecimento das famílias “[...] que tão na periferia e não tem acesso a arte [...]” (2), com as “[...] poucas vivências antes de chegar aqui [...]” (3), com a “[...] vulnerabilidade social [...]” (5) - (6), com a questão “[...] da família não querer que [...] esteja perto” (6) e da “[...] violência no território [...]” (6). Esse processo, de ir se aprofundando, progressivamente, nas relações existentes, engloba, também, desvendar a dinâmica da organização e as determinações históricas em que as expressões da questão social, objeto de trabalho do Serviço Social, emergem (BAPTISTA, 2000). É este movimento dialético que permite mover o pensamento na direção de distinguir e romper com a aparência das demandas atendidas, permitindo ao profissional se aprofundar, conhecendo concretamente a essência do fenômeno (KOSIK, 1976) que aparece, mistificadamente, na pichação, na pobreza, no uso de drogas, nos preconceitos sofridos ou no sofrimento psíquico, por exemplo. Foi possível identificar, explicitamente, uma maior realização de mediações e, conseqüente a reconfiguração do objeto, no que se refere as ações demandadas pela instituição e, também, aquelas identificadas a partir da aproximação com os usuários dos serviços nos relatos que seguem:

Participante 4: [...] muitas violências que eles já sofreram, cerceamento de autonomia [...] seja medicamentoso, seja institucional [...] ou pessoas que passam a maior parte do tempo internando, reinternando ou em instituições como abrigos [...]

Participante 5: [...] eu via muito uma demanda dentro da escola [...] vulnerabilidade das famílias [...] falta de comunicação em casa [...] dificuldade de aceitação da surdez [...] retraimento(5)

Estas mediações referidas anteriormente também são observadas quando as profissionais trazem relatos como o trecho que segue:

econômico, social e cultural que se articulam concretamente e que manifestam mistificadamente nas expressões da questão social atendidas pelas assistentes sociais.

Participante 4: vou dar um exemplo, eu atendi uma menina que [...] tinha onze anos [...] e ai eu comecei contatando o abrigo, então eu conversei com a assistente social que atendia ela [...] ela me trouxe que ela não tava respeitando as regras de convivência, não tava respeitando os limites, tava opositora [...] que ela tava se colocando em risco [...] tava se colocando em risco mesmo né porque ficava até mais tarde na rua, era realmente perigoso [...] Ai conversando com ela a gente tenta construir através da história de vida [...] Ai eu descobri que ela tava nesse abrigo desde os seis anos, antes dos seis anos ela tava numa casa lar [...] e ela saiu dessa casa lar porque ela tinha sido abusada pelo pai social [...] e ela tava apresentando comportamento opositor, tipo como assim comportamento opositor a autoridade!? pra sobreviver ela tem que fazer isso [...] não tem como ela sobreviver a uma vida dessas sem se opor a autoridade [...] a menina não tinha uma demanda terapêutica, a demanda terapêutica era totalmente institucional, ela não tinha uma demanda de se tratar [...] encaminhei pra reunião de equipe, com essa posição [...]

Nesse sentido, conhecer em profundidade a expressão da questão social com a qual se está trabalhando, requer extrapolar o entendimento rápido e simples dessas situações, exige das profissionais “a análise e o encadeamento de um conjunto de fatos” (LEFEBVRE, 1983, p. 56) que, por sua vez, estão conectados com relações sociais historicamente determinadas. O desencadeamento da conclusão do profissional de que “[...] *essa menina tinha mais é que resistir, ser opositora mesmo [...]*” (5), demonstra a compreensão da categoria contradição que compõe o objeto de trabalho “questão social”. Isto porque, o profissional está fazendo uma leitura de que diante de tantas violências, que expressam a dimensão da desigualdade, a usuária opõe-se, desobedece, não cumpre regras, expressando, assim, a dimensão da resistência frente as situações vivenciadas. Este entendimento da situação atendida pressupõe um processo de tomada de consciência pelo profissional, pois este desvendou e compreendeu a possibilidade de resistência que estava oculta na oposição. Para além deste aspecto, também é importante considerar o fato de tratar-se de adolescente, cujas características contemplam o questionamento da autoridade para a construção da própria identidade adulta, logo esta é uma postura salutar.

Salienta-se, que a explicitação desses relatos não pretende desfocar do uso da arte como instrumento potente para reflexão, mas, sim, mostrar que se aproximar, conhecer, desvendar e reelaborar as demandas atendidas são processos que compõem o movimento dialético para a realização de intervenções que pretendam fomentar processos crítico-reflexivos a partir do uso de expressões artísticas. Reitera-se que é preciso conhecer para propor, no entanto

a arte pode ser utilizada também na realização dos processos mencionados, e, destaca-se, ainda, que o ato de conhecer, de reelaborar propostas e planejamentos são indicotomizáveis. Isto é, esses processos acontecem conjunta e permanentemente durante a realização da intervenção profissional.

A intervenção nas demandas, tanto aquelas que se referiram ao modo geral utilizado para intervir quanto aquelas que trouxeram a arte como instrumento de trabalho, evidenciaram diferentes perspectivas. No que tange a maneira geral de intervenção as profissionais relatam que:

Participante 1: [...] a gente tenta dar um suporte pra [...] conseguir encaminhar questões, tem até um caráter meio jurídico [...] questões de registro da ocorrência [...] encaminhamentos no sentido de judicializar [...]

Este relato evidencia a realização de um trabalho mais burocrático, trazendo à tona o reducionismo tecnicista que permeia o trabalho profissional das assistentes sociais cotidianamente. A efetivação de um trabalho com foco nos tramites da burocracia institucional representa um risco para a ampliação da materialização da direção social pelo Serviço Social. Isto é, as demandas atendidas, cotidianamente, pelas assistentes sociais possuem um elevado nível de complexidade e garantir o acesso a informações e a outros serviços disponíveis são de suma importância para assegurar um atendimento mais completo e a efetivação dos direitos da população. Entretanto, “o verdadeiro espírito da burocracia é “a rotina administrativa”, e o horizonte “uma esfera limitada” (LAPASSADE, 1977, p. 106), ou seja, o risco de se manter nessa perspectiva de trabalho é não desvendar as necessidades concretas dos sujeitos atendidos e, conseqüentemente, não reelaborar o objeto de trabalho nem as propostas de intervenção, pois a burocracia é “o contrário da criação e é também o contrário da reconciliação” (LAPASSADE, 1977, p. 106). Ela se coloca, portanto, como um entrave ao conhecimento da realidade concreta. Salienta-se que as exigências burocráticas também compõem o trabalho das assistentes sociais, entretanto não se pode reduzir a intervenção profissional a estes encaminhamentos.

Esta mesma perspectiva, guardada as particularidades específicas, expressas em cada relato, pode ser verificada no trecho que segue:

Participante 3: acolhimento [...] primeira escuta, constrói [...] o plano de atendimento individual, nesse PIA nós vamos identificar quais são as vulnerabilidades, as fragilidades desse adolescente, que aconteceu pra que ele chegasse aqui e que ele precisa pra sair, pra construir um plano de vida pra quando ele sai [...] aí depois o acompanhamento se dá através de atendimentos individuais, eles vão ter atendimentos comigo e com as outras pessoas da equipe, as famílias vão ter atendimento também [...]

A profissional menciona que no momento da construção do Plano de Atendimento Individual – PIA vão ser identificadas as causas que culminaram na determinação do cumprimento da medida socioeducativa, esta forma de verbalizar o trabalho realizado parece traduzir uma perspectiva mecânica de realização, abrindo possibilidades para interpretações de que o conhecimento de toda a vida pregressa do usuário, bem como, as análises necessárias de serem produzidas para reelaboração do objeto, já foram realizadas neste primeiro encontro. Consiste, então, na elaboração de diagnósticos superficiais da realidade e, novamente, centrados no objeto institucional. Isto porque, quando a profissional afirma que *“[...] a gente tenta desconstruir com ele essa identidade infracional e conversar [...] que outras possibilidades ele tem, que outras histórias [...] já viveu, então a gente vê se ele já passou por esporte, que tipo de esporte ele gosta, se ele já teve experiência de arte [...]”* (3), mostra a dificuldade de compreensão da categoria contradição, pois a prática do ato infracional acontece sob a égide de uma sociedade capitalista que exclui a grande maioria da população mundial do acesso às riquezas produzidas. Nesse sentido, a prática do ato infracional pode ter ocorrido enquanto estratégia de resistência aos processos de desigualdade e de violência institucional, principalmente, os que se referem a habitação, a saúde e a educação. A violência institucional é compreendida como as ações cometidas pelos serviços públicos, estas ações podem se referir a falta de acesso aos serviços, a falta de qualidade nos serviços ofertados, incluindo abusos físicos e/ou psicológicos, por conta da relação de poder desigual entre usuários e profissionais (MARTINEZ, 2008).

Nesse sentido, evidencia, também, a dificuldade de apreensão da categoria mediação, pois o processo a análise proposto acima requer avançar da aparência das situações para um nível de entendimento mais profundo, identificando e desenvolvendo mediações. Parece, que o momento de construção do PIA

consiste na aplicação de um questionário de forma mecânica, a partir, de uma lógica formal e não dialética⁵⁰, em que pese os aspectos mencionados pela profissional serem relevantes e a demanda institucional (construir o PIA) ser o ponto de partida, nos termos de Baptista (2001) para o planejamento da intervenção profissional. Entretanto, como bem alertam as autoras Martinelli e Koumrouyan, não se pode negar o valor dos instrumentos quantitativos elaborados pelas instituições, pois eles “fazem parte da lógica institucional, mas é indispensável que se possa complementá-los com instrumentais [...] construídos pelos próprios agentes institucionais” (1994, p. 138).

Outra profissional relatou:

Participante 2: [...] fazer algumas visitas para escolas aonde a gente tem mais casos [...]

Quando questionada sobre qual a perspectiva de abordagem em que realizava essas visitas, a segunda entrevistada afirmou que é “[...] *pra gente conseguir olhar pra essa criança e não pro diagnóstico dela [...] quero conhecer [...] a gente precisa olhar pra ele como alguém em desenvolvimento, dentro de um contexto de sociedade, dentro de um contexto familiar, ele existe, ele não é um número e uma letra [...]*” (2). Esse relato explicita a necessidade de entender as relações que o objeto de trabalho mantém com as partes que compõem o todo. Isto é, o aprofundamento do conhecimento das conexões existentes entre as situações vivenciadas pelos usuários e as outras dimensões da realidade concreta, acontece no processo de conhecimento.

O processo de conhecimento é o início necessário para qualquer intervenção, é o momento em que se conhece para, posteriormente, elaborar proposições. Neste estágio, a assistente social pensa a demanda inicial como uma expressão da questão social que aparece, anteriormente, a outras demandas. A partir do estabelecimento da relação profissional – usuário, vai

⁵⁰ “A lógica dialética diz respeito ao movimento do pensamento que parte do concreto ao abstrato, elaborando, nesse processo, reflexões sobre as mediações existentes, o conteúdo ainda não visto imediatamente, e, retorna ao concreto conhecido. Já, a lógica formal, “deixa de lado qualquer conteúdo, qualquer sentido que possam ter ideias, conceitos, julgamentos, raciocínios, determina através do puro pensamento as regras [...] gerais da coerência, do acordo do pensamento consigo mesmo” (LEFEBVRE, 1983, p. 81).

desvendando como essa expressão se desdobra, na particularidade da vida deste sujeito, compreendo as determinações da sociedade capitalista que se articulam nas situações (TURCK, 2012).

Já no que se refere ao uso da arte como instrumento de intervenção as profissionais relatam que:

Participante 5: [...] a parte mais da clínica que se vincula com a assistente social [...] então a triagem [...] para entrar na escola, para os serviços da clínica, avaliação socioeconômica, encaminhamentos para o conselho tutelar, pra benefício [...] eu fiquei [...] na parte da clínica e [...] via muito uma demanda dentro da escola que precisaria de um vínculo maior dessa assistente social [...] atendendo as demandas familiares que [...] a maioria dos alunos aqui são de uma vulnerabilidade social muito grande [...] falta de comunicação em casa [...] dificuldade de aceitação da surdez [...] falta de informação [...] pra conseguir seus direitos

A profissional, ao expressar, que “[...] *via muito uma demanda dentro da escola que precisaria de um vínculo maior dessa assistente social [...] falta de comunicação em casa [...] dificuldade de aceitação da surdez [...] falta de informação [...] pra conseguir seus direitos*”, demonstra que identificou aspectos que estavam para além das atribuições delegadas a assistente social pela instituição que era fazer avaliação socioeconômica. Se reconhece, então, que a assistente social reelaborou o objeto, a partir da identificação de demandas com base na realidade da população atendida. De acordo com Baptista (2000), isto não implica a negação ou rejeição daquilo que é solicitado ao profissional pela instituição, mas diz respeito ao “reconhecimento de que essa demanda pode potencializar a abertura de novos espaços para o enfrentamento concreto da questão a ser trabalhada” (p. 32).

Nessa perspectiva, a profissional em questão utiliza-se de técnicas do Teatro do Oprimido para trabalhar o enfrentamento das dificuldades, dos preconceitos e do acesso deficitário aos direitos dessa população atendida. Durante a entrevista ela relatou que “[...] *o primeiro semestre foi o momento de construção, de ensaio total e aí as primeiras peças foram em setembro*” (5). As cenas que compunham uma das peças de teatro eram as seguintes:

Participante 5: [...] eles começam falando que em diferentes espaços existe o preconceito, que pode ser numa simples ação nossa [...] aí tem uma aluna que sinaliza [...] e os outros vão fazendo como se fossem as

imagens [...] um simples olhar, alguém olha do lado [...] na violência [...] dai eles tão fazendo movimento de briga [...] numa segunda cena [...] um cego circula pelo espaço e o restante do grupo se coloca com as mãos para cima [...] todos aglomerados, como se fosse [...] algo [...] que representasse uma opressão [...] quando o cego fazia perceber alguma coisa e virava eles se paralizavam [...] dizendo “opa, também, não é comigo” [...] no final [...] esse grupo se desfaz e vai pra cima do cego, tentando tocar, puxar e esse cego sai bem retraído de cena [...] uma terceira cena é um chefe que está entregando o salário para os seus funcionários, então o chefe organiza uma fila e os alunos vem pedindo o salário e vão ficando atrás desse chefe [...] por fim entra um idoso também pedindo esse salário e [...] não é dado, eles começam a rir [...] porque ele tá de bengala, demora a chegar e ai todos dizem que ele não vai receber esse salário [...] depois como se fosse uma cobra assim eles colocam a mão um no outro e tenta reprimir esse idoso [...] na quarta cena é uma cadeirante que [...] tentar entrar nesse grupo e não consegue [...] por fim entra todo o grupo, olhando o relógio, olhando no celular [...] apressado, correndo ou atrasado pra alguma reunião [...] circulam pelo espaço e ai entra uma moradora de rua [...] com um lixo na mão, vai tirando coisas, papéis de dentro [...] até que ela pega uma fruta de dentro desse lixo e o grupo que tava nesse furdunço atrás [...] param pra ver a moradora de rua e dai alguns colocam as duas mãos na boca, outros as duas mãos no ouvido e outros as duas mãos nos olhos, como se fossem totalmente a parte dessa realidade [...]

A assistente social relatou que “[...] *todas as cenas não tinham solução [...] a gente não quis criar uma solução para os problemas pra poder criar um debate depois do teatro [...] esse questionamento [...] como fazer, como dar solução pra esses problemas tão reais, tão latentes na nossa sociedade [...]*” (5), ao realizar esse trabalho a profissional visualiza, o teatro do oprimido, como um instrumento para trabalhar as necessidades concretas desses jovens atendidos. Isto é, ela trabalha com jovens não ouvintes e utilizou as competências profissionais e habilidades, como a sensibilidade, para perceber que “[...] *eles já têm muito aguçado isso [...] tanto a expressão corporal como facial [...]*” (5). Isto é, a relação profissional – usuários, trouxe elementos para a assistente social direcionar as suas ações, compreendendo que “[...] *essa metodologia da arte, no qual eles não se expressavam através de palavras [...] mas muito mais a expressão corporal*” (5), contribui para o fortalecimento da autonomia desses sujeitos. Para que eles consigam realizar os enfrentamentos que precisam travar diariamente no contexto em que o individualismo, a segregação e a opressão são exacerbados. Nas palavras da profissional: “[...] *esses alunos precisam mostrar isso de alguma forma e tentar [...] superar essas agressões que no dia-a-dia eles sofrem também*” (5).

A escolha do recurso artístico pela profissional considerou a expressão da questão social manifestada e o nível de desvendamento do objeto, sendo que o recurso permitiu estabelecer comunicação entre assistente social, sujeitos e expressão artística escolhida. O propósito de considerar esses aspectos na escolha do instrumento é que as pessoas atendidas possam problematizar as situações vivenciadas a partir da representação entre o mundo vivido e o mundo expresso na arte para que os sujeitos “neste movimento de consciência e superação, retornem ao cotidiano percebendo-o de forma diferenciada” (PRATES, 2007, p. 226). Ou seja, comunicar-se sensivelmente com as pessoas, a partir do subsídio fornecido pelo conjunto de conhecimentos teóricos do Serviço Social, é fundamental no desenvolvimento do processo interventivo, na ampliação da compreensão dos processos particulares, no desvendamento das relações de estranhamento entre si e as coisas, no intuito de instigar a mobilização dos processos reflexivos e a apreensão da realidade concreta a partir de outra perspectiva.

Para construir a peça de teatro, a profissional relata ter realizado várias reuniões de grupo com os jovens, nas quais utilizou “[...] *algumas dinâmicas corporais, alguns jogos teatrais, todos baseados no Augusto Boal [...]*” (5), no intuito de que os adolescentes pudessem trazer as várias situações vivenciadas por eles. Nesse processo, a profissional informa ter conseguido resgatar várias histórias de vida, um exemplo que ela trouxe, foi de um menino que relatou “[...] *se sentir assim já desde pequeno e que cresceu com esse estigma da exclusão, de se sentir sempre isolado, de não conseguir fazer parte de uma sociedade totalmente excludente e totalmente ouvinte [...]*” (5).

Esse processo, requer, que a perspectiva teórica adotada pelo Serviço Social seja apreendida e acionada durante o trabalho, pois é o método dialético-crítico que mostra que os processos de exclusão social são decorrentes do modo como a sociedade capitalista se organiza para produzir riquezas. É ele que vai tornar possível realizar uma série de mediações e viabilizar o aprofundamento do conhecimento da realidade concreta. Isto é, sair da superficialidade da apreensão das demandas e avançar no conhecimento das determinações que as compõem. Estabelecer essa série de articulações inclui a realização de um movimento

permanente, que gera novas reflexões críticas e, a partir disso, incorpora o novo em cada situação (SIMIONATTO, 2004).

A profissional relata, ainda, que após as discussões realizadas no grupo há um espaço para pensar quais são as ações que podem ser desenvolvidas para enfrentar essas situações, isto fica explícito na seguinte frase: “[...] *eu sempre tinha com eles esse processo de que bom a gente vai ficar sempre assim [...] ou a gente tem possibilidade de buscar algo [...]*” (5). Esse planejamento do trabalho serve de base para a elaboração das cenas e dos roteiros como o apresentado anteriormente.

Os impactos gerados por esse trabalho foram identificados pela profissional da seguinte maneira: “[...] *parece que aquilo ali que eles tão falando no teatro é um desabafo [...] a cada apresentação [...] eu percebi que eles tavam com mais força [...] com mais expressão [...] parecia que tava vindo de dentro realmente [...] que eles estariam colocando pra fora aquilo que tá por dentro [...] eles se tornam bem mais resistentes nessa luta*” (5). Quando a profissional percebe o fortalecimento desses sujeitos, através do modo como esses jovens se apropriam do que estão representando e colocam vida, energia, expressão e significado na atividade desenvolvida, ela pode se reconhecer no produto do seu próprio trabalho. Afinal, o planejamento, o trabalho envolvido e o instrumento utilizado para materializar determinada finalidade, fazem sentido para esta profissional, como ela mesma afirma “[...] *é por isso que eu acredito muito nessa metodologia [...] pela questão da expressão [...] não precisa ser em grandes palcos, mas por eles estarem atuando [...] com temas direcionados pra realidade deles, eles se sentem mais fortalecidos com isso também [...] é bem significativo, bem importante*” (5). Os resultados são percebidos, também, por outros colegas da equipe: “[...] *os professores [...] também relatam isso “aquele aluno não é o mesmo aluno [...]*” (5). Essas estratégias, podem se constituir, enquanto espaços de construção e fortalecimento da autonomia, da cidadania, pois estes processos perpassam por exercícios de sensibilização e reflexão.

Outra profissional, demonstrou a importância da apropriação dos fundamentos teóricos do Serviço Social para tencionar e disputar espaços na realização do trabalho junto a equipe. Ela refere que “*a equipe [...] tem um discurso bastante homogêneo [...] versa pela ética de psicanálise [...] então eu*

preciso fazer muito o meu marco ali dentro, “gente olha só eu queria trazer um olhar pra vocês, rola uma contradição aqui, vamos pensar na historicidade, vamos pensar na totalidade [...]” (2). A assistente social estabelece essa relação, porque entende determinadas situações com as quais trabalha, como uma manifestação da questão social. Ela visualiza que “todo efeito tem uma causa” (LEFEBVRE, 1983, p. 195). Isto é, entende que o adoecimento psíquico, por exemplo, possui um antecedente que, por sua vez é, também uma causa, pois se relaciona com movimentos anteriores que, também, o determinam. Formam uma relação dialética de interdependência (LEFEBVRE, 1983). É, a partir desse conhecimento, que a profissional consegue desenvolver um trabalho na perspectiva de “[...] ampliar o olhar para além do sujeito, que é um sujeito que está inserido numa sociedade, que existe uma dominação e um interesse muito grande do capital em excluir, em adoecer [...]” (2).

Esta assistente social, tenta mobilizar seus conhecimentos específicos também quando utiliza a arte como instrumento de intervenção com um grupo de familiares, isto pode ser visto quando no seguinte relato “[...] teve encontro semana passada, dai eu li um poema e a gente conversou [...] e se desdobrou que na próxima segunda-feira eles (referindo-se aos familiares) decidiram [...] ir numa reunião do conselho municipal da pessoa com deficiência [...] foi interessante porque a poesia foi maior que o filme, mobilizou mais, não é bem comum [...]” (2). A profissional, ao mobilizar essas decisões, através do seu trabalho, está fomentando o desenvolvimento de processos reflexivos que, por sua vez, geram processos de conscientização e participação. Souza (2004), explica que a conscientização é um processo no qual o ser humano amplia o grau de reflexão acerca de si mesmo e sobre as situações que se apresentam em sua própria realidade e no mundo. É o desenvolvimento deste processo de descoberta e problematizações dos interesses, desejos, dificuldades e potencialidades que redefinem novas demandas e estratégias de enfrentamento, “transformando em recursos de organização social” (SOUZA, 2004, p. 87) os elementos trabalhados com a população. Esse desencadeamento, ao mesmo tempo em que representa os produtos do trabalho das assistentes sociais, retorna sob a forma de novas demandas. Isto pode ser verificado no relato que segue:

Participante 2: Ah! a gente foi no conselho[...] eu usei uma poesia, eu pensei na poesia [...] foram seis pais [...] A reunião de pais foi numa terça-feira, na segunda-feira seguinte a gente foi no conselho, daí saiu uma demanda de marcar uma reunião extraordinária que vai ser na próxima segunda e eles estão super envolvidos com a nova pauta [...]

Observa-se que o objeto sofreu a ação de um trabalho profissional teoricamente fundamentado, tornando-se produto. A assistente social materializou a sua intervenção utilizando a expressão artística da poesia como instrumento, mediada pelos conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos, para transformar uma abordagem que poderia ser conduzida no sentido de atender somente uma demanda institucional, em uma proposta de trabalho que se voltou para estabelecer relação entre debate, reflexão e atuação política.

De acordo com Souza (2004, p. 86) um dos pressupostos para o exercício da prática pedagógica é “o pensar coletivo a partir [...] do contexto de preocupações e interesses da população objeto da prática”, nessa perspectiva, os pais de crianças com deficiência estão construindo autonomia e, percebendo, que coletivamente é possível se organizar para reivindicar melhores condições de inclusão nas escolas, por exemplo. Este processo, diz respeito a garantia de direitos de uma parcela específica da classe trabalhadora, mas este mesmo movimento tem potencial para ser ampliado. Isto é, estes sujeitos podem avançar na busca por outros direitos ou recursos como saúde, habitação, alimentação, trabalho, enfim, progredir nas conquistas de garantias indispensáveis a vida humana.

Nesse sentido, a arte, não é apenas um elemento estético, mas, também, uma expressão que abre possibilidades de as pessoas pensarem sua própria vida, identificando as dificuldades a serem enfrentadas e pensando formas de atuação no plano político. Esse fato demonstra o valor comunicacional da arte, no sentido de ativar uma determinada interação que os moveu para o exercício da participação/controlar social. Esse processo configura, uma “prerrogativa estética da arte de criar novas percepções” (ALVES, 2014, p. 71) seja sobre situações sócio-históricas de um tempo anterior utilizando-se de valores atuais ou sobre vivências particulares. Nesse caso, a arte como instrumento de trabalho, traz a

possibilidade de a experiência sensível⁵¹ ser uma forma de abertura para a receptividade. Essa receptividade ganha vida, quando a contemplação do objeto artístico não é um fim, mas um caminho para elaboração de significados e ações. Este caminho é trilhado, tendo como horizonte, valores e princípios defendidos pelo Serviço Social⁵².

Quando o trabalho profissional assume um caráter tecnicista e alienado, o uso deste instrumento é condicionado por uma compreensão moralizadora da expressão da questão social que chega até o serviço, nesse caso, a pichação:

Participante 1: [...] ai que entra a arte. [...] com os adolescentes [...] tinha uns que tinham histórico de pichação, vieram por pichação [...] tinha essa questão da arte versus vandalismo [...] a gente fez diferenciando grafite e pichação eles fizeram um grafite na frente do nosso prédio [...]

Identifica-se no relato da profissional que ela assume o objeto institucional, tomando para si a visão do Estado, que determina que o adolescente deva ser responsabilizado criminalmente por ter realizado pichações. Isto porque, quando ela usa a arte acaba não fazendo seu uso como instrumental, ou seja, não mobiliza seus conhecimentos de assistente social para utilizar o instrumento, mas sim utiliza-o de modo tecnocrático, ajustado a finalidade institucional. Esse processo fica evidenciado quando o depoimento apresenta a seguinte frase “[...] *tinha essa questão da arte versus vandalismo [...]*” (1). De acordo com Souza (2004) o profissional tecnocrata, na maioria das vezes, acaba por reforçar uma perspectiva de compreensão da realidade que não considera os fenômenos atendidos como elementos de relações sociais historicamente determinadas.

O desenvolvimento do trabalho nessa perspectiva acaba por colocar para a população atendida “[...] exigências que estão dentro do seu universo tecnocrata, mas completamente fora dos limites de vivência da população” (SOUZA, 2004, p.

⁵¹ “Experiência [...] pode ser sintetizada como uma perspectiva de leitura e de inserção no mundo concreto [...] a experiência [...] está fortemente referenciada como *locus* das relações dinâmicas que vinculam linguagem e realidade no exercício da compreensão do contexto da prática [...]” (MOLINA, 2008, p. 186).

⁵² Os princípios e valores defendidos pelo Serviço Social podem ser consultados no Código de Ética do/a Assistente Social, disponível em < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf >.

88). Isto é, essa dinâmica contribui para a produção de uma dualidade entre grafite e pichação, ou seja, incentiva valorações de “certo/errado”, “bonito/feio”, “arte versus vandalismo”, como expressa a profissional. A atribuição desses sentidos ao ato de pichação parece conferir formas morais ajustadas a lógica que fetichiza os processos sociais que se expressam por meio de intervenções visuais urbanas. Nessa lógica moralista, àqueles que picham são vistos somente como indisciplinados e, portanto, precisam passar por um processo educativo que culmine em intervenções “bonitas e corretas”.

Quando a profissional afirma que “[...] *alguns meninos tinham uma identificação muito grande [...] apesar de a nossa legislação falar que é proibido pichação é muito tênue a linha [...] a gente não pode dizer nem ‘ok’ porque a lei diz que não pode [...]*” (1), a lei se coloca como um parâmetro e, a noção, de que essa atividade não é legalmente autorizada, serve de apoio para aqueles que pretendem assumir uma posição disciplinadora em relação a essas ações. Além disso, acabam tomando-as por uma perspectiva de que as pichações, frequentemente, são expressões esvaziadas de sentido, como se não comunicassem nenhum conteúdo, muito menos político, configurando-se, apenas, como um ato transgressor.

Nesse sentido, o planejamento e operacionalização do trabalho profissional da assistente social parece ter assumido um processo de submissão a uma lógica formal e acrítica de pensar as situações que chegam para atendimento. Dito de outra maneira, há uma dificuldade de apreender a demanda como expressão da questão social, pois objetiva educar pichadores para serem grafiteiros sem considerar a contradição engendrada nesses processos. Além disso, esse direcionamento parece reduzir o potencial da arte de afrontar o já estabelecido para colocá-la em um lugar de uma arte institucionalizada, ou seja, uma arte que tem uma aprovação prévia para existir.

A questão social precisa ser compreendida de maneira dialética, ou seja, considerando as relações entre suas manifestações particulares e a totalidade, ou seja, as situações particulares estão relacionadas com a realidade social, na qual as relações sociais são determinadas por relações de produção. Essas relações fluem, dialeticamente, do particular ao universal e vice-versa. A profissional (1), realiza uma leitura fragmentada sobre a pichação praticada por adolescentes,

desconectada da totalidade que produziu esta expressão da questão social. Ela não visualiza a contradição oriunda da relação capital – trabalho que gera expressões de desigualdade e resistência, pois a identificação destas relações solicita o desvendamento dos seus desdobramentos no movimento da realidade.

Nesse sentido, a pichação pode ser entendida como uma expressão de resistência dentro desse contexto, pois a formação dos espaços urbanos, nos marcos da ordem do capital, enfeixa uma concepção de cidade na qual os espaços não são de livre acesso para todos de maneira equitativa. Isto é, os espaços não são de uso comum, principalmente aqueles dedicados a promoção de cultura, expressando, assim, a desigualdade. A pichação, aparece, então, como uma forma de confrontar os processos de privatização e segregação do espaço urbano.

Compreender a contradição não é naturalizar os processos com os quais se trabalha, pois “[...] descobrir um termo contraditório de outro não significa destruir o primeiro [...] ao contrário, significa descobrir um complemento de determinação [...]” (LEFEBVRE, 1983, p. 178). Nessa perspectiva, desvendar a relação contraditória estabelecida entre as dimensões de um mesmo fenômeno é fundamental, porque a partir disto a profissional irá compreender que “cada um é aquele que nega o outro; e isso faz parte dele mesmo [...]” (LEFEBVRE, 1983, p. 178). Nesta situação, quando a profissional não reconhece o processo de formação desigual das cidades, ela faz uma leitura de que os adolescentes que realizam pichação não são cuidadosos com a cidade. No entanto, a perspectiva contrária também integra esta relação, ou seja, de que a cidade, por conta de questões econômicas, políticas e sociais, se configura como um espaço que não é cuidadoso com todos que nela habitam.

Essa visão de que a pichação é um ato apenas de transgressão e, não um ato de resistência ao processo de exclusão cultural na urbanidade, engloba uma perspectiva de que o espaço urbano é algo sagrado e privado, onde as pessoas que circulam nesse ambiente devem estabelecer uma relação de subalternidade e obediência. Ao passo que outras formas que “enfeiam” a cidade nem sempre são vistas dessa forma. Isto é, a ação publicitária comercial que espalha anúncios e propagandas nas fachadas, por exemplo, é permitida, porque está de acordo com a lógica da comercialização universal, da compra e venda que se reproduz nos

mais variados âmbitos da vida humana. Há uma naturalização desses processos de forma que esses modos de ocupação visual dos centros urbanos escapam a maiores críticas ou processos de criminalização.

No entanto, enxergar a pichação como uma estratégia de resistência pode gerar controvérsias, pois a ideia de que esses adolescentes poderiam escolher não praticar estes atos e, sim, buscar maneiras de trabalhar dignamente, para poder ter acesso a renda e, então, conseguir comprar o acesso à cultura, é o entendimento que, comumente, impera sobre essas questões. Ao enxergar somente essa perspectiva, reducionista e simplista, é fácil reproduzir práticas que responsabilizam somente os próprios sujeitos. Nesse sentido, há um deslocamento do contexto que produz essas expressões, manipulado no sentido de desresponsabilizar o modelo de sociedade que gera exclusão e individualizar processos socialmente produzidos, culminando na, frequentemente vista, criminalização da questão social (IAMAMOTO, 2011).

Essa leitura fragmentada e reducionista não é culpa ou vontade somente das profissionais de a realizarem dessa maneira, é, também, resultado de processos de alienação aprofundados pelo aparato ideológico que compõe a superestrutura da sociedade de classes. Isto é, uma classe, com poder econômico e político, também chamada de classe dominante, utiliza-se de meios de comunicação como jornais, rádios, programas de TV ou meios culturais como filmes, por exemplo, para propagar visões de humanidade, de mundo e modos de vida que possuem como valores centrais a aquisição de bens e o consumo, a valorização da propriedade privada e do acúmulo de dinheiro e o esforço individual para ascensão social. Ergue-se, então, “uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida” (BOTOMORE, 2001, p. 52) que está correlacionada com as relações de produção, pois estas são a base material da qual se desdobra os níveis de superestrutura, e, que, por sua vez, dificultam o entendimento da desigualdade como um processo decorrente da lógica capitalista.

Por exemplo, quando a profissional relata que *“alguns meninos [...] tinham uma identificação muito grande [...] eles acabam considerando que a pichação deles é uma forma de expressão, mas daí é uma questão bem subjetiva”* (1), parece deixar escapar a compreensão de que essas formas de ação e prática

vem confrontar, no intuito de evidenciar que pichadores também são parte desse espaço urbano e podem interferir nele. Tais atos, são vistos como uma questão particular, dizem respeito ao entendimento subjetivo que cada ser humano possui sobre o que seria uma forma de expressão, como se a subjetividade, também, não guardasse relação com a dimensão objetiva da realidade. Reitera-se, então, a perspectiva de apreensão do fenômeno como não sendo resultado de uma estrutura social, com base em juízos de valor, favorece a reprodução da alienação. Isto porque, a alienação é, justamente, “ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, [...] aos resultados ou produtos de sua própria atividade” (BOTTOMORE, 2001, p. 18).

Portanto, quando se está trabalhando com a arte no intuito de intervir, de desvendar e fomentar novas mediações, é preciso que as profissionais, também, ampliem as análises e mediações antes e durante a operacionalização do trabalho que pretendem, aprofundando a apreensão da questão social e, desvendando, a contradição existente nas situações atendidas.

Este processo requer uma qualidade de apropriação e aprofundamento teórico da questão social e do método dialético-crítico para elaboração de diagnósticos sobre a realidade, pois é a partir do entendimento das situações atendidas como expressões da questão social e do caminho indicado pelo método, que se torna possível realizar essa série de articulações e se aprofundar no conhecimento da realidade concreta. Isto é, sair da superficialidade da apreensão das demandas e das determinações que as compõem. Essas dificuldades não estão à margem dos processos de alienação que sofre o trabalhador assalariado, seja pelo grande número de demandas, pelos baixos salários, pela reduzida carga horária ou pelas características das instituições. Por isso, reitera-se, que não se pode culpabilizar ou atribuir esse fato a vontade única das profissionais. Entretanto, as dimensões do trabalho nem sempre sucumbem totalmente a alienação, justamente pela presença constante da contradição, e, por isso, há espaço para realização de um trabalho com maior número de mediações sobre a realidade.

Este uso tecnocrático da arte como instrumento, também, fica evidenciado quando um dos participantes informa que “[...] dependendo da expressão política

dessa arte [...] dai sim, eu já vi projetos bem genuínos vindo de usuários sendo barrados pela equipe porque tinha expressão política muito grande [...]” (4). Este fato demonstra a dificuldade da instituição de trabalhar com processos críticos que emergem da própria população usuária, respeitando a autonomia e a liberdade de expressão política contrária àquela estabelecida. Esses processos institucionais, contrapõem-se a capacidade crítica e criativa dos sujeitos de se colocarem frente a realidade social de sua época. A perspectiva positivista adotada pela instituição se contrapõe aos princípios e valores defendidos pelo Código de Ética e pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, pois as instituições, na maioria das vezes, não realizam a leitura das situações que atendem como expressões da questão social articuladas a uma totalidade social.

A partir da compreensão e articulação que as profissionais realizam das expressões da questão social com as categorias do método – totalidade, historicidade, contradição e mediação, ampliam-se as possibilidades de enfrentamento, demonstrando, na interlocução com a equipe, as variadas dimensões de determinadas situações e os diferentes níveis de poder imbricados nas ações profissionais (BAPTISTA, 2000).

Outra profissional relatou ter utilizado a arte para discutir, com jovens em situação de privação de liberdade, os processos de violência vivenciados na comunidade. Identificou-se, no relato da profissional, que a produção de rimas, expressão artística utilizada, cumpriu uma função, muito maior, enquanto instrumento de desocultamento de como a questão social se desdobrava na vida particular dos jovens atendidos. Isto fica evidente no seguinte trecho *“[...] os guris compunham as rimas, então eles traziam a vivência deles [...] as histórias deles e aparecia assim a violência doméstica, histórias de eles terem sofrido violência, das mães terem sofrido violência, a violência policial dentro da comunidade, questões raciais vinham bastante, a tristeza de eles, da família estarem passando por isso [...] do desejo de voltar e [...] dar orgulho [...]*” (3). A identificação das expressões da questão social, realizadas aqui por meio da produção de rimas, constitui-se em um momento imprescindível do movimento dialético de apreensão aprofundada da questão social, no qual ocorre a “destruição da pseudoconcreticidade” (KOSIK, 1976, p. 16). Ou seja, se avança do imediato para o mediato, sem negar a existência dos fenômenos aparentes, mas, sim,

escancarando, frente a suposta autonomia dessas situações, as relações que estabelecem com o devir histórico (KOSIK, 1976). Como dito anteriormente, nos termos de Turck (2012), esse processo de conhecimento é o princípio de qualquer planejamento de trabalho profissional que busque intervir e desenvolver estratégias de enfrentamento e resistência às desigualdades.

Esse mesmo processo, que descortina mais relações para a profissional, também, reivindica que os sujeitos, ao relatarem seus desejos, o sofrimento, os preconceitos e violências sofridos, através da produção de músicas, busquem na memória as dificuldades individuais enfrentadas por cada um. Este ato, instiga uma atitude reflexiva desses jovens diante dos medos que já passaram, dos conflitos e brigas que já presenciaram e naquelas em que se envolveram diretamente, é um exercício de trazer a consciência a cotidianidade alienada (CARBONARI, 2013).

É no processo de análise e interpretação de como a questão social se particulariza na vida dos usuários que ocorre a reelaboração do objeto, nesse processo a profissional reconhece os processos vivenciados pelos sujeitos como expressões que surgem de maneira articulada com o contexto histórico, social, geográfico e ideológico em que são produzidas (PRATES, 2007). Isto é, o trabalho do Serviço Social requer que a violência doméstica, a violência policial, o racismo e o sofrimento trazidos pelos jovens, durante a realização do grupo, sofram uma ação interventiva na sequência, sejam problematizados e transformados em meios que fomentem a reflexão e a ampliação das mediações, com realidades parecidas, com a organização social vigente, em suma que gerem processos sociais críticos (PRATES, 2007).

Nessa experiência, a profissional relatou que quando os jovens traziam as seguintes falas “[...] *ah eu não quero trabalhar pra ser explorado pelo meu patrão [...]*” (3) ela devolvia o seguinte questionamento “[...] *mas tá e quando tu tá lá no tráfico tu não é explorado pelo patrão também? Qual é o teu papel nessa dinâmica interna?*” (3), este relato abre espaço para se inferir, novamente, dificuldade de análise crítica ampliada da realidade, pois há que se questionar, também, qual é o papel dos jovens, que vivem na periferia, na dinâmica interna da sociedade capitalista ou quais os direitos acessados por essa juventude. Indagar-se, quem sabe, se esta abordagem não abre margem para uma dicotomia moral

entre uma exploração “mais digna”, porque é trabalho, legalizado, honesto e uma exploração menos “digna”, porque se configura num crime, envolve tráfico de drogas, armas, roubos, entre outras questões. Afinal, os jovens têm críticas ao trabalho assalariado, representado pela figura do patrão e da exploração, mas não enxergam seu envolvimento no tráfico como uma exploração, pois este meio de trabalho traz retornos financeiros e sociais mais expressivos, apesar dos riscos que apresenta. Além disso, é sabido das dificuldades de acesso dos jovens que vivem nas periferias do país de acessar direitos como saúde, educação, trabalho e renda. Nesse sentido, se estes aspectos não forem abordados corre-se o risco de problematizar qual a forma mais adequada de ser explorado.

Nesse sentido, a exploração de jovens pelo tráfico é uma dimensão real, verdadeira e perversa desta expressão da questão social, mas, também, é uma dimensão real e verdadeira que os jovens se envolvem com o tráfico de drogas porque vivenciam um contexto de exclusão social. Esse contexto tem base em uma sociedade regulada pelas relações de produção, na qual a extração da mais-valia e do lucro são o objetivo principal da classe dominante que, por sua vez, se apropria de praticamente toda a riqueza produzida socialmente, através da exploração da força de trabalho. Esse processo reduz as oportunidades e as possibilidades de acesso, da maioria da população, a condições dignas de vida, gerando, assim, expressões como violência, desemprego, analfabetismo, não acesso à cultura, entre outras. Então, o envolvimento no tráfico, aparece, muitas vezes, como uma forma de acessar esses recursos materiais e simbólicos que a sociedade e o Estado falham em coletivizar. Nesse sentido, os jovens quando estão no tráfico tem acesso a dinheiro que possibilita comprar roupas, acessórios, aparelhos eletrônicos, entre outros, que lhes confere reconhecimento social, poder, uma certa ascensão diante do contexto em que vivem. Essa lógica, evidentemente, está inundada pela reprodução dos valores morais e ideológicos disseminados pela classe dominante, mas o trabalho profissional deve se apropriar dessa contradição existente para que as intervenções não reproduzam os mesmos valores morais hegemônicos.

Estas dificuldades identificadas estão relacionadas com a formação em Serviço Social. As universidades não estão imunes aos processos de crise vivenciados pela sociedade capitalista e, portanto, tornam-se, também, espaços

apropriados pelo capital para garantir a sua reprodução. Isto é, o capital encontra no ensino um mercado que deve ser potencializado. Nessa perspectiva, a formação em Serviço Social absorve os impactos das reorganizações universitárias implementadas, assumindo uma dimensão que privilegia as solicitações dos empregadores em detrimento das demandas sociais as quais as profissões se destinam a intervir (MACIEL, 2006).

Nesse processo, em que “a produtividade passou a ser adotada como indicador de competência; a universidade prestadora de serviços à sociedade; à docência e a pesquisa alicerçadas em resultados imediatos [...]” (MACIEL, 2006, p. 65), a formação em Serviço Social se fragiliza e a capacidade de responder efetivamente às demandas postas no cotidiano de trabalho fica comprometida (MACIEL, 2006). Salienta-se, mais uma vez, que as profissionais sofrem esses processos decorrentes da lógica capitalista, mas não podem ser colocadas em uma condição de imobilidade diante dessas situações. Fazer isto, seria não reconhecer o movimento dialético da realidade e as contradições que se colocam nesse processo e abrem espaço para o enfrentamento. Além disso, a participação em espaços que reúnem profissionais para pensar, discutir e problematizar a profissão, aparece como uma alternativa para avançar sobre as falhas deixadas pela formação (FERREIRA, 2008).

Outro exemplo, em que foram acionadas algumas dimensões do conjunto de conhecimentos do Serviço Social, para utilizar a arte como instrumento fica evidente no seguinte depoimento “[...] *uma menina [...] que eu atendia, [...] tinha uma dificuldade muito grande [...] de comunicar de forma verbal a sua história de vida [...] antes ela tinha dito que desenhava em casa [...] Ai uma vez eu conversando com a minha colega falei [...] vamos focar no desenho e ver se disso sai alguma coisa [...] a ideia era cada um desenhar uma coisa que fez em casa, que gosta de fazer em casa e daí depois contar a história e aí foi a primeira vez, ela já tava indo a uns dois, três meses, que ela pegou o desenho e contou uma história, elaborou uma história encima daquele desenho [...]* (4). Este relato demonstra que para conseguir conhecer e compreender melhor a realidade da criança atendida, o profissional se utilizou da sensibilidade de identificar, no relato da usuária, um elemento que poderia facilitar a vinculação e o processo de conhecimento do cotidiano vivenciado por ela. Além disso, foi preciso estabelecer

uma postura interdisciplinar para operacionalizar o trabalho. A partir disso, construiu, conjuntamente, uma atividade que envolvia uma expressão artística significativa para àquela usuária com uma finalidade definida anteriormente, ou seja, o desenho foi utilizado como instrumento de trabalho no intuito de que a criança experimentasse se expressar e, também, de que fosse possível conhecer um pouco mais de sua rotina.

Desse modo, o que ocorreu pode ser entendido como um processo no qual “[...] mediações que exercitem a sensibilidade e a criação podem propiciar o desenvolvimento de habilidades necessárias ao exercício de algumas atribuições ou competências [...]” (PRATES, 2007, p. 223). Nesse caso, a capacidade de aproximação, diálogo, vinculação, que também são habilidades exigidas da assistente social, foram sendo desenvolvidas a partir de mediações que solicitaram o exercício da sensibilidade e da criatividade deste profissional para colocar em ação o seu trabalho. Essas dimensões são, também, imprescindíveis para a realização de qualquer processo interventivo.

Retoma-se, então, a primeira questão norteadora: **Como a arte pode ser utilizada para instigar reflexões críticas nos usuários?**

Por mais que a arte permita aos seres humanos expressarem sentimentos, emoções, rotinas, culturas, hábitos, valores, concepções de ser humano e de mundo e, ao mesmo tempo, que os sujeitos se identifiquem com as expressões materializadas nas expressões artísticas, quando se pretende utilizá-la como um instrumento de trabalho no Serviço Social, é preciso que essas potencialidades da arte sejam direcionadas pela mediação dos conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão.

Dito de outra forma, a arte, para ser utilizada enquanto instrumento que instigue reflexões críticas nos usuários atendidos, requer que o trabalho realizado tenha, em primeira instância, o acionamento da fundamentação teórica que compõem, também, o instrumental de trabalho, quando se pretende intervir nas demandas. Isto ficou evidenciado nos primeiros relatos, nos quais a utilização das expressões artísticas do Teatro do Oprimido e da poesia, por exemplo, envolveu um trabalho de conhecimento, planejamento, reconstrução do objeto, para o desenvolvimento de um processo interventivo que culminasse em ações de fortalecimento da autonomia dos usuários para a participação social.

A arte permite que a sensibilidade seja acionada nas abordagens, facilitando a vinculação e possibilitando o desvendamento das mediações que articulam a demanda inicial com outras expressões da questão social, favorecendo a superação de níveis de alienação necessária para o desenvolvimento da consciência crítica. Quando a profissional desvenda as mediações que articulam as demandas dos usuários com a questão social, esse movimento é realizado concomitantemente pelos usuários a partir da reflexão crítica adquirida. Nesse sentido, os sujeitos partícipes destes processos passam a ter mais elementos para produzir mediações que contribuam com processos impulsionadores de conquistas de cidadania. Isso ocorre quando as profissionais usam a arte como instrumental, ou seja, quando mediam o uso deste instrumento com as competências teórico metodológicas, ético políticas e técnico operativas.

No entanto, quando a arte é utilizada de modo tecnicista o instrumental é reduzido ao uso dos instrumentos que são acionados para atingir objetos institucionais, como “criminalizar” adolescentes por pichação e reproduzirem valores e concepções de mundo acríticas e alienadas que reforçam os processos de mistificação e ocultamento da realidade, contribuindo com a criminalização da questão social, nos termos de Barroco (2001).

Pode-se observar, então, que as profissionais ao utilizarem a arte, como instrumento de intervenção, não realizam a leitura de que a expressão da questão social que está sendo atendida possui relação com o conflito capital – trabalho e o direcionamento assumido pelo trabalho pode contribuir para a reprodução de processos subalternizadores. O trabalho desenvolvido apresenta, então, um distanciamento dos seus princípios e teorias norteadoras.

Desse modo, o trabalho da assistente social acaba por reconhecer apenas o objeto institucional, não visualizando as demandas atendidas como desdobramento de processos que possuem determinações históricas e sociais. Isto é, as situações de transgressão da lei e de envolvimento com o tráfico de drogas, por exemplo, não são compreendidas enquanto expressões da questão social, pois não há articulação entre a particularidade da vida dos sujeitos e a totalidade das relações sociais de produção. Ao não reconhecer a conexão dialética estabelecida entre as partes no todo, a apreensão da categoria contradição também fica comprometida. Isto porque, a face da resistência da

questão social que, muitas vezes, fica visível, é aquela que pode ser facilmente interpretada apenas como uma ação antijurídica que pressupõe a punição dos sujeitos que a praticaram. Essa perspectiva, fragmentada, reduz a complexidade das situações que chegam até a assistente social, contribuindo para a criminalização da questão social.

Infere-se que esse uso tecnicista dos instrumentos ocorre em decorrência da fragilidade teórica que incide no uso de instrumentos descontextualizado das competências profissionais. Estes são reflexos dos processos de mercantilização do ensino superior, cada vez mais acentuados, que fragilizam a formação profissional, da precarização das condições de trabalho que intensifica os processos de alienação do trabalhador assalariado, e, do aprofundamento, desse mesmo processo, através da dominação ideológica reproduzida pelos aparatos que compõem a superestrutura. Essa dinâmica é condição *sine qua non* para a produção e reprodução do processo de acumulação da sociedade capitalista e, portanto, se manifesta nos mais variados níveis e dimensões da vida humana.

Dessa forma, entende-se que estas responsabilidades não são inteiramente das profissionais que se encontram nessas áreas de trabalho, tendo que lidar, cotidianamente, com as adversidades impostas pelo capital ao trabalho. Isto porque, este entendimento culpabilizaria apenas as assistentes sociais, assim, como colocaria uma perspectiva de imobilidade ou incapacidade de transformação do real. Entretanto, justamente por ter a lógica dialética como referencial, o devir é um processo constante da realidade e gera, com ele, contradições que abrem espaço para o enfrentamento dessas situações no cotidiano de trabalho. Ou seja, é nesse processo que a assistente social precisa exercitar sua autonomia relativa, estabelecendo limites a serem respeitados pelas instituições. Além disso, a participação em espaços de formação, nos quais os debates realizados possam servir como estratégia de ampliação dos conhecimentos e das reflexões, se faz necessário para o enfrentamento das fragilidades teóricas.

4.2.2 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E ARTE: caminhos para a materialização

A materialização do Projeto Ético-Político – PEP pressupõe a realização de um trabalho voltado para a transformação social com clareza de direcionamento político. Logo, materializar o PEP significa concretizar os valores que orientam o trabalho da assistente social. Esses valores, inscritos no Código de Ética do/a Assistente Social, se referem a liberdade, justiça social, equidade e democracia. Desse modo, é imprescindível que as profissionais tenham clareza que as instituições possuem uma perspectiva de atendimento e intervenção nas expressões da questão social que se contrapõem a direção social assumida pelo PEP. Isto é, o projeto profissional assumido pela categoria das assistentes sociais prevê um trabalho direcionado aos interesses da classe trabalhadora, tendo como finalidade última, a transformação da sociedade capitalista e a emancipação humana. Logo, possuem um objeto de trabalho que considera as demandas atendidas por essas profissionais como decorrentes da contradição capital – trabalho, ou seja, o entendimento da realidade, para esta profissão, pressupõe a articulação entre as demandas atendidas e a estrutura social. Isto requer, a adoção do método dialético-crítico como referencial teórico. Já, as instituições, geralmente, tratam as expressões da questão social de modo singular. Evidentemente, os espaços institucionais, também, são permeados pela contradição e, portanto, há forças progressistas nas instituições que consideram a justificativa da totalidade.

Nesse sentido, para tentar responder a indagação: **de que modo à arte, como uma estratégia de mediação do trabalho, pode contribuir com a afirmação do projeto ético-político do Serviço Social**, a pesquisadora elaborou as seguintes perguntas:

- Como a mediação da arte no trabalho profissional impacta nas situações que expressam a questão social na vida dos usuários?
- O uso da arte no processo de trabalho possibilita reflexão dos usuários? Como?
- Como tais reflexões críticas podem contribuir com a afirmação da dimensão pedagógica do Projeto Ético-Político dos assistentes sociais?

- Quais os limites e possibilidades postos pelas instituições e pelos usuários para a utilização da arte como instrumento de trabalho?

De maneira geral todas as profissionais expressam que o uso da arte favorece os processos reflexivos junto aos usuários, como pode ser verificado nas seguintes expressões “*Rola, não tem dúvida*” (2), “*Eu acho que sim, com certeza sim*” (3), “*Eu acho que sim, apesar da arte ser produto do sistema capitalista*” (4), “*facilita muito né esse instrumento da arte*” (5), “*Sim, muito*” (6).

Entretanto, quando questionadas sobre como essas reflexões aconteciam, foi possível observar a dificuldade de algumas profissionais em visualizar e verbalizar de que modo a processualidade do trabalho desenvolvido fomentava processos reflexivos junto aos usuários. Esta dificuldade pode ser verificada nos seguintes trechos:

Participante 1: Deixa eu me dar conta [...] os adolescentes acredito que não trouxeram, mas, por exemplo, uma mãe trouxe que percebeu que o filho dela [...] amadureceu [...] ele tinha uma situação de pichação, mas ele era um menino que tinha acesso a educação, que tinha acesso a esporte [...] essa questão da desigualdade social, talvez ele se dar conta de outras realidades tenha pra ele [...]

Participante 3: [...] como é que a gente vai medir a reflexão, porque é tão difícil, mas eu acho que quando a gente lê a produção deles, quando a gente consegue que o adolescente escreva ou cante coisas que às vezes eles não dizem no atendimento [...]

Participante 4: [...] a arte é um dos poucos espaços que tem pra uma autonomia genuína [...] eu acho que a arte precisa de mãos descansadas pra ser saboreada, infelizmente as nossas mãos estão muito cansadas, calejadas [...] mas [...] ainda há espaço para autonomia e resistência genuína dentro da arte

Participante 6: Por exemplo, com os adolescentes a gente abordou um filme [...] pra trabalhar a questão da sexualidade e eles puderam [...] refletir sobre [...] a questão de prevenção, sobre a questão de gravidez na adolescência, a gente já trouxe um filme [...] que apareceu a questão de suicídio na adolescência, eles [...] puderam se identificar com aquela questão e, também, problematizar sobre isso [...] poder expressar o que eles tavam sentindo [...] muitos, as vezes, se identificam com a história do filme e conseguem expressar [...] coisas que eles [...] estavam sentindo e que tavam tendo dificuldade de lidar assim, a questão do sintoma, do adoecimento [...] Consegue se expressar por identificação de alguma história do filme

O trabalho realizado, muitas vezes, assume uma forma irrefletida, na qual não se pensa sobre aquilo que se faz, ao ponto de não identificar resultados de suas ações nos produtos do trabalho, assim como refere a primeira participante

quando diz: “*deixa eu me dar conta [...] os adolescentes acredito que não trouxeram [...]*” (1). Nesse depoimento, fica nítida a alienação, porque a profissional precisou fazer o exercício de reconhecer àquilo que foi construído pelo seu próprio trabalho, o conteúdo que emergia da realização do grupo com os adolescentes era, de certa forma, estranho para a profissional. Realiza-se essas inferências, porque no trecho destacado a entrevistada não fez referência a lembrar-se de algo anteriormente notado, mas, sim, usou expressões que indicavam a necessidade dela “aperceber-se” no processo realizado.

Quando ela faz esse movimento, reconhece como produto do seu trabalho o resultado que materializa o produto institucional, ou seja, o objetivo é que os jovens não voltem a praticar pichação e o amadurecimento foi identificado pela profissional como um processo que contribuiu para alcançar a finalidade da não reincidência. Dito de outra maneira, quando esta profissional utiliza o grafite para trabalhar a questão da pichação, confrontando “*arte versus vandalismo*” (1), ela identifica como “*[...] um resultado objetivo [...] não ter reincidência, isso é resultado concreto [...] o adolescente não se envolveu em novo ato é bom [...] não ter voltado pra nós é bom*” (1). Neste sentido, a profissional está reproduzindo alienação e uma concepção acrítica da realidade que favorece a naturalização e aceitação destes processos, e, portanto, diverge do Projeto Ético-Político do Serviço Social que se direciona no sentido de transformar a realidade.

É sabido que a inserção do Serviço Social como uma especialidade no mundo do trabalho solicita que as profissionais dessa categoria atinjam os fins determinados pelas instituições empregadoras (IAMAMOTO, 2011). Contudo, os rumos do trabalho profissional são mais abrangentes e requerem o planejamento de intervenções nas expressões da questão social, que considerem a história, as condições, os modos de vida e a cultura dos sujeitos atendidos nos marcos das determinações de uma sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2011). É pensar a pichação e a juventude no conjunto de expressões que se associam a elas, desvendando e percebendo “as aspirações, os núcleos de contestação, a capacidade de imaginação e invenção da sociedade aí presentes, que contêm misturados elementos de recusa e afirmação do ordenamento social vigente” (IAMAMOTO, 2011, p. 76). Nesse sentido, a superação do uso tecnicista da arte

como instrumento requer efetuar a crítica⁵³ sobre expressões da questão social como a pichação, o uso de drogas, o tráfico ou o roubo, e requer, também, a formulação de estratégias de ação para modificar a realidade a partir das leituras críticas elaboradas.

O reconhecimento da dimensão da reflexão como produto do trabalho é apontado pelas participantes da pesquisa como um aspecto de difícil identificação, pois estas profissionais não visualizam formas materiais concretas destes produtos simbólicos do trabalho. Entretanto, a reflexão crítica pode desencadear a luta por direitos, por exemplo, que é objetiva. Nesse sentido, a produção dos produtos simbólicos do trabalho das assistentes sociais pressupõe a realização de um movimento que tem como ponto de partida alguma situação objetiva (demandas apresentadas pelos usuários e abordagem profissional sobre estas demandas), percorrem processos de elaboração de mudanças subjetivas junto aos usuários (reflexão crítica) e retornam em mudanças objetivas como, por exemplo, a luta por direitos, o enfrentamento de situações de violência física e/ou psicológica. Nessa perspectiva, os produtos simbólicos do trabalho são socialmente objetivos. Infere-se que a precária apropriação dos conhecimentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo do Serviço Social dificulta a compreensão do movimento organicamente articulado em uma unidade dialética que reside entre realidade objetiva e subjetividade humana. Em decorrência desta fragilidade na apropriação dos fundamentos da profissão, o planejamento, a operacionalização de desdobramentos futuros e a identificação dos produtos do trabalho acaba sendo obstaculizada. Os processos de precarização das condições de trabalho, que aprofundam a alienação, também se encontram interpenetrados nessa dinâmica.

Com intuito de tornar melhor a explicação sobre como o processo reflexivo é identificado uma das profissionais trouxe o seguinte exemplo: “[...] *tinha um adolescente que se envolvia em várias ocorrências disciplinares, ele brigava com os guris [...] desrespeita a gerência [...] não cumpria regras, ele vinha pro*

⁵³ “Em Marx, a crítica [...] consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 16).

atendimento e não dizia nada [...] quando ele começou a produzir as rimas ele produziu músicas que contavam tanta coisa da vida dele e foi em cima dessas músicas que eu consegui acessar ele, descobrir que ele tinha um histórico de violência, que a mãe e o pai já tinham traficado quando ele era criança e ele enxergava isso, e por isso ele acabou indo pra rua, se envolvendo com o tráfico pra provar pro pai dele que ele também conseguia e eu só tive acesso a essa informação pela música porque no atendimento ele não trazia [...]” (3). Observa-se, então, que a profissional, ao mesmo tempo, que identifica o uso da arte como um instrumento potente para o desvendamento das manifestações particulares da questão social, compreende este mesmo processo como modo pelo qual se realiza o processo de reflexão junto aos usuários. Reitera-se que, a produção de rimas, exigiu que os sujeitos repensassem suas trajetórias de vida e, para isso, necessitaram estabelecer algumas relações, acessar memórias, colocando, então, o pensamento em movimento.

Entretanto, a continuidade desse processo é necessária, ou seja, é preciso trabalhar as “coisas” (3) que os adolescentes não relatam nos atendimentos tradicionais, confrontando-os com os fatos, descortinando novas possibilidades de mediações e entendimento. Ou seja, ao mesmo tempo em que a produção de rimas é uma potência para realização do desvendamento dos rebatimentos da questão social na vida particular dos usuários, o conteúdo dessas rimas pode retornar em abordagens coletivas e individuais para aprofundar reflexões. Nesse sentido, aprofundar a compreensão do método dialético-crítico como uma unidade dialética que articula os processos de conhecer a realidade, de reconstruir o objeto, de planejar o trabalho a ser desenvolvido, de avançar nos níveis de reflexão, tornando-os mais aprofundados, é imprescindível para a intervenção profissional. Por isso, é necessário utilizar a arte a partir do acionamento das competências teóricas e políticas que balizam o Serviço Social, bem como das habilidades como sensibilidade, criatividade, atitude de colocar em movimento o próprio trabalho, capacidade de vinculação e comunicação.

A falta de articulação entre trabalho da assistente social e arte fica evidente no seguinte relato:

Participante 4: [...] a arte é um dos poucos espaços que tem pra uma autonomia genuína [...] eu acho que a arte precisa de mãos

descansadas pra ser saboreada, infelizmente as nossas mãos estão muito cansadas, calejadas [...] mas [...] ainda há espaço para autonomia e resistência genuína dentro da arte

O conteúdo do relato do profissional expressa apenas as potencialidades das expressões artísticas, não reconhecendo o uso da arte como um instrumento de trabalho. Isto é, as potencialidades das expressões artísticas devem ser apropriadas e postas em ação a partir de um conhecimento teórico específico, no caso do Serviço Social, vinculadas a compreensão da articulação dialética estabelecida entre o método em Marx, o objeto de trabalho e o direcionamento social e político indicado pelo projeto profissional.

Constata-se, então, que ao mesmo tempo em que essas profissionais visualizam a arte como um instrumento que pode fomentar processos reflexivos, a identificação desse processo, a partir do trabalho da assistente social, aparece desarticulada do acúmulo teórico-metodológico que permite aos assistentes sociais elaborar mediações acerca do seu objeto de trabalho e dos processos sociais históricos que conformam as situações atendidas nos mais variados campos em que há inserção do Serviço Social.

Uma das entrevistadas articulou os elementos considerados por ela como referências (fala, novos questionamentos, novas posturas) com o desdobramento do segundo encontro com um grupo de familiares para demonstrar o modo como visualizava a construção do processo reflexivo junto aos usuários:

Participante 2: [...] da fala, a partir de outros questionamentos, a partir de novas posturas [...] por exemplo, é um novo movimento quando você ouve uma poesia, aquilo te move de que você precisa romper com alguma coisa e daí tu fala assim “não, esse espaço é possível de se ocupar” que é o espaço do conselho [...]

A profissional destaca a poesia como um elemento que provocou a sensibilização dos sujeitos, esse processo só foi possível porque a assistente social ao escolher a poesia considerou os elementos identificados durante a realização do primeiro grupo. Observa-se, que o produto do trabalho profissional, envolvendo o uso da arte, culminou no fortalecimento da autonomia e na promoção da participação social.

Pode-se constatar, então, que o trabalho avançou no movimento interventivo para a concretização de resultados que extrapolam o espaço da

instituição empregadora, efetivando algumas dimensões do projeto profissional no produto reconhecido pela assistente social. Uma dessas dimensões se refere construção, ampliação e fortalecimento da cidadania que é imprescindível para a “promoção e garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras” (NETTO, 2006, p. 155).

Quando questionadas sobre como as reflexões críticas instigadas pelo uso da arte, enquanto instrumento de trabalho, poderiam contribuir com a afirmação da dimensão pedagógica do projeto ético-político a reação da maioria das profissionais foi de espanto. Isto pode ser verificado nos extratos que seguem:

Participante 1: Nossa!

Participante 2: Jesus! Não faço ideia, deixa eu ler de novo a sua pergunta.

Participante 3: Ai [...] nessa tu te puxou né. Ta vamos pensar a pergunta de novo pra ver se eu consigo te responder.

Participante 5: Ta, matou né. Vou ter que voltar pra academia agora.

A expressão exteriorizada pela maioria das profissionais permite pensar que o trabalho cotidiano se encontra desarticulado da teoria, havendo uma insuficiência de apropriação do método dialético-crítico que pode culminar na elaboração de análises e intervenções que não consideram as demandas na perspectiva da totalidade. As autoras Prates e Carraro (2017), colocam a organização da sociedade de classes no centro da problematização acerca da fragmentação entre trabalho profissional e fundamentação teórica ao afirmar que o princípio fundamental desta sociedade é a separação. Isto é, a produção e reprodução do capital requer a separação radical entre os trabalhadores e meios de produção, a cisão entre o processo de planejamento e o processo de execução, a criação de especializações, dividindo, assim, o mundo do trabalho em profissões, a separação entre trabalhadores e os produtos do trabalho. Tal dinâmica gera processos de alienação, competição e individualismo (PRATES; CARRARO, 2017).

Além das dificuldades advindas da precarização do trabalho, há que se considerar a amplitude do Projeto Ético-Político – PEP do Serviço Social, a carência de discussões sobre os pormenores do trabalho cotidiano realizado

pelas assistentes sociais, a fragilidade na produção teórica da área acerca das competências técnico-operativas que, aliás, pode ser constatada no levantamento realizado pela pesquisadora em cinco (5) periódicos da área e que obteve um retorno total de três (3) artigos quando se utilizou o termo de busca “dimensões técnico-operativas”⁵⁴.

Essa lógica perpassa todas as dimensões da vida humana e não é diferente nos espaços que formam e naqueles que empregam as assistentes sociais. Nesse sentido, é desafiador desenvolver um trabalho com ações que materializem, no cotidiano, os valores e as perspectivas defendidas pelo projeto profissional do Serviço Social, pois as condições em que se realizam o trabalho profissional são permeadas por dificuldades e por contradições que precisam ser mediadas. As assistentes sociais encontram base para o desenvolvimento desse processo no instrumental de trabalho, é o uso dele que permite desvendar essa dinâmica, superar parcialmente os limites institucionais, reconstruir o objeto de trabalho, identificar possibilidades e novos movimentos e desenvolver análises acerca das relações existentes entre sujeitos e fenômenos sociais. Essa sucessão de articulações traz elementos para a intervenção.

O Projeto Ético Político do Serviço Social se relaciona diretamente a um projeto societário que almeja a profunda transformação da sociedade vigente. Os profissionais dessa categoria precisam estabelecer uma relação orgânica com este propósito central do projeto profissional, reconhecendo a liberdade como valor ético central e se posicionando a favor da autonomia e da plena expansão dos sujeitos, fortalecendo princípios e práticas democráticas, de equidade e justiça social (IAMAMOTO, 2011). Nesse sentido, o trabalho da assistente social possui como horizonte a construção de uma sociedade justa e igualitária, através da superação da ordem capitalista.

Os projetos societários, por sua vez, no contexto da sociedade de classes, estão articulados com projetos de classe, ou seja, se vinculam a projetos que possuem um nível de abrangência maior e que se propõem a pensar propostas para o conjunto da sociedade. No caso do Serviço Social, o projeto profissional se compromete com os interesses históricos da classe trabalhadora. Nesse sentido,

⁵⁴ Consultar Tabela 2. Localização: página 22.

as perspectivas democráticas e revolucionárias incorporadas pelo PEP da profissão indicam uma direção social e política ao trabalho das assistentes sociais que se confronta com as aspirações do projeto societário hegemônico de cunho neoliberal. Afinal, a concepção neoliberal entende que “[...] defender e implementar este projeto ético-político é sinal de “atraso”, de “andar na contramão da história” (NETTO, 2006, p. 158).

Nessa perspectiva, o projeto ético-político do Serviço Social prevê a participação social, com vistas a garantia e ampliação de conquistas dos direitos sociais rumo a construção, em última instância, de uma sociedade mais justa e igualitária. O processo de participação pressupõe, por sua vez, a superação da cotidianidade. Isto é, os interesses, as situações, os desejos que emergem da/na vida cotidiana são, geralmente, imediatos, se mostram de maneira superficial e simples, ocultando as relações que estabelecem com as determinações sócio-históricas dessa realidade. Para o desenvolvimento de um processo educativo de participação⁵⁵, ou seja, para a materialização da dimensão pedagógica do projeto profissional do Serviço Social, é preciso superar esse entendimento fragmentado, construindo, por meio do trabalho profissional, um processo educativo que tenha como ponto de partida a realidade vivenciada pelos sujeitos atendidos e avance no sentido de interferir na dinâmica dessa mesma realidade (SOUZA, 2004).

Nesse sentido, a prática pedagógica se relaciona intimamente com o entendimento hegemônico de como deve se dar o trabalho da assistente social. Ou seja, problematizar a aparência dos fenômenos vivenciados cotidianamente pelos usuários do serviço é condição imprescindível para que a população atendida apreenda, de modo concreto, a sua própria realidade e desenvolva formas de enfrentamento (SOUZA, 2004). Este mesmo processo de aproximação, com vistas a avançar sobre a imediatividade da demanda atendida, é um pressuposto para apreensão do objeto de trabalho e para o planejamento do processo interventivo. Esse conjunto de ações compõe o método dialético-crítico

⁵⁵ “O processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social” (SOUZA, 2004, p. 84).

e são indispensáveis, para o desencadeamento do trabalho profissional (BAPTISTA, 2000).

Nessa lógica, as assistentes sociais ao realizarem seu trabalho, nas mais variadas instituições, públicas e privadas, desempenham a função de “*educador político*”; um educador comprometido com uma política *democrática* ou um educador envolvido com a política dos “donos do poder” (IAMAMOTO, 2011, p. 79, grifos da autora). Esses espaços, obviamente, são atravessados por processos contraditórios que impossibilitam, mas que, também, impulsionam tensões rumo a construção de respostas mais complexas e efetivas no trabalho. Os relatos que seguem ilustram o desafio de materializar a dimensão pedagógica do PEP no cotidiano de trabalho profissional.

Participante 1: [...] eu tou tentando lembrar dos momentos que eu trabalhei mais a arte [...] com esse grupo dos meninos a gente trabalhou [...] a questão do ECA, então o direito deles, os deveres [...] acho que vem um pouco do ético-político no momento que a gente respeita as crenças das pessoas [...]

Participante 2: [...] eu acho que é na construção coletiva de outras possibilidades, eu acho que é quando a gente faz uma reflexão e pensa junto o que pode ser feito a partir dali, quando sai dali um produto novo, um movimento novo.

Participante 3: [...] eu acho que contribui ou que garante essa dimensão pedagógica no momento em que tu conseguir acessar esse adolescente [...] se eu utilizando a arte consigo possibilitar que esse adolescente repense algumas coisas eu acho que eu tou atingindo esse caráter sócio-pedagógico que meu trabalho tem que fazer. Por exemplo, se num atendimento mais tradicional eu só consigo revitimizar esse adolescente, [...] eu só consigo pensar com ele sobre esse olhar de que ele é violento, [...] com a arte consigo trazer coisas de dentro dele que ele não conseguia me falar de alguma outra forma eu acho que a arte cumpre esse papel

Participante 5: [...] eles conseguem se colocar no teatro [...] através das expressões [...] dessas realidades que eles querem de alguma maneira, também, transformar, eles tem [...] o desejo de transformação dessa realidade ai acho que entra um pouquinho do nosso projeto [...] que eles também [...] sejam protagonistas das suas vidas

Participante 6: [...] acho que o trabalho do assistente social tem muito a questão pedagógica [...] quando trabalha a questão da sexualidade, quando trabalha a questão dos direitos, com os adolescentes eu já trabalhei uma oficina sobre direitos [...] utilizando o ECA, falando da questão de jovem aprendiz, então eles conseguem conhecer o direito que eles têm [...]

[...] dependendo do filme, retrata várias realidades, a questão da amizade, a questão do amor, eles vão trazendo coisas da realidade deles assim, dai eles conseguem acho que repensar [...]

Observa-se que todas as profissionais reconhecem a dimensão pedagógica da profissão, afirmando que ela está muito presente, mas, na maioria, dos relatos apresentadas anteriormente “trabalho da assistente social”, “arte” e “materialização da dimensão pedagógica do PEP” não se articulam, são expressas de modo fragmentado. Ou seja, há falta de apreensão de método, pois é ele que articula orgânica e dialeticamente objeto de trabalho, processo de conhecimento, reelaboração do objeto, projeto ético-político, instrumental de trabalho. É, também, o método em Marx que vai subsidiar o entendimento de que a garantia e acesso aos direitos representam mudanças que tem potencial para se desdobrar na conquista de mais garantias para o coletivo da população. Esta luta, por sua vez, almeja avançar na redefinição das bases que estruturam a sociedade vigente, transformando o modo e condições de vida dos indivíduos sociais, a cultura, a esfera da produção, etc. Nesse sentido, é necessário que as profissionais realizem um maior número de mediações para desenvolver seu trabalho, utilizando a arte como instrumento, no caminho de que a esfera pública se amplie progressivamente (IAMAMOTO, 2011).

Por exemplo, a participante **(1)** organizou seu trabalho, no grupo em que realizava com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa por terem praticado pichação, de maneira a abordar os direitos e deveres desses jovens, informando para eles o que a legislação permite, bem como aquelas ações que são consideradas crimes. Já no final do trecho ela afirma que “[...] é isso [...] eles conseguem se dar conta do lugar que estão nessa sociedade [...] não me ocorre mais muito tá, mas eu acho que é por essa linha [...] fazer a reflexão”. Ao mesmo tempo em que a entrevistada verbaliza a necessidade de realizar um trabalho que fomenta processos reflexivos, quando operacionaliza sua ação profissional demonstra uma valorização das leis que balizam a vida em sociedade. Nesse sentido, a perspectiva de atendimento se restringe a uma apropriação legalista da expressão da questão social atendida, concomitante a isto falta materialidade sobre as quais ações serão desenvolvidas no cotidiano de realização dos encontros do grupo no intuito de que sejam fomentadas tais reflexões. Nesse sentido, o trabalho realizado foi direcionado pelas finalidades institucionais, pois o objetivo da instituição é que os adolescentes não retornem a praticar o ato

infracional, para isso é preciso informá-los sobre os riscos e as leis a que estão submetidos.

O Serviço Social propõe uma contestação acerca das legalidades⁵⁶ vigentes na sociedade capitalista, fato que não caracteriza um incentivo a violação das leis, mas que imprime ao trabalho um direcionamento político que não visa a simples conformação e reinserção dos sujeitos em uma sociedade desigual, mas sim o enfrentamento dos processos sociais de desigualdade e violência. É preciso utilizar as potencialidades da arte juntamente com os fundamentos teóricos do Serviço Social para mediar valores contrários aos do projeto societário dominante, incentivando a luta por mais direitos e por uma transformação societária. Tem-se claro que não serão somente as assistentes sociais que irão revolucionar a sociedade, mas direcionar o trabalho profissional de acordo com os princípios estabelecidos no código de ética é imprescindível para a realização de um trabalho que promova processos de autonomia e não de subalternidade (NETTO, 2006).

No relato da participante **(6)** também aparece uma perspectiva de trabalho centrada na divulgação de informações e da garantia de acesso aos direitos sociais da população usuária dos serviços de saúde mental, recorrendo a utilização de filmes para esse trabalho. Quando cita a utilização de documentários traz que as películas “[...] *retratam várias realidades [...]*”, esse processo, em que a arte explicita situações que muitas vezes são vivenciadas pelas pessoas, pode fazer com que os usuários [...] *vão trazendo coisas da realidade deles [...]*” e repensem essas situações, destacando a reinserção social.

A abordagem dos direitos sociais juntos aos usuários atendidos é de suma importância, assim como a viabilização do acesso ao emprego e ao transporte público, por exemplo, pois a medida que os sujeitos acessam condições materiais, eles podem organizar a sua vida de outra maneira, alterando o modo como estabelecem as relações com as demais pessoas. Esse processo, contribui para a “criação de novas formas de sociabilidade, em que o outro passa a ser

⁵⁶ Legalidade se origina desse “amalgama de tensões, de tendências, de mediações que informam a totalidade [...] leis inerentes ao ser social, são leis históricas, decorrentes das necessidades e das conexões internas dos fenômenos, dos fatos e dos processos sociais [...]” (PONTES, 1995, p. 75 – 76).

reconhecido como sujeito de valores, de interesses, de demandas legítimas [...]” (IAMAMOTO, 2011, p. 78). Nesse sentido, os direitos sociais se apresentam como um dos aspectos principais do trabalho profissional, entretanto esta é uma ação que deve ser realizada numa perspectiva crítica e de ampliação das conquistas já legalizadas, se configura como um processo que possui desdobramentos contínuos.

Essa continuidade e ampliação do trabalho, imprimindo à ação das assistentes sociais os rumos indicados pelo projeto profissional, exige um profissional que tenha apropriação acerca do objeto de trabalho e do método dialético-crítico articulados ao uso do instrumento arte, para romper com o pragmatismo baseado no imediatismo, no objeto institucional, no fazer desarticulado de uma competência crítica capaz de desvendar a essência dos processos sociais, identificando as desigualdades e construindo formas de enfrentamento (IAMAMOTO, 2011).

Nos relatos das participantes **(2)** e **(5)** a incorporação da perspectiva do método dialético-crítico e do projeto ético-político na realização do trabalho utilizando a arte como instrumento fica mais evidente. Essa afirmação é feita com base na perspectiva de trabalho descrita pelas profissionais, a primeira expressa uma lógica de continuidade e de novas determinações e necessidades que surgem a partir da problematização de uma demanda específica. Já a segunda, destaca a dimensão da transformação da realidade, enfatizando o processo de fortalecimento dos sujeitos com intuito de que esse movimento impacte na ampliação da busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

A terceira profissional identifica que a materialização da dimensão pedagógica do PEP acontece a partir do uso da arte como um instrumento potente no desvendamento do modo como a questão social se manifesta no cotidiano de vida dos sujeitos atendidos, isto pode ser verificado no seguinte trecho “[...] eu acho que contribui ou que garante essa dimensão pedagógica no momento em que tu conseguir acessar esse adolescente [...]” **(3)**. Quando a assistente social cita o seguinte exemplo: “[...] se num atendimento mais tradicional eu só consigo [...] dizer pra ele “óh tu cometeu um ato infracional”[...] só consigo pensar com ele sobre esse olhar de que ele [...] cometeu uma violência e com a arte consigo trazer coisas de dentro dele que ele não conseguia

me falar de alguma outra forma, eu acho que a arte cumpre esse papel [...] que meu trabalho, que meu atendimento seja sócio-pedagógico [...]” pode-se inferir que há uma desarticulação entre a fundamentação teórica que embasa o trabalho profissional. Isto porque, a apropriação do objeto de trabalho, a apropriação do método e o conhecimento da necessidade de sucessivas aproximações para reelaboração do objeto, não permitiriam que, mesmo com a utilização de instrumentos tradicionais, referidos pela profissional, os adolescentes fossem abordados apenas pela perspectiva da criminalização do ato infracional. É a apropriação do método, por meio da compreensão das categorias totalidade, historicidade, contradição e mediação irá possibilitar compreender a relação existente entre a demanda atendida e o contexto social mais amplo, construindo análises da realidade mais críticas e ampliadas.

Quando a entrevistada expressa que “[...] *a arte cumpre esse papel [...] que meu trabalho, que meu atendimento seja sociopedagógico [...]*” está colocando as produções artísticas como o elemento central que confere caráter sociopedagógico ao trabalho que realiza, ignorando, o conjunto de conhecimentos teórico-metodológico e ético-político que demonstram que o próprio trabalho do assistente social possui um caráter educativo que pode inclinar-se para práticas libertárias ou autoritárias (IAMAMOTO, 2011). Faz-se importante dizer que a intenção não é negar as potencialidades da arte, mas expressar que a utilização de determinada expressão artística, como parte do instrumental, se origina a partir de um olhar sobre a obra artística que não é neutro. Ou seja, é uma decisão profissional que, em tese, passou por uma análise que considerou os acúmulos teóricos, a realidade atendida.

Um dos profissionais, não articula, em sua resposta, de que modo as expressões artísticas foram utilizadas em seu cotidiano de trabalho enquanto instrumento de trabalho profissional para intervir nas situações atendidas. Contudo, ele indica uma dificuldade encontrada na graduação no que tange ao ensino e desenvolvimento da dimensão técnico-operativa da profissão, ampliando a discussão dos sobre a utilização dos instrumentos. Como pode ser verificado no seguinte trecho:

Participante 4: Eu acho que construir estratégias pedagógicas é cotidiano da nossa profissão e nós não temos muito bem essa questão

[...] enquanto graduação, porque tem pessoas que tem, mas eu acho que no Serviço Social, inclusive na graduação, não somos preparados pra processos grupais adequadamente, nem pra processos pedagógicos adequadamente [...] eu acho, com certeza, que a gente tem muito a avançar ainda em estratégias pedagógicas quer seja através da arte, da didática, de qualquer outro tipo de ferramenta acho que tem que avançar, tanto em questões de [...] mediação de processos quer seja em grupo ou individual [...]

O profissional realiza uma crítica ao processo de formação, apontando a lacuna de articulação teórico-prática. Isto é, o entrecruzamento, no âmbito acadêmico, da realização de mediações, a partir das situações objetivas encontradas durante o trabalho com os determinantes socioestruturais e os instrumentos é deficitária. Limita, portanto, as condições de os profissionais elaborarem propostas de trabalho que compreendam as circunstâncias em que a vida humana, na sociedade capitalista, acontece. Afirma-se, então, que é articulação sistemática da fundamentação teórica do Serviço Social é que confere direcionamento aos instrumentos de trabalho escolhidos para serem utilizados.

No que se refere aos limites de realização de um trabalho profissional utilizando a arte como instrumento, as profissionais destacam os limites institucionais impostos pela precarização das condições de trabalho. As assistentes sociais não identificam a imposição de dificultadores para a realização do trabalho profissional por parte dos usuários dos serviços. Quase todas as entrevistadas relataram que enfrentam dificuldades com a falta de recursos materiais e humanos, com o excesso de demanda, com poucas horas de contratação, para a realização de um trabalho envolvendo arte, esse cenário diz respeito ao desmonte dos serviços ofertados de maneira pública.

Quando as profissionais relatam que *“pra [...] fazer as coisas são recursos dos profissionais e as vezes alguma doação [...] os sprays eu que comprei, mais um colega [...]” (1)*, *“[...] limite da instituição [...] a questão do tempo, de recursos, da rotina do trabalho [...]” (2)*, *“[...] em função da superlotação a gente não consegue atender toda a semana [...]” (3)*, *“[...] o mais difícil mesmo é a política né [...] é uma política sucateada [...] a política, não tem a arte como prioridade ou como ferramenta privilegiada” (4)*, *“[...] conseguir acessar outro serviço da rede em função do desmonte das políticas públicas [...]” (6)*, *“ [...] a minha carga horária [...] ser muito pequena e ter que dar conta de dois serviços [...] (6)*, *[...] outro limite também é a questão de não ter recurso material [...] a instituição não fornece*

nada, não tem lápis de cor, não tem canetinha” (6), estão expressando como se manifesta, no cotidiano de trabalho, o processo de subordinação das políticas sociais ao capital. Isto, abre espaço, para que os serviços ofertados pelas políticas sociais sejam enfraquecidos, através do corte de verbas, do congelamento de salários, da redução das equipes de trabalho e da cobrança de taxas para utilização de serviços públicos, quando não os privatiza totalmente. Tais políticas, quando precarizadas em razão dos interesses econômicos do capital, pouco conseguem fomentar processos de acirramento de contradições que mobilizem os sujeitos à luta por mais direitos, por melhores condições de vida, pela redução da pobreza e da miséria, enfim, por meios que instiguem a luta por mudanças estruturais.

A análise dessas expressões de precarização relatadas pelas profissionais precisa considerar os impactos dos processos de reestruturação produtiva do capital no âmbito do Estado. Em especial, seus rebatimentos sobre as políticas sociais públicas, por meio da implementação de práticas políticas neoliberais e, o consequente, impacto no trabalho desenvolvido pelo Serviço Social neste campo. A implementação de uma política neoliberal implica na necessária destruição da regulação das relações de trabalho, das relações sociais, das políticas sociais públicas de saúde, educação, assistência. Isto porque, o neoliberalismo apoia-se em uma perspectiva que informa que o bem-estar humano pode ser promovido a partir da ampliação da liberdade das relações de mercado. O Estado, nesse contexto, tem um papel fundamental que é o de manter um cenário favorável a essas ações, para tanto, passa a executar diversas intervenções no campo social, político, econômico e cultural (HARVEY, 2007).

Quando as profissionais trazem a dificuldade de acessar outros serviços da rede para dar continuidade a um trabalho que consiga atender os usuários em outras dimensões da vida, como na seguinte fala pode-se inferir que estas participantes da pesquisa identificam que as necessidades apresentadas pelos sujeitos atendidos não se restringem ao objeto especificamente atendido por determinada instituição. Isto é, os usuários da política de saúde mental também precisam de acesso a serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, a transporte, a saúde, a educação, etc. Entretanto, vem sendo acentuada a precarização nessas áreas, dificultando, mais ainda, o acesso a esses direitos.

Nesse sentido, ao passo que a demanda de atendimento das assistentes sociais sofre um significativo aumento, isto porque, não é somente nas políticas públicas que a reestruturação produtiva da ordem do capital impacta, mas, também, nas condições de vida e de existência da população, essas profissionais enfrentam uma severa limitação na realização de um trabalho que dependa de recursos materiais e condições de trabalho que estão sendo gradativamente desmanteladas (IAMAMOTO, 2001).

O processo de precarização das condições de trabalho e radicalização das expressões da questão social está sendo acentuado no Brasil após o golpe parlamentar-jurídico e midiático sofrido em 2016 pela Presidenta Dilma Rousseff. Essas ações no campo político do País referem-se nitidamente ao reestabelecimento de um projeto político neoliberal, escancaradamente vinculado aos interesses do capital nacional e estrangeiro que visa favorecer as condições para a extração de mais-valia e superlucros. Esses atos aparecem, cinicamente, por meio de suas justificativas, com uma máscara de respeito as tradições democráticas de alternância no poder, quando, na verdade objetivam se apropriar ainda mais avidamente da riqueza socialmente produzida. Essas práticas neoliberais contribuem para o aumento das desigualdades entre as classes, colocando uma pequena parcela da população em condições de vida privilegiadas enquanto um grande contingente de pessoas está nos limites da sobrevivência. Isto porque, as “saídas” adotadas envolvem redução de direitos como a reforma da previdência e a limitação do orçamento destinado a saúde, educação e assistência por um período de vinte (20) anos, além de flexibilizarem as relações de trabalho através da reforma trabalhista e entregarem as riquezas nacionais ao capital estrangeiro.

Fica evidenciado, também, que um trabalho que envolva o uso da arte requer condições de trabalho favoráveis para que a atividade seja planejada e desenvolvida, isto fica explicitado no depoimento que segue.

Participante 3: [...] eu queria [...] usar a arte sempre [...] só que nesse momento sem alguém dentro do campo que pudesse bancar isso comigo eu não tenho perna pra fazer, os atendimentos, os acompanhamentos das visitas, eu sou uma, tou com 40 adolescentes nesse momento [...] com certeza o instrumento (ARTE) é super válido, acontece que [...] no dia-a-dia a gente fica tão engessado e cobrado para [...] fazer as

avaliações que a gente acaba utilizando instrumentos mais tradicionais pra fazer o atendimento [...] utilizar a arte exige um atendimento mais qualificado [...] a gente é cobrado por quantidade [...] infelizmente [...] eu também sou cobrada de cima, então a gente acaba indo atrás do apagador de incêndio

Os aspectos salientados pela profissional, além de demonstrarem os desdobramentos do processo de precarização do trabalho, mostram que para usar a arte como instrumento de trabalho é preciso que as profissionais tenham tempo e condições de planejar seu trabalho mais livremente, sem tantas pressões pelos resultados quantitativos. Nesse sentido, é possível fazer uma articulação entre o que Marx chama de hostilidade do capitalismo à arte e a hostilidade que esse sistema, também, impõe ao uso das expressões artísticas como instrumento de trabalho. Isto é, o modo como o capital se estrutura para produzir acumulação de riquezas afeta essencialmente a arte, pois ela é a expressão de um trabalho criativo e livre que, por sua vez, é amplamente impedido sob a égide do capitalismo. Da mesma forma, quando o “critério da produtividade impera no trabalho assalariado” (VÁZQUEZ, 1978, p. 244) mais é limitada a liberdade dentro do processo de trabalho, mais rígido é o controle sobre a atividade das trabalhadoras de modo a ajustá-lo aos interesses da instituição. Entretanto, é, também, na negação desse processo, nas brechas abertas pela contradição, que tanto a arte consegue existir quanto o trabalho consegue atingir níveis relativos de autonomia na busca por novas mediações que descortinem as contraposições que se apresentam no cotidiano de trabalho.

Entende-se, então, que esse movimento de superação de atividades restritas ao instituído acontece em contextos adversos, pois como relata a profissional: “[...] a gente tem as avaliações pra fazer, os atendimentos, os acompanhamentos das visitas, eu sou uma, tou com 40 adolescentes nesse momento” (3), ou seja, a instituição estabelece números que devem ser atingidos. Esse processo, exige que a assistente social realize um trabalho executor, cumprindo funções como “[...] produzir documentos, produzir número de atendimento, porque existe uma burocracia que nos cobra isso, a gente recebe por atendimentos individuais também, por demandas que tem que ser cumpridas [...]” (2). É, nesse contexto, que a profissional deve tencionar os processos de trabalho, exercendo sua autonomia relativa, ou seja, informando a equipe e aos chefes que o planejamento referente ao número de atendimentos à usuários e as

técnicas utilizadas para isso são determinadas por ela. Isso implica estabelecer limites nas relações profissionais, de modo que se exercite a dimensão política, pois a mediação do método no trabalho requer o desenvolvimento de espaços de autonomia (FERREIRA, 2008).

Nesse sentido, a natureza das instituições também é um obstáculo, porque as manifestações da questão social, que constituem o objeto de atendimento dessas organizações, são tomadas pela dinâmica institucional através da sua articulação direta com processos burocráticos. Isto é, quando a profissional planeja fazer qualquer atividade o número de procedimentos institucionais exigidos é tão expressivo que acaba truncando o trabalho desenvolvido. Além disso, aparece como uma estrutura apenas de controle, confirmação e manutenção do estado atual das coisas, ou seja, a burocratização que permeia o espaço institucional corrobora para a legitimação das variadas formas de opressão e dominação, através das regras estabelecidas, como pode ser verificado no seguinte trecho:

Participante 3: [...] o limite é a condição física, estrutural aqui da instituição [...] tudo é uma autorização, tudo tem que ter uma justificativa do porque vai ser utilizado [...] precisa de agente pra fazer a revista, precisa de agente pra cuidar da segurança, de agentes pra descer os guris, de agente pra organizar que eles estejam de banho tomado, prontos [...] É a revista, é a grade, a gente não tem uma sala de atendimento, não tem espaço pra acolhida [...]

Essa mesma precarização do trabalho, materializada através das cobranças por documento, por número de atendimentos, por cumprimento de burocracias, por produção de pareceres, laudos, estudos e avaliações, faz com que as profissionais acabem assimilando profundamente essa lógica e a reproduzam. Isto é, as condições de realização do trabalho quanto mais subordinadas mais fazem com que as profissionais aprofundem os processos de alienação e tenham uma percepção restrita dos produtos do seu trabalho, como pode ser verificado no seguinte trecho: “[...] então não posso só ficar [...] lendo poesia e refletindo, pensando com eles alternativas. Existe algo de concreto que precisa aparecer [...] no papel [...]” (2).

Diante do contexto em que se convive diariamente com o poder do capital produz as mais variadas expressões da questão social, reduz a vida, a

sensibilidade, restringindo o trabalho a um ato desgastante, como resistir? “Como capturar esse homem comum que se apresenta diante de nós com fome, analfabeto, sem trabalho ou na informalidade, alvo de violências [...] pobre de liberdade, de oportunidades e de esperanças?” (YAZBEK, 2001, p.39). É nesse campo, também, que as profissionais evidenciaram a arte como uma forma privilegiada de comunicação, de compreensão de determinadas dimensões e determinados conjuntos de preceitos referentes a sensibilidade que compõem os modos de ocupação e de vida em sociedade.

Participante 2: [...] Eu acho que isso a arte [...] te possibilita conviver com os teus usuários de um outro lugar. Não é um lugar questionador, onde tu fica perguntando e eles esperando de ti uma resposta, você se solta, ele se solta, você consegue ver ele mais espontâneo, mais verdadeiro, sem respostas prontas [...]

Participante 3: eu acho que a gente consegue tocar os guris quando a gente utiliza a arte de uma forma maior, do que quando a gente simplesmente chama eles pra conversar e [...] acho que eu consigo acessar o sentimento deles de uma forma muito mais [...] sensível, eu consigo quebrar um pouco essa barreira desse espaço que a gente ocupa [...] de tu estar avaliando eles e dentro de uma instituição tão dura, tão agressiva [...] tão violadora, que é uma instituição de garantias, mas que violam ao mesmo tempo [...]

Participante 4: [...] a arte é expressar o modo como tu capta o mundo a tua volta, eu capto isso e eu quero expressar isso através de uma escrita ou através de um desenho ou através da música [...] enfim, eu acho que todas as formas de arte [...] são um instrumento privilegiado na questão de vínculo, comunicação, questão de expressão da história de vida nossa [...]

Participante 6: [...] uma realidade muito dura assim, então a gente utiliza muito a questão lúdica pra trabalhar as questões do tratamento em saúde mental [...]

Os relatos mostram importantes processos que são complexos e que a utilização da arte favorece sua mediação, como a quebra de barreiras de comunicação, como processos de mobilização, acesso a sentimentos, favorecimento para a constituição de vínculos, entre outros processos de mesmo tipo. Este é um início necessário quando se deseja pensar a intervenção profissional, com vistas a fomentar processos de resistência, enfrentamento e rupturas no cotidiano. Isto porque, em um contexto como o da sociedade capitalista atual onde as pessoas estão tão desgastadas, a sensibilidade está tão amortecida, desenvolver, através do uso da arte, formas sensíveis de relação com

o outro, favorece o processo de elaboração de novas mediações. Então, a arte tem essa potencialidade de corroborar para resgatar a sensibilidade, seja porque, como dizem as profissionais, a relação com os usuários fica mais espontânea, sem tantos mecanismos de defesa ativados, ou porque permite estabelecer uma relação mais horizontal com quem é atendido, ou, ainda, porque se pode expressar visões de mundo, valores, gostos, preferências, sofrimentos, etc. Nesse sentido, é que se encontra “[...] o desafio de sair de nossa lentidão, de construir, reinventar mediações capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e cidadania” (YAZBEK, 2001, p. 39).

Retoma-se, então, a segunda questão norteadora: **De que modo à arte, como uma estratégia de mediação do trabalho, pode contribuir com a afirmação do projeto ético-político do Serviço Social?**

Os relatos das profissionais demonstram que a arte, enquanto uma estratégia de mediação no trabalho profissional, pode contribuir parcialmente com a afirmação de algumas dimensões do Projeto Ético-Político do Serviço Social - PEP, pois este processo enfrenta inúmeras adversidades para a sua realização. Cabe destacar que o próprio trabalho profissional já pode contribuir com a afirmação parcial do PEP. Uma dessas dificuldades é a fragmentação entre arte e trabalho, uma vez que não há o reconhecimento das potencialidades do uso da arte, como parte do instrumental, para a construção de reflexões críticas junto aos usuários e o desenvolvimento e avanço desse processo reflexivo rumo a ampliação progressiva para a esfera pública.

Entre as entrevistadas, observou-se a identificação do acesso a informações e a direitos sociais como um ponto principal da materialização da dimensão pedagógica do PEP, esta perspectiva se constitui como “uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microações cotidianas que compõem o seu trabalho” (IAMAMOTO, 2011, p. 78). Contudo, esse entendimento pressupõe que a garantia e acesso aos direitos se desdobrem na conquista de mais garantias para o coletivo da população. Esta luta, por sua vez, almeja avançar na redefinição das bases que estruturam a sociedade vigente, transformando o modo e condições de vida dos indivíduos sociais, a cultura, a esfera da produção, etc. Nesse sentido, é necessário que as profissionais realizem um maior número de mediações para desenvolver um trabalho,

utilizando a arte como instrumento, no caminho da afirmação do projeto profissional.

Para isso, é preciso realizar a articulação entre objeto de trabalho, método dialético-crítico e projeto ético-político durante o uso do instrumental de trabalho, porém, há uma articulação parcial e deficitária entre a dimensão teórico-metodológica e a dimensão técnico-operativa. Ou seja, a fundamentação teórica que subsidia e orienta o trabalho das assistentes sociais não é plenamente acionada como parte do instrumental que ao ser interposto entre o próprio trabalho e o objeto desta ação objetiva realizar uma transformação. Fortalecer a apreensão do método e dos demais fundamentos do Serviço Social requer, entre outras coisas, uma boa formação acadêmica, comprometida com os valores históricos, coletivos e democráticos que projeta uma nova direção social fundamentada pela teoria marxiana e não restrita a atender os interesses do mercado.

Outra dimensão dessa realidade são as condições de trabalho precarizadas, a falta de recursos materiais e humanos, o excesso de demanda, as poucas horas de contratação e o desmonte dos serviços ofertados de maneira pública. Essa dinâmica institucional, imprime um ritmo de trabalho acelerado, intensificando os processos de alienação dos trabalhadores e a alienação dificulta o exercício do pensamento crítico. Então, os limites postos à negação da imediatividade das demandas atendidas, resultantes do próprio cotidiano institucional, somado às fragilidades teóricas, faz com que, muitas vezes, as profissionais utilizem a arte como instrumento de maneira tecnocrática, fragmentando o seu uso, apartando-o da teoria e impondo limites na afirmação do projeto profissional a partir da mediação de expressões artísticas no trabalho.

4.2.3 DO DESOCULTAR AO RESISTIR: o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento a partir do uso da arte mediado pelo trabalho profissional

Na tentativa de responder a terceira e última questão norteadora: **como a arte, enquanto instrumento de trabalho, pode contribuir para desocultar as expressões da questão social, reforçando resistências e contribuindo para reduzir** desigualdades, as profissionais foram questionadas sobre:

- Como a arte utilizada em seu trabalho evidencia a questão social no cotidiano?
- Como o uso da arte possibilita a superação gradual de níveis de alienação dos usuários em relação aos impactos da questão social em suas vidas cotidianas?
- Como essa superação gradual de níveis de alienação contribui com os processos de resistência as desigualdades?

A superação gradual dos níveis de alienação nada mais é do que o processo de conscientização, ou seja, partir da compreensão de ser humano e de mundo que os usuários possuem e é possível avançar no nível de reflexões e no desencadeamento de mediações acerca desta visão, problematizando os “homens, as coisas e o próprio mundo” (SOUZA, 2004, p. 87). Para esse processo acontecer se faz necessário desocultar as expressões da questão social, descortinar e problematizar as situações e os interesses das pessoas atendidas, considerando as relações estabelecidas por esses fatores com as dimensões macrossociais. Ao passo que profissionais e usuários desvendam as bases sociais, econômicas, políticas e culturais que se interpenetram nas demandas atendidas e nos acontecimentos vivenciados é possível reforçar resistências, contribuindo para redução das desigualdades. Isto porque, o ser humano “[...] ao tomar consciência de sua realidade social [...] assume posições de desafio e enfrentamento [...]” (SOUZA, 2004, p. 82).

Nesse sentido, as profissionais compreendem a superação gradual de níveis de alienação dos usuários em relação aos impactos da questão social em suas vidas cotidianas, a partir do processo de sensibilização dos sujeitos atendidos, através do uso da arte como instrumento de trabalho. De acordo com o

conteúdo dos relatos das entrevistadas, a ação de sensibilizar pode “[...] apresentar outras possibilidades [...] eu acho que vislumbra [...] que outras alternativas são possíveis [...]” (2), “[...] através do reconhecimento [...] dessas expressões que eles vivem, eles conseguem ter um outro olhar em cima disso [...] criarem um protagonismo dentro dessa realidade [...] e conseguem dar a volta por cima diante de tantas opressões vividas diariamente” (5), “[...] eu acho que eles conseguem problematizar sobre a questão de preconceitos, que muitas vezes não se dão conta que também fazem [...]” (6), ou seja, há possibilidade de a sensibilização ampliar as condições para a reflexão e esse processo se desdobrar em mudanças na vida das pessoas. Isto pode ser verificado, também, no trecho que segue:

Participante 1: [...] eu acho que pode ajudar a elaborar [...] seus projetos, suas questões, seu papel no mundo [...] daqui a pouco alguma coisa ela se identifica com algum personagem, consegue ver outras possibilidades [...] consegue olhar a vida do outro e refletir a dela [...] se a gente consegue sensibilizar ele a voltar a estudar acho que já é uma forma de estar fazendo isso, a inclusão [...]

Observa-se, no trecho acima, o destaque para a arte no sentido de que as expressões artísticas podem traduzir no seu conteúdo múltiplas expressões da questão social que guardam relação com a experiências cotidianas dos sujeitos, conseguindo, portanto, comunicar-se com as pessoas de forma mais sensível. Dito de outra forma, realidades similares podem fomentar a realização de processos reflexivos e aumentar a elaboração de mediações, fazendo com que os sujeitos se deem conta de dificuldades e potencialidades antes despercebidas.

Entretanto, esta mesma entrevistada, não visualiza, no trabalho profissional, a relação entre expressões da questão social e os fatores macrossociais, como pode ser verificado no seguinte relato “[...] falamos de direitos, da cidadania [...] da questão da participação [...] mas eu não trabalho tanto esses sistemas macro com os jovens [...] não é uma questão tipo “hoje vamos falar sobre desigualdade” (1). A profissional, não identifica que o conflito capital-trabalho constitui a gênese dos processos de desigualdade e resistência na sociedade capitalista. Deste modo, a discussão acerca dos direitos, da cidadania e da participação acaba sendo entendida e realizada de modo fragmentado da totalidade e historicidade da realidade social. A introjeção dessa

perspectiva fragmentada faz com que a profissional se questione “[...] o quanto nós [...] assistentes sociais conseguimos impactar esse grande campo [...] acho que [...] apesar de a nossa profissão fazer uma crítica da questão desigual [...] é mais no campo individual [...] muitas vezes [...] que a gente consegue [...] estar fazendo eles refletirem sobre seus projetos de vida [...]” (1). Quando a assistente social compreende que é mais no campo individual que as ações do trabalho profissional impactam, observa-se que ela separa os processos particulares dos processos universais, pois, por mais que os resultados do trabalho, muitas vezes, sejam visíveis em um plano mais cotidiano da vida dos sujeitos, a direção da elaboração do processo interventivo deve ser orientada pela perspectiva da totalidade. Infere-se, então, que ela está amparando a sua análise em um entendimento reducionista do objeto de trabalho e sem clareza de apreensão do método. Primeiro, porque ao compreender que o Serviço Social faz “[...] uma crítica da questão desigual [...]” não visualiza que o debate da profissão se propõe a uma análise mais ampla e complexa da realidade social, a partir de uma fundamentação crítica que pensa a estruturação da sociedade capitalista para acumulação de capital, com base na exploração da força de trabalho daqueles que não detém a propriedade dos meios de produção. Esta dinâmica, por sua vez, gera inúmeros processos sociais e rebatimentos na particularidade da vida daqueles que compõem esta sociedade, a desigualdade, por exemplo, é uma dessas expressões e há, também, os processos de resistência que se interpõem nesse movimento do real.

Desse modo, a maneira como a profissional apreende a questão social e o método impacta nos produtos do seu trabalho (FERREIRA, 2008). Apesar de ela reconhecer que “[...] se a gente consegue sensibilizar ele a voltar a estudar [...]” (1), já é uma forma do sujeito refletir e superar os rebatimentos da questão social em suas vidas cotidianas, por meio da inclusão, do acesso ao direito a educação, ela entende essa mudança como uma parte exterior e autônoma do “restante” da realidade social.

Destaca-se, que o intuito aqui não é desvalorizar essas pequenas mudanças, pois este é um início necessário que apresenta avanços e recuos. Nesse sentido, as mudanças no plano individual exigem algum nível de rompimento com as relações estabelecidas até o momento, esse rompimento

pode ser o impulso para o exercício da autonomia, da cidadania, da luta pela ampliação de direitos. Tais mudanças, então, se configuram, também, como transformações da realidade concreta.

Em outro trecho uma das profissionais relata que: “o Hip-Hop [...] alguns dos Funks que eles trazem, o hip-hop principalmente são letras extremamente críticas, que fazem com que os guris parem em algum momento pra pensar: “o que que eu tou fazendo ali” [...]” (3). A entrevistada, se utiliza das expressões artísticas, escolhidas pelos próprios usuários, para mediar a reflexão crítica a partir da linguagem dos jovens e do conteúdo de músicas como o Hip-Hop e o Funk. Nesse sentido, arte e realidade concreta se articulam, dando origem a uma cultura que não só reproduz a cultura capitalista disseminada pela superestrutura, através de seus aparatos ideológicos de dominação. Isto é, a experiência que esses jovens vivenciam com as situações enfrentadas como a violência doméstica e policial, o tráfico e o abandono, por exemplo, desencadeiam processos aos quais esses sujeitos atribuem significados e retornam como pessoas que

[...] experimentaram suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] das mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182, grifo do autor).

Desse modo, as letras do Hip-Hop e de alguns Funks que esses jovens trazem para atendimento são extremamente críticas, como refere a profissional, pois a classe trabalhadora é uma produtora ativa de cultura a partir de sua própria experiência, em uma tensão permanente entre estrutura e processo (THOMPSON, 1981). As produções artísticas, então, são unidades dialéticas, reproduzem uma cultura alienada e uma cultura repleta de senso crítico, podem ser “claro escuro [...] verdade engano” (KOSIK, 1976. p. 10), evidenciam a contradição em músicas, filmes, peças teatrais, poesias, entre outras expressões da arte.

Nessa continuidade, a problematização das produções artísticas, estejam elas reproduzindo predominantemente processos de alienação ou não, podem ser pensadas a partir das experiências dos usuários atendidos, sendo mediadas pelo

trabalho profissional, através dos fundamentos teóricos, éticos e políticos que embasam o Serviço Social.

No que se refere aos impactos do processo anteriormente discutido no favorecimento da resistência às desigualdades os relatos das profissionais evidenciam os resultados de seu trabalho que impulsionam os sujeitos a romper com a passividade frente às situações vividas, exercitando a iniciativa e a autonomia, a desenvolver a autoconfiança, a problematização da culpabilização individual, com vistas a evidenciar a existência de processos coletivos com determinações diversas e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos, por meio da ampliação do conhecimento, da informação como um direito e como possibilidade de acesso a direitos, se configurando como subsídio para críticas e novas perspectivas. Afirma-se, então, que a consciência crítica é necessária a resistência. Isto pode ser verificado nos seguintes extratos:

Participante 1: [...] fazer ela conseguir se movimentar e ir atrás daquilo que ela acredita, daquilo que ela sonha [...]

Participante 2: acho que o processo de resistência parte de quando eles não se veem como o único indivíduo que passa por essa situação, quando eles entendem que é coletivamente que vai ter mais voz, quando eles começam a olhar pro outro e de que eles também não pessoalizam a resposta, tipo não tá apenas no prefeito, sujeito prefeito, não está apenas no sujeito secretário de saúde [...] existe um sistema de saúde [...] existe um sistema político [...]

Participante 3: Eu acho que [...] o conhecimento por si só já te deixa forte e é o que te fortalece pra poder resistir, se tu não tem conhecimento tu acaba sendo usado [...] a gente consegue refletir com os guris, criticamente e consegue socializar algumas informações e eles conseguem se [...] empoderar no sentido do conhecimento e utilizar esse conhecimento pra questionar algumas coisas e poder pensar em outras possibilidades, eu acho que nesse momento a gente tá fortalecendo eles, eu acho que isso se torna resistência [...]

Participante 5: [...] eu acho que [...] a resistência que eles criam através da arte é de eles se empoderarem com isso [...]

Observa-se um contraste entre o primeiro e o segundo relato. No primeiro, a profissional expressa que visualiza a concretização de sua intervenção no rompimento da imobilidade, através do estímulo a autoconfiança: *“fazer ela [...] ir atrás daquilo que ela [...] sonha” (1)*, e, este fato, é extremamente importante para a melhoria da vida dos sujeitos. Já, no segundo, o conteúdo manifestado pela entrevistada, traz elementos que demonstram a compreensão das múltiplas

determinações que se interpenetram nos fenômenos sociais vivenciados pelos sujeitos, atribuindo às situações particulares certo nível de similaridade. Isto porque, as relações fundantes da sociedade capitalista geram determinações histórias comuns a vida de todos os seres humanos, embora as manifestações individuais da questão social possuam particularidades para cada ser humano. Deste modo, o processo de resistência é entendido pela assistente social de maneira mais ampliada e interconectada com fatores macrossociais: “[...] quando eles não se veem como o único indivíduo que passa por essa situação, quando eles entendem que é coletivamente que vai ter mais voz, quando eles começam a olhar pro outro e [...] também que não tá apenas no [...] sujeito prefeito [...] no sujeito secretário de saúde [...] existe um sistema de saúde [...] existe um sistema político [...]” (2) Nessa perspectiva, amplia a problematização, favorecendo a descoberta de outra realidade “a da força social da população trabalhadora” (SOUZA, 2004, p. 87).

O acesso ao conhecimento e a informação, trazidos pela terceira participante, também são condições imprescindíveis para que os sujeitos se movimentem no mundo, proporcionando, não só, uma maior democratização na relação entre os sujeitos e esfera pública, mas, também, um maior nível de autonomia nas relações que estabelecem com seus pares na sociedade.

Em síntese, **como a arte, enquanto instrumento de trabalho, pode contribuir para desocultar as expressões da questão social, reforçando resistências e contribuindo para reduzir desigualdades?**

Uma característica comum entre os relatos é que, de um modo ou de outro, todas as profissionais referem que o processo de identificar novas possibilidades, repensar e construir novos projetos, transformando pequenas situações da vida cotidiana, são modos de superar gradualmente os níveis de alienação e enfrentar as desigualdades. Esse processo de conscientização é favorecido pelo uso de expressões artísticas mediadas no trabalho profissional. Isto porque, a arte se mostra como uma possibilidade mais significativa de os sujeitos se identificarem com o conteúdo de cenas de filmes ou letras de músicas, por exemplo, pois, muitas vezes essas e, inúmeras outras expressões artísticas, retratam realidades semelhantes. Deste modo, possibilita “[...] processos de mútua ajuda, partilha de

sofrimentos e estratégias de superação, cooperação, solidariedade, veiculação de informações” (PRATES, 2003, p. 3).

Esses processos, contudo, esbarram em limitações como a frágil apropriação teórica que as assistentes sociais possuem de seu objeto de trabalho e do método dialético-crítico. Nesse sentido, os resultados do trabalho das profissionais, a partir da mediação da arte enquanto instrumento, evidenciam uma contradição, pois mesmo com as dificuldades enfrentadas, como a, já citadas, fragilidade teórica e a acentuada precarização das condições de trabalho, as assistentes sociais conseguem contribuir com o fortalecimento dos sujeitos, por meio da ampliação do conhecimento, da informação como um direito e como possibilidade de acesso a direitos, se configurando como subsidio para críticas e novas perspectivas, impulsionando o processo de construção de uma sociedade menos desigual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu quase nada sei, mas desconfio de muita coisa.

(Guimarães Rosa)

Neste item, são apresentadas as sínteses elaboradas após a realização da pesquisa, destaca-se que as reflexões aqui exteriorizadas são provisórias, suscetíveis a mudanças, transformações e superações em um processo de produção de novas sínteses sobre este objeto de estudo. Afinal, os conhecimentos produzidos não são definitivos.

Neste estudo, a pesquisadora buscou investigar **de que modo a arte é utilizada como instrumento de trabalho das(os) Assistentes Sociais que intervém em diferentes espaços sócio-ocupacionais da esfera pública na cidade de Porto Alegre**. Para isto, foram elaboradas as seguintes questões norteadoras: Como a arte pode ser utilizada para instigar reflexões críticas junto aos usuários? De que modo à arte, como uma estratégia de mediação do trabalho, pode contribuir com a afirmação do projeto ético-político do Serviço Social? Como a arte, enquanto instrumento de trabalho, pode contribuir para desocultar as expressões da questão social, reforçando resistências e contribuindo para reduzir desigualdades?

Uma das categorias do método dialético crítico que mais foi observada quando se volta o olhar para a totalidade do estudo foi a contradição. Isto porque, muitos profissionais têm consciência das potencialidades do uso da arte enquanto instrumento de trabalho, mas ao utilizarem-na enquanto parte do instrumental deslocam as ações desenvolvidas dos conhecimentos teórico-metodológico e ético-político da profissão. Desse modo, realizam um uso tecnocrático da arte, isto é, tomam as demandas imediatas que atendem, através das instituições, como expressões da realidade concreta, não desvendando a raiz das situações com as quais trabalham. Esse processo, faz com que as profissionais realizem seu trabalho na perspectiva de criminalizar ou ajustar moralmente os usuários.

A apreensão sobre o modo como as refrações da questão social se manifestam na vida cotidiana das pessoas requer das profissionais que uma relação teórico-prática de qualidade seja estabelecida. Ao passo que as

profissionais não compreendem o método e, conseqüentemente, não reconhecem o conflito capital – trabalho como a gênese da questão social, o desvendamento de expressões como a pichação, o tráfico de drogas, o roubo, o homicídio, o uso abusivo de drogas, a violência sexual ou o sofrimento psíquico, como processos sociais que se encontram articulados com a totalidade das relações de produção, fica comprometida a realização de um processo interventivo crítico. Portanto, o método dialético-crítico subsidia a elaboração de análises mais ampliadas da realidade. A compreensão desse processo é imprescindível para operacionalizar o instrumental técnico-operativo de modo mais efetivo e, inclusive, para realizar a mediação da arte como um instrumento de forma mais potente para sensibilizar, para promover reflexões, para desolcultar às expressões da questão social. Caso contrário, corre-se o risco de o trabalho realizado permanecer na superficialidade, nos domínios do senso comum, da consciência ingênua sobre o caminho necessário a se trilhar de acordo com a finalidade de trabalho estabelecida ou de reforçar processos de ajustamento a valores morais da sociedade capitalista, por exemplo, mesmo que essa não seja a intenção das profissionais.

Em alguns relatos foi possível observar um maior nível de apreensão dos fundamentos teóricos que subsidiam a profissão, isto ficou evidente nas falas em que as profissionais relataram utilizar as expressões artísticas do Teatro do Oprimido e da poesia como instrumento de intervenção. Para operacionalizar um trabalho interventivo mais efetivo as assistentes sociais colocaram em ação o método ao articularem componentes de um mesmo processo que se conectam e acontecem conjuntamente. Estes processos se referem ao planejamento, ao processo de conhecimento e a reelaboração do objeto de trabalho. Este é um movimento imprescindível para se construir caminhos direcionados a uma maior promoção do fortalecimento da autonomia e do processo de participação social dos sujeitos.

As inferências acima não devem ser tratadas pela perspectiva de responsabilização apenas das profissionais, pois as reformas universitárias que vem sendo implementadas, a universidade operacional, tecnicista e pobre de aprofundamento crítico, também são elementos que condicionam uma formação precária e interpenetram esses processos de não reconhecimento do método e da questão social como elementos capazes de subsidiar a explicação dos

fenômenos sociais com os quais as assistentes sociais se deparam cotidianamente. A reestruturação universitária se direciona e se limita cada vez mais a formar pessoas aptas a ingressar no mercado de trabalho e atender as demandas do mercado e institucionais, sem tecer críticas aos processos de trabalho, desse modo mantendo o instituído, sem contribuir para a superação de seus limites. Nessa direção, a formação assume uma perspectiva cada vez mais tecnicista, diminuindo o adensamento teórico e aligeirando o processo, com impactos negativos na sua qualidade. Além disso, vários professores que formam novos assistentes sociais também possuem uma frágil apropriação do método dialético-crítico e da questão social, pois eles também experienciam processos de mercantilização universitária que atingem a Pós-Graduação, espaço por excelência destinado à formação de professores e pesquisadores. A formação é compreendida aqui de maneira ampliada, isto é, a formação é um processo contínuo de qualificação, aprofundamento e adensamento teórico, não está restrito a conclusão da graduação em Serviço Social ou mesmo a Pós-Graduação. Por este motivo, a participação em espaços de discussão sobre a profissão como seminários, congressos, Núcleos Regionais de Serviço Social – NUCRESS, ABEPSS Itinerante, a leitura das revistas da área do Serviço Social, entre outros recursos que instiguem uma reflexão sistemática e permitam a atualização e o acompanhamento do debate sobre temáticas diversas problematizadas pela categoria constituem-se como compromisso ético profissional com a formação permanente.

Juntamente com a fragilidade teórica aparecem os acentuados processos de precarização do trabalho que intensificam os processos de alienação do trabalhador assalariado. As profissionais, muitas vezes, não têm as condições para a realização de seu trabalho, porque faltam recursos humanos e o número de atendimentos demandados é muito grande ou, então, porque não conseguem acessar materiais para exibir filmes, para reproduzir as músicas ou mesmo para imprimir as letras de música e distribuir entre os participantes de um grupo com o qual trabalham, por vezes não dispõem de salas, nem carros para fazer visitas domiciliares, entre tantos outros recursos materiais necessários para a realização do trabalho. Marx (2013), ressalta na obra *O Capital*, que embora os instrumentos

não façam parte do trabalho em si, sua ausência pode limitar ou até mesmo inviabilizar a realização do trabalho.

Entretanto, mesmo com a fragilidade teórica e a acentuada precarização das condições de trabalho, as assistentes sociais conseguem realizar um trabalho, utilizando a arte como instrumento, e contribuir com o fortalecimento da autonomia dos sujeitos, por meio da informação como um direito e como possibilidade de acesso a direitos, se configurando como subsidio para críticas e novas perspectivas, impulsionando o processo de construção de uma sociedade menos desigual.

Reitera-se que a responsabilidade não é somente das profissionais que se encontram nessas áreas de trabalho, tendo que lidar, cotidianamente, com as adversidades impostas pelo capital ao trabalho. Isto porque, este entendimento culpabilizaria as assistentes sociais, ou passaria a falsa impressão de uma perspectiva de imobilidade ou incapacidade de transformação do real, com a qual não se compactua. Afinal, exatamente por ter-se a lógica dialética como referencial, se reconhece que o devir é um processo que constitui o real e gera, com ele, contradições que abrem espaço para o enfrentamento e possível superação desses processos no cotidiano de trabalho. Ou seja, é nessa perspectiva que a assistente social precisa exercitar sua autonomia relativa, estabelecendo limites a serem respeitados pelas instituições e identificando alternativas possíveis para a ampliação de espaços de luta no caminho da materialização de seu projeto ético-político. Além disso, a participação em espaços de formação, nos quais os debates realizados possam servir como estratégia de ampliação dos conhecimentos e das reflexões, se faz necessário para o enfrentamento das fragilidades teóricas e para o fortalecimento do sujeito coletivo categoria profissional e classe trabalhadora. Afinal, a realidade está em constante movimento e o tempo presente é cada vez mais desafiador, exigindo do profissional o compromisso com a formação sistemática.

Com base nesses dados e com o objetivo de contribuir junto à categoria profissional com a discussão acerca da utilização da arte enquanto instrumento de trabalho pelo Serviço Social, entende-se que os espaços de formação como universidades, conselhos e núcleos precisam articular fundamentos teóricos no uso dos instrumentos, por meio da utilização de expressões artísticas como

músicas, filmes, teatros, poesias, slams, entre tantas outras alternativas que favoreçam essa mediação. As instituições podem subsidiar, financeiramente, a realização de capacitações envolvendo a utilização da arte articulada à direção social da profissão. Quem sabe, até mesmo, projetos que tenham como objetivo construir discussões acerca dos fundamentos teóricos que embasam o trabalho profissional, das expressões da questão social e do processo interventivo a partir da utilização de expressões artísticas. Destaca-se que, trazer o artístico para o trabalho torna-o mais lúdico, criativo, desperta a sensibilidade que está tão amortecida pelo processo cada vez mais intenso de naturalização e indiferença das pessoas diante das desigualdades. Desenvolver estes aspectos sensíveis favorecem os processos de tomada de consciência e mobilização, tornando-os mais agradáveis.

Em síntese, a pesquisa evidenciou vários desafios como a deficitária articulação entre teoria, instrumentos e técnicas, a precarização das condições de trabalho e da formação em Serviço social, a escassez de produções teóricas da área acerca das competências técnico-operativas que impactam, diretamente, na utilização da arte enquanto instrumento de trabalho das assistentes sociais. Esses são elementos dos quais se parte para pensar maneiras de qualificar a articulação dos conhecimentos teórico-metodológicos e ético-políticos na operacionalização do instrumental de trabalho, não se configuram, portanto, como elementos que desqualificam o trabalho profissional realizado pelas assistentes sociais participantes da pesquisa.

Por fim, destaca-se que durante o processo de pesquisa, muitas vezes, a pesquisadora perdeu-se em elucubrações sem fim acerca da arte, tema fascinante, não percebendo que uma das categorias centrais desse estudo era na verdade o trabalho da assistente social. Isto, certamente, ficou evidenciado na realização das entrevistas e na elaboração das análises dessa dissertação, porque, provavelmente, se tinha menos clareza do que hoje sobre o objeto de pesquisa. Nesse sentido, a pesquisadora gostaria de dizer ainda que, possivelmente, esta dissertação pode apresentar equívocos e falhas, provenientes dos processos de alienação que sofre o olhar de quem realizou o processo de pesquisa. Sem dúvida, o decorrer do curso de mestrado e a realização desta investigação, agregou muito ao processo de aprendizagem e

amadurecimento da pesquisadora enquanto profissional, pois ao apontar as falhas, as fragilidades e as dificuldades enfrentadas pelas colegas de profissão, foi possível identificar e reconhecer as próprias falhas e limitações. O processo de conhecimento faz com que se tome consciência das próprias dificuldades e à medida que se elabora mais mediações a partir da realização das entrevistas, da troca de ideias e das contribuições daqueles que realizam leituras do nosso trabalho e retornam problematizações para serem refletidas e enfrentadas, temos a oportunidade de ampliar as cadeias de mediações. Como bem destaca Marx (2010), nos Manuscritos de Paris, o olho que não aprende a ver, não enxerga. Nesse sentido é preciso incentivar sistematicamente o desenvolvimento da razão e da sensibilidade para que coletivamente alonguemos nosso olhar sobre o mundo ampliando nossas cadeias de mediação e possamos, no futuro, transformá-lo num lugar melhor.

REFERÊNCIAS

ABREU, M; CARDOSO, F. G. **Mobilização social e práticas educativas. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** 1. ed. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

ANCONA-LOPEZ, S. **Psicodiagnóstico: processo de intervenção?** In: ANCONALOPEZ, M. **Psicodiagnóstico: processo de intervenção.** São Paulo: Cortez. 1995, p. 26-36.

ALVES, G. **Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI.** Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013

ALVEZ, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha.** Marília: 2010. Disponível em < http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf > Acesso em 08 de Novembro de 2018.

AMARAL, Maria Virgínea Borges. **Discurso e Relações de Trabalho.** Maceió: EDUFAL, 2005. Disponível em < <https://goo.gl/CXTeZa> >. Acesso em 16 de Julho de 2018.

ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso: introdução a filosofia da linguagem.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático.** Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BARBOSA, A. F. **O mercado de trabalho antes de 1930: Emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo.** Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100007 > Acesso em 21 de Novembro de 2018.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação.** São Paulo: Veras, 2000.

BARROCO. M. L. S. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO. M. L. S. **Ética: fundamentos históricos.** São Paulo: Cortez, 2008.

BARDIN, L. **A análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Ministério da Cultura. HERZOG, Instituto Vladimir. **Linha do tempo da resistência à ditadura militar no Brasil (1960-1985).** In: Estudos Avançados 28 (80) - 50 Years Since the 1964 Coup, 2014. Disponível em <

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420140001 >
Acesso em 23 de Novembro de 2018.

BIN, D; CASTOR, B. V. J. **Racionalidade e política no processo decisório: estudo sobre orçamento em uma organização estatal**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Contemporânea – RAC, v. 11, n. 3, p. 35-56, jul./set. 2007.
BOAL, A. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BOAL, A. **Quando nasce um bebê O Pensamento Sensível e o Pensamento Simbólico no Teatro do Oprimido**. Revista Sala Preta: São Paulo, v. 6, p. 189-195, 2006).

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARBONARI, J. G. **A Questão Social expressa na obra musical de Raul Seixas**. Porto Alegre, 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

CARCANHOLO, M. **Curso Livre Marx-Engels – aula 03, O Capital, de Marx**. São Paulo :Boitempo, 2017. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=6JYKsqECnol> > Acesso em 12 de Novembro de 2018.

COUTINHO, C. N. **Notas sobre cidadania e modernidade**. Praia Vermelha. Vol. I, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ/DP&A, 1997, p. 145-165.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em < http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf > Acesso em 07 de Agosto de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS; CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL – CRESS-DF. **Relatório Final 46º Encontro Nacional CFESS – CRESS**. Brasília:CFESS-CRESS, 2017. Disponível em < <http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf> > Acesso em 08 de Novembro de 2018.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Penso, 2010.

COLI, J. **O que é arte?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERNANDES, F. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERREIRA, J.W. **QUESTÃO SOCIAL: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais**. Porto Alegre, 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUERRA, Y. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEGEL, G. W. F. **A Fenomenologia do Espírito – Parte I**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1992. Disponível em <

http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/autores/hegel,%20friedrich/fenomenologia_do_esp%C3%ADrito_parte_i.pdf > Acesso em 09 de Novembro de 2018.

HENDRIKSEN, E. S. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999;

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo**. In: *Temporalis*, ano II, nº. 3, jan./jun. p. 09-32. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1980.

JACKS, Henrique; SZYMBORSKA, Wislawa. **Canal Quadro em Branco: Emicida, Pantera Negra e The Is America**. São Paulo, 2018. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=TdwDdFzKVF4> > Acesso em 04 de Agosto de 2018.

JARPA, C. G. **Función política de la educación en el pensamiento de Antonio Gramsci**. In: *Cinta de Moebio: Revista de Epistemología de Ciencias Sociales*, p. 124 – 134. 2015, Chile. Disponível em < <http://www.moebio.uchile.cl/53/jarpa.html> > Acesso em 23 de Nov. de 2018.

JESUS, M. L. M; SANTOS, M. N. J; NASCIMENTO, T. A; SANTOS, V. N. **Arte e Serviço Social: levantamento de fontes em eventos nacionais da área (2000-2010)**. In: *Scientia Plena*. Vol. 8, num. 12. São Cristóvão – SE, Brasil. 2012.

KONDER, L. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LOUREIRO, C. B. F. **Emancipação**. In: Ferraro Junior, L. A. (org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Vol. 2. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2007. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros_2.pdf>. Acesso em: 25 de Agosto de 2018.

LOPES, J. B. **O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social**. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MANZINI, J. C. **Considerações sobre a transcrição de entrevistas**. Disponível em < http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista > Acesso em 20 de Novembro de 2018.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico Filosóficos**. São Paulo: Biotempo, 2010.

MAR, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARTINELLI, M. L. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. In: MARTINELLI, M. L (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINELLI, M. L.; KOUMROUYAN, E. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, ano XIV, nº. 45, ago. p. 137 – 141. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINEZ, S. D. T. **Violência Institucional: Violação dos Direitos Humanos da Mulher**. Palestra realizada no II Fórum de Violência contra a mulher/Presidente Prudente, 2008. Disponível em < http://www.recriaprudente.org.br/site/abre_artigo.asp?c=16 >. Acesso em 8 de Novembro de 2018.

MOLINA, R. K. **Experiência**. In: STREK, D. R; REDIN, E; ZITKOSKI, J. (Orgs). Dicionário Paulo Freire. Belo horizonte: Autêntica Editora, 2008.

NETTO, J. P. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete et al. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 141-160. NETTO, J. P.

NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: Temporalis, ano II, nº. 3, jan./jun. p. 41-50. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P. **Introdução ao método na teoria social**. In: CFESS; ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. p. 667 – 700. Brasília, 2009.

NETTO, J. P. **O Serviço Social e a tradição marxista**. In. Serviço Social e Sociedade, v.10 n.30, maio/ago. p. 93 – 102. São Paulo: Cortez, 1989.

PEREIRA, P. A. P. **Questão social, serviço social e direitos da cidadania**. In: Temporalis, ano II, nº. 3, jan./jun. p. 51-62. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PRADA, T. GARCIA, M. L. T. **Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil**. São Paulo: Serviço Social & Sociedade, n. 129, p. 304-325, maio/ago. 2017. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n129/0101-6628-sssoc-129-0304.pdf> > Acesso em 08 de Novembro de 2018.

PONTES, R. N. **Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social**. Capacitação em serviço social e política social. Cadernos CEFES, ABEPSS, CEAD, UNB. São Paulo: CORTEZ, 2000.

PONTES, R. N. **Mediação e serviço social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995.

PRATES, J.C. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social**. Porto Alegre: Textos & Contextos, v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007. Disponível em <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/2313/3244> >
> Acesso em 04 de Agosto de 2018.

PRATES, J.C. **A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos**. Porto Alegre: Textos e Contextos, v. 16, n. 2, p. 275 - 281, ago./dez. 2017. Disponível em <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/29570/16428>
> Acesso em 08 de Novembro de 2018.

PRATES, J. C. **O planejamento da pesquisa social**. Temporalis, n. 7, ano IV, jan./jun. Porto Alegre: ABEPSS, 2003b, p. 123-143.

PRATES, J. C. **O trabalho profissional do Assistente Social: processos de trabalho, instrumental e os produtos**. Material didático, Capacitação NUCRESS, Cachoeira do Sul, 2014 – slides 25-26.

PRATES, J. C. **Possibilidade de mediação entre a teoria marxiana e o trabalho do assistente social**. Porto Alegre, 2003. 252f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS.

PRATES, J. C; CARRARO, G. **“Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do capitalismo?** Vitória: Argumentum, v. 9, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2017. Disponível em <
<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424/11903> > Acesso em 08 de Novembro de 2018.

SALGADO, C.P. **O Trabalho de Artistas de Rua em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre, 2017. 93f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMIONATTO, I. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social**. Temporalis. n. 8, ano IV, jul./dez., ABEPSS: Porto Alegre, 2004, p. 31-42.

SCHERER, G. A. **Serviço Social e Arte: Juventudes e direitos humanos em cena**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHERER, G. A. **Abrindo as cortinas: a arte o teatro no reconhecimento de juventudes e direitos humanos**. Porto Alegre, 2010. 214f. Dissertação

(Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social - Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília, 2009

TOLENTINO, E. dos S; BASTOS, V. P. **População em situação de rua: crise do capital e o desmonte das políticas públicas**. Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017. p. 301 – 331.

TURCK, M. G. M. G. **Serviço Social: Perícia Social e Perícia Social Indireta: caderno de exemplos: documentação para circular no espaço público**. Porto Alegre: Graturck, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros : uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, A. S. **As Ideias Estéticas de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

YAZBEK, M. C. **Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. In: Temporalis, ano II, nº. 3, jan./jun. p. 33-40. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

ZACARIAS, I. R. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em Serviço Social**. Porto Alegre, 2017. 205f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul – PUCRS.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Formulários Google: **O uso da arte como instrumento de intervenção**

Olá pessoal!

Sou Franciele Machado, mestranda do Programa de Pós-Graduação da Universidade Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, orientanda da Professora Doutora Jane Cruz Prates, e estou realizando uma pesquisa sobre o uso da arte enquanto instrumento de trabalho do assistente social, que será utilizada para subsidiar a dissertação de mestrado. Como parte do processo de pesquisa está previsto um levantamento inicial. Para isso elaborei algumas questões breves e gostaria de convidar vocês a respondê-las. Desde já, agradeço!

IMPORTANTE!

Solicitamos que os profissionais que trabalham no município de Porto Alegre e que se disponham a fornecer entrevista sobre o uso da arte enquanto instrumento de intervenção preencham os campos "NOME" e "TELEFONE" para que possamos entrar em contato. SALIENTAMOS que estes dados pessoais são sigilosos e não serão visualizado pelo público, pois os formulários são enviados diretamente para o e-mail da pesquisadora!

***Obrigatório**

Nome:

Telefone:

Estado:

Município:

Tempo de Formação:

Área de Atuação:*

Sexo:*

Idade:*

Utiliza ou não a arte como mediação no trabalho profissional?*

Que tipo de arte? (cinema, teatro, música, poesia, outra) *.

Com que finalidade faz esse uso? *

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome:
Idade:
Área de atuação:
Tempo de formação profissional:
Formações complementares:
Tempo que atua nessa área:

QUESTÃO NORTEADORA 1

- 1) De modo geral quais as demandas postas ao teu trabalho nessa instituição (institucionais, usuários)
- 2) De modo geral como intervêm nessas demandas?
- 3) Como utiliza a arte para intervir nessas demandas?
- 4) Em que situações planeja a utilização da arte como instrumento de trabalho?

QUESTÃO NORTEADORA 2

- 5) Como a mediação da arte no trabalho profissional impacta nas situações que expressam a questão social na vida dos usuários?
- 6) O uso da arte no processo de trabalho possibilita a reflexão dos usuários? Como?
- 7) Como tais reflexões críticas podem contribuir com a afirmação da dimensão pedagógica do projeto ético-político dos assistentes sociais?
- 8) Quais os limites e possibilidades postos pelas instituições e pelos usuários para a utilização da arte como instrumental de trabalho?

QUESTÃO NORTEADORA 3

- 10) Como a arte utilizada em seu trabalho evidencia a questão social no cotidiano?
- 11) Como o uso da arte possibilita a superação gradual de níveis de alienação dos usuários em relação aos impactos da questão social em suas vidas cotidianas?
- 12) Como essa superação gradual de níveis de alienação contribui com os processos de resistência as desigualdades?

BLOCO FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Já trabalhou em algum outro espaço sócio-ocupacional?

Caso sim utilizou qual tipo de arte e em que circunstância?

Na sua formação na graduação e formações complementares a arte foi trabalhada como possibilidade de instrumento profissional?

Caso não você avalia relevante este aspecto ser aprimorado na formação?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____, abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa que trata sobre como a arte é utilizada enquanto parte do instrumental de trabalho dos assistentes sociais que intervêm em diferentes espaços. Os dados obtidos pela mestranda Franciele Machado dos Santos, orientanda da Professora Doutora Jane Cruz Prates, poderão ser utilizados sem restrições de prazo e citações a partir da presente data. Fui informado(a) do objetivo da pesquisa que consiste em analisar de que modo os assistentes sociais, que intervêm em diferentes espaços sócio-ocupacionais da cidade de Porto alegre, utilizam a arte como parte do instrumental de trabalho. As entrevistas serão gravadas e transcritas pela pesquisadora, retirando quaisquer informações identificatórias. As entrevistas terão duração aproximada de uma (01) hora e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos. Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este termo foi lido e recebi uma cópia. Abduco dos direitos autorais meus e de meus descendentes e firmo o presente documento. Quaisquer dúvidas, em relação à pesquisa, podem ser esclarecidas pelos pesquisadores através do telefone (55) 99929-6430 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS – pelo telefone (51) 3320-3345.

Data: ___/___/___

Assinatura do(a) entrevistado(a): _____

Assinatura da pesquisadora mestranda: _____

APÊNDICE D

Quadro 1: Organização, categorização e contagem das informações emergentes da aplicação do questionário online		
Finalidade	Categorização da Finalidade	Expressões Artísticas Utilizadas de acordo com a Finalidade e Frequência
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se para mediar, orientar e acompanhar o processo de saúde/doença; - Utiliza-se para trabalho de promoção de saúde com a comunidade (na unidade de saúde e no território); - Utiliza-se para auxilia a descontrair, refletir sobre os conflitos nas relações, repensar as escolhas, visualizar novos projetos de vida para além da doença e o sofrimento; - Utiliza-se para mediar conflitos e promover a saúde da comunidade acadêmica. 	SAÚDE	<p>Música (3) Cinema (2) Poesia (2) Fotografias (1) Grafite (1) Pintura (1) Desenho (1)</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se, geralmente, uso para trabalhar em grupo focais ou reuniões com comunidades que, na imensa maioria das vezes, estão em áreas irregulares; - Utiliza-se como um disparador de discussões; - Utiliza-se como material de integração de grupos, para desinibir; - Utilizado como disparador de discussões; - Utiliza-se a fim de trabalhar o vínculo, fazer as participantes refletir, falar. Com o objetivo de observação também; - Utiliza-se para trabalhar o empoderamento dos usuários, consciência crítica acerca de questões sociais, acesso à arte; - Utiliza-se nos grupos de acompanhamento (PAIF); - Possibilitar reflexões sobre a realidade social, com recortes em temáticas específicas do trabalho profissional através da mediação pela arte; - Utiliza-se no trabalho profissional para desenvolver habilidades para reflexão coletiva, trabalho em equipe, expressão da criatividade e valorização da cultura popular; - Utiliza-se para formação política de jovens, estudantes o Teatro do Oprimido, via projetos sociais, bem como no trabalho com Educação Social de crianças, adolescentes, jovens, indígenas e população de rua; - Utiliza-se a fim de propor aos jovens um espaço de discussão sobre diferentes assuntos através de instrumentos que eles se identificam; - Utiliza-se para estimular o pensamento crítico dos usuários e equipes, por entender que expressar -se através da arte permite traduzir questões que às vezes ficam invisíveis nas relações cotidianas; - Utiliza-se para a reflexão sobre direitos humanos e trajetórias de vida; - Utiliza-se para ação comunitária, reunião de equipe, reunião da Rede socioassistencial, atividade intergeracional. 	INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO CAMPO DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS DOS SERVIÇOS	<p>Música (13) Cinema (10) Poesia (7) Teatro (2) Pintura (2) Dança (2) Desenho (2) Slam (1) Grafite (1) Fotografia (1) Cordel (1)</p>

Quadro 1: Organização, categorização e contagem das informações emergentes da aplicação do questionário online		
Finalidade	Categorização da Finalidade	Expressões Artísticas Utilizadas de acordo com a Finalidade e Frequência com que aparecem nas respostas
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se para visibilizar expressões da história do trabalho e das transformações tecnológicas; - Utiliza-se como fonte de expressão da realidade, para mediar a explicitação de desigualdades e formas de luta, para trabalhar processos sociais subalternizadores e emancipatórios, para auxiliar em processos reflexivos, dando visibilidade a desigualdades e a alienação, para trabalhar a sensibilização, para dar mais plasticidade a textos acadêmicos, palestras, exposições, como instrumento pedagógico em sala de aula; - Utiliza-se para possibilitar o aprimoramento da reflexão e mobilização de conteúdos teóricos e práticos; - Utiliza-se como estratégia pedagógica para desenvolver conteúdos, promover reflexões, sensibilizar e construir mediações teórico-práticas; - Utiliza-se como apoio didático para explorar conteúdos disciplinares; - Utiliza-se para dar visibilidade à questão social retratada na arte e realidade social, articulando teoria e prática, contribuir para facilitar o processo ensino-aprendizagem, destacando processos sócio-históricos de conformação das políticas sociais; - Utiliza-se com o objetivo de tecer reflexões críticas e sociológicas acerca das transformações ocorridas no mundo do trabalho no atual estágio de acumulação do capital no contexto de flexibilização e precarização de direitos trabalhistas, bem como das condições de trabalho por meio da arte cinematográfica; - Utiliza-se para dar exemplos de personagens ou eventos relatados por autores (da literatura) e trechos de músicas para facilitar a apreensão de conteúdos acadêmicos; - Provocar uma análise crítica, a partir de tais instrumentos para apreensão dos fundamentos da realidade social, buscando ultrapassar a dimensão mercadológica desses, colocando-os a serviço do processo de ensino-aprendizagem; - Utiliza-se para sensibilizar para temas, produção e sistematização de atividades e como um elemento disparador para discussões. 	<p style="text-align: center;">INSTRUMENTO PEDAGÓGICO NO CAMPO DO ENSINO/EDUCAÇÃO</p>	<p>Expressões Artísticas Utilizadas de acordo com a Finalidade e Frequência com que aparecem nas respostas</p> <p>Cinema (8) Música (7) Poesia (6) Teatro (3) Fotografia (2) Literatura (2) Pintura (2) Cordel (2) Romance (1)</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se técnicas do teatro do Oprimido para possibilitar diferentes formas de comunicação; - Utiliza-se para reinserção social, ampliação da autonomia, protagonismo, processos reflexivos. 	<p style="text-align: center;">GARANTIA DE DIREITOS</p>	<p>Teatro (1) Cinema (1) Poesia (1) Música (1)</p>

Quadro 1: Organização, categorização e contagem das informações emergentes da aplicação do questionário online		
Finalidade	Categorização da Finalidade	Expressões Artísticas Utilizadas de acordo com a Finalidade e Frequência com que aparecem nas respostas
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se para discutir assuntos de forma mais lúdicas; - Utiliza-se para tornar a atividade criativa e dinâmica; - Utiliza-se para que através do lúdico seja possível realizar uma reflexão sobre o tema que está sendo trabalhado; - Utiliza-se para refletir temáticas contemporâneas de forma lúdica, criativa é fácil compreensão. 	ARTE COMO INSTRUMENTO SENSÍVEL DE TRABALHO	Cinema (4) Poesia (3) Música (2)
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se para desvendar as expressões da questão social, para facilitar contatos, para aproximar, sensibilizar; - Utiliza-se para facilitar a vinculação, para conhecer outras realidades, para aproximar questões técnicas do cotidiano. 	PROCESSO DE CONHECIMENTO	Literatura (2) Cinema (1) Poesia (1) Música (1) Slam (1) Teatro (1) Pintura (1) Grafite (1) Fotografia (1) Dança (1)
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se para propor novas possibilidades de enfrentamento, para denunciar realidades, para criar, para dar vazão a criatividade, para valorizar a arte, para conhecer, para apresentar, para transformar, para deixar mais leve; - Utiliza-se para propiciar um espaço de convivência e fortalecimento de vínculos a crianças e adolescentes, o incentivo à educação, à prática esportiva e a projetos de vida mais inclusivos, como forma de enfrentamento às vulnerabilidades sociais postas e aos direitos em risco e/ou violados. 	RESISTÊNCIA ÀS DESIGUALDADES	Cinema (1) Poesia (1) Música (1) Slam (1) Teatro (1) Pintura (1) Grafite (1) Fotografia (1) Dança (1)
<ul style="list-style-type: none"> - Utiliza-se para ações do grupo de trabalho de formação política; - Utiliza-se para articular com a realidade e possibilitar maior aprofundamento das questões trabalhadas e abertura as mesmas; - Utiliza-se como método de intervenção no projeto com adolescentes, trabalhando empoderamento feminino com grupos de meninas que chegam no ensino médio e que no momento da entrevista é identificado alguma expressão da questão social. 	INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO	Música (3) Poesia (2) Fotografia (1) Cinema (2) Grafite (1) Pintura (1) Teatro (1)

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*Embora, se tenha organizado o quadro separando o processo de intervenção dos processos de conhecimento e de reflexão, entende-se que todos são elementos que compõe o processo interventivo. A pesquisadora está realizando esta divisão com o objetivo de dar visibilidade aos processos, para fins didáticos.

APÊNDICE E

Quadro 2 – Organização e categorização das informações emergentes da aplicação das entrevistas			
Participantes	Finalidade do Uso da Arte no Trabalho	Expressões Artísticas Utilizadas de acordo com a Finalidade	Categorização da Finalidade
Participante 1	- Utiliza-se para trabalhar com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa por pichação;	Grafite	INSTRUMENTO DE REFLEXÃO
	- Utiliza-se para pensar porque existem situações de pobreza no mundo;	Fotografia	
	- Utiliza-se para trabalhar questões de autocuidado e cuidado com os filhos;	Cinema	
Participante 2	- Utiliza-se para trabalhar a despatologização com familiares; - Utiliza-se para promover a participação nos Conselhos Municipais da Pessoa com Deficiência;	Cinema Poesia	INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO
	- Utilizou-se para trabalhar a questão da gravidez na adolescência; - Utilizou-se para trabalhar a desinstitucionalização de sujeitos em situação de internação de longa permanência em hospital psiquiátrico;	Fotografia	
	- Utilizou-se para trabalhar com usuários de álcool e crack circulações mais saudáveis na cidade;	Espaços de cultura nos quais haviam: - Declamação de poesias; - Danças e músicas tradicionalistas; - Sessão de filmes.	
Participante 3	- Utiliza-se para discutir o processo de violência na comunidade e na vida de adolescentes que estão privados de liberdade.	Hip-Hop	INSTRUMENTO PARA O PROCESSO DE CONHECIMENTO E PARA INTERVENÇÃO
Participante 4	- Utiliza-se para facilitar a expressão/comunicação de usuários dos serviços de atendimento à saúde mental.	Desenho	INSTRUMENTO DE PROCESSO DE CONHECIMENTO
Participante 5	- Utiliza-se para problematizar os preconceitos e violência sofridos pelos adolescentes e para fortalecê-los no enfrentamento.	Teatro do Oprimido	INSTRUMENTO DE INTERVENÇÃO

(continuação)

Quadro 2 – Organização e categorização das informações emergentes da aplicação das entrevistas			
Participantes	Finalidade do Uso da Arte no Trabalho	Expressões Artísticas Utilizadas de acordo com a Finalidade	Categorização da Finalidade
Participante 6	- Utiliza-se para refletir sobre processos sociais e particulares de violência, racismo, homofobia, sobre o tratamento em saúde mental.	Cinema	INSTRUMENTO DE REFLEXÃO
	- Utiliza-se para vincular para fortalecer resistência diante de um contexto de tráfico de drogas e vulnerabilidade social	Dança de rua	

Fonte: elaborada pela autora, 2018.

*Embora, se tenha organizado o quadro separando o processo de intervenção dos processos de conhecimento e de reflexão, entende-se que todos são elementos que compõe o processo interventivo. A pesquisadora está realizando esta divisão com o objetivo de dar visibilidade aos processos, para fins didáticos.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br